O jainismo enfatiza o valor da meditação. (Templo de Dilvara, na Índia.)

Jainismo

Religião hindu fundada por Mahavira*, o jainismo chegou a ter 14 000 sacerdotes no século VI a.C., para reduzir-se a pouco mais de 1 500 adeptos na segunda metade do século XX — o que se explica pelo extremo rigor de seus preceitos. Entre eles, há proibição de qualquer atividade relativa à matança de animais e à colheita de vegetais (os sacerdotes chegam mesmo a cobrir-se de véus para não engolir inadvertidamente algum inseto, ao respirar). Na vida cotidiana, esses preceitos — baseados na regra *ahinsa* — tornam inviável a prática de pastoreio ou agricultura; assim, a religião é seguida quase exclusivamente por banqueiros e comerciantes.

Como Buda*, Mahavira era guerreiro de nobre estirpe. Aos 28 anos, após a morte dos pais, decidiu dedicar-se à meditação a fim de atingir a iluminação, segundo o estilo hinduísta. Depois de treze meses, iniciou em Bengala uma vida de rigoroso ascetismo, sofrendo e suportando com estoicismo toda espécie de injúrias. No entanto, após dois dias e meio de prolongada meditação, Mahavira atingiu a iluminação desejada ao pé da árvore *sala*, nos arredores de Irmbhika, um pequeno vilarejo.

Tornou-se, desse modo, *Sarvajna* (o que sabe tudo), *Kevalin* (unificado com o espírito) e *Jina* (vencedor). E os deuses deram-lhe o nome de *Mahavira* (o grande herói). Durante os trinta anos que se seguiram, dedicou-se à pregação por toda a Índia norte-oriental, nos mesmos lugares em que Buda andaria. Após sua morte, seu movimento religioso foi conduzido por Arya Sudharman e Gambu, os únicos a deterem na memória seus ensinamentos diretos; os que vieram depois foram chamados *scruta-kevalin* (os que escutaram a tradição).

Na gestão de Bhadrabhu, sétimo sucessor de Mahavira, ocorreram dois fatos que determinariam a orientação futura da ordem: a ida de sacerdotes ao sul da Índia e a redação do Cânone, uma das fontes da doutrina, entre inúmeras obras dogmáticas e filosóficas escritas em sânscrito e em vários dialetos hindus.

A essência dos ensinamentos de Mahavira consiste em princípios comuns a todas as religiões hindus do *samsara*, do *moksa* e do *karma*, atribuindo especial importância à regra *ahinsa* da não-violência. (Mais tarde, este preceito influenciaria fortemente a ação política de Gandhi*.) Afirma a existência de um número infinito de almas, exclusivamente espirituais, distintas da matéria, mas a esta ligadas. A libertação só pode ser obtida mediante o conhecimento do que se deve fazer. Nesse ponto, o jainismo concorda com o ensinamento ioga e faz da meditação *(dhyana)* o caminho mais eficaz para que a alma, através de catorze duras etapas, alcance a libertação final. Essa alma *(jiva)* pode ou não estar relacionada ao *samsara*, isto é, o ciclo do nascimento e da morte; é eterna, dotada de energia, imperceptível e incorpórea, mas ocupa um lugar no espaço e possui vontades e aversões. Todas as almas vinculadas ao *samsara* preenchem "fisicamente" não apenas o mundo orgânico, mas também o inorgânico, nos mínimos fragmentos.

No jainismo, a teoria do conhecimento ("reta fé, reto conhecimento, reto modo de pensar conduzem à libertação") liga-se diretamente à dialética de Mahavira, capaz de reduzir ao silêncio o mais hábil sofista, segundo a tradição. O seu sistema *(syad-vada)* coloca a verdade como conceito relativo e a realidade como algo que sempre pode ser conhecido, porém com múltiplos aspectos, em relação a si mesma e em relação a quem observa. Quando se referem ao conhecimento íntegro, os jainistas reconhecem cinco meios válidos de conhecimento: representação; testemunho digno de fé; conhecimento transcendental das coisas materiais; conhecimento transcendental dos pensamentos de outrem; onisciência. As últimas três formas são próprias do espírito puro, que intui a realidade como ela é, em sentido absoluto.

Em relação ao íntegro modo de proceder, destacam-se a disciplina e o ascetismo, capazes de conduzir à libertação.

A disciplina é muito mais severa para os sacerdotes, obrigados a respeitar rigorosamente cinco mandamentos fundamentais: não matar nenhum ser vivo (nenhuma outra seita hindu pratica esse preceito mais estritamente); não mentir; não roubar; não fornicar; não possuir nada. Para os leigos esse último mandamento é simplificado: não possuir nada de que não necessite.

VEJA TAMBÉM: Budismo; Hinduísmo.

Pesquisas fonológicas de Jakobson renovaram o estudo das línguas.

Jakobson

O lingüista Roman Jakobson nasceu em Moscou em 1896. Estudou no Instituto de Línguas Orientais da universidade daquela cidade, mas doutorou-se em Praga, onde passou a residir, em 1917.

Com Nicolas Sergueivitch Troubetzkoi (1890-1938) e outros, Jakobson foi responsável pela criação do Círculo Lingüístico de Praga, que procurou enquadrar a lingüística* e a poesia às diretrizes lançadas pelo suíço Ferdinand de Saussure*. O programa que o Círculo apresentou no Congresso Internacional de Lingüistas de Haia (1927) — elaborado por Jakobson — teve repercussão tão grande que se criou uma disciplina denominada "Fonologia de Praga".

A partir de 1940, Jakobson desenvolveu os pontos essenciais do seu programa, que revolucionou a teoria fonológica. Negou a indivisibilidade do fonema, que até então era considerado uma unidade fonológica não suscetível de dissociação em unidades inferiores e mais simples. Com o lingüista norte-americano Leonard Bloomfield (1887-1949), afirmou que o fonema é um feixe de traços distintivos; e começou a operar diretamente com esses traços. Para chegar às oposições fonológicas básicas, lançou mão da análise acústica, deixando de lado o único procedimento usado até essa época: análise pela articulação oral.

Procurando determinar as leis que regem a estrutura de um sistema fonético, chegou a uma regra básica: as distinções fonéticas elementares encontram-se em todas as línguas. São as primeiras que as crianças aprendem e as últimas perdidas pelos atacados de afasia. As distinções especiais, mais sutis, são menos freqüentes. Aparecem numa fase posterior do desenvolvimento lingüístico e perdem-se rapidamente na afasia.

Oposições binárias

Para Jakobson, todo traço distintivo é binário. Assim, num fo-

nema, cada um deles é marcado matematicamente por + (presença) e por — (ausência): sonoridade/ não sonoridade (/b/ : /p/); oclusão/ não oclusão (/p/ : /f/) e palatalização/ não palatalização (/š/ : /s/), em português. Com base nessa observação, propôs uma nova classificação tipológica das línguas, centrada na convergência ou divergência das oposições fonológicas que nelas se encontram.

Em 1928, Jakobson afastou-se da posição de Saussure, que relegava a segundo plano a fonética* histórica. Chamou a atenção para a solidariedade existente dentro do sistema lingüístico, onde ocorrem mudanças através do tempo. Sustentou que o conceito de sincronia e diacronia não se fundamenta na oposição, mas na complementariedade.

Jakobson comparou a sincronia com o cinema: as imagens de ambos estão longe de serem estáticas. Lançou assim a possibilidade de elaborar uma "História Estrutural da Literatura", na qual os quadros sincrônicos se sucedem numa perspectiva histórica (diacrônica).

No campo da análise poética, Jakobson parte da relação entre som *(sound)* e significado *(meaning)*. Afirma que toda similaridade aparente no som é avaliada em termos de similaridade e/ou dissimilaridade no sentido. Por outro lado, constatou que a língua* é o instrumento primordial de comunicação. Referia-se não apenas à língua das pessoas cultas mas à do povo, que, em sua linguagem figurada, seus trocadilhos, suas invenções verbais, revela estruturas subliminares. Convenceu-se de que a linguagem poética desgasta-se com o passar do tempo e vai buscar no falar cotidiano novas formas de expressão. Quando um poeta, como Maiakóvski*, introduz gíria* e palavrões em seus versos, está marcando a passagem de uma escola para outra.

Lingüística e física nuclear

Com suas obras, Jakobson impulsionou quase todos os campos da lingüística: teoria geral, morfologia, semântica*, poética* e métrica*. Contribuiu de forma decisiva para fundar a fonologia histórica e a tipologia. Além disso, influenciou intensamente outros campos das ciências humanas — entre eles, a etnologia, a mitologia* e a psicanálise*.

Jakobson também se aproximou das ciências físicas, valendo-se do desenvolvimento de aparelhos acústicos como o espectrógrafo. Em sua argumentação doutrinária, o interesse pelas ciências levou-o a formular analogias significativas: a análise do fonema em seus traços distintos, por exemplo, está muito próxima da desintegração do átomo na física nuclear. No início da década de 1970, Jakobson era professor na Universidade de Harvard e no *MIT (Massachusetts Institute of Technology)*, nos Estados Unidos.

VEJA TAMBÉM: Lingüística.

Jamaica, um país basicamente agrícola e exportador de frutas tropicais.

Alumínio, uma riqueza atual do país. (Embarque de bauxita em Ocho Rios.)

Jamaica

SUMÁRIO

Localização: mar das Antilhas (América Central)
Superfície: 11 424 km²
População: 2 046 000 hab. (1970)
Cidades principais: Kingston (capital — 500 000 hab.), Montenegro Bay (26 000 hab.), Spanish Town (20 000)
Idioma: inglês (oficial)
Portos principais: Morant, Kingston, Old Harbour e Montego Bay
Aeroportos principais: Palisadoes e Montego Bay
Rodovias: 73 455 km (1967)
Ferrovias: 330 km (1967)
Unidade monetária: libra da Jamaica, de 20 shillings

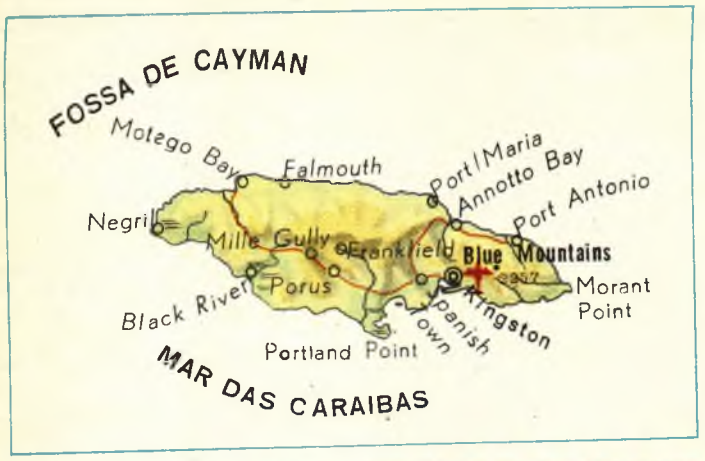
Ao descobrir a Jamaica, no dia 3 de maio de 1494, Cristóvão Colombo* chamou-a de ilha de Santiago. Dominada pela Espanha, como as demais terras descobertas por Colombo, a Jamaica teve sua população indígena — anauaques — em grande parte exterminada. No século XVI, introduziu-se a cultura da cana-de-açúcar e com ela começaram a chegar os escravos negros.

O Almirante William Pen* conquistou a ilha para os ingleses em 1655 e o Tratado de Madri (1670) confirmou a posse do lugar pela Inglaterra. Port Royal, a capital, tornou-se um dos maiores redutos de piratas das Antilhas. Um deles, Henry Morgan (1635-1688), tornou-se governador em 1672, aceito pelos ingleses. Mas a cidade foi destruída por um terremoto em 1692 e a capital mudou-se para Spanish Town.

Os escravos negros, grande maioria na população da ilha, revoltavam-se freqüentemente contra os colonizadores ingleses, que tiveram de reprimir pelo menos três importantes rebeliões: em 1690, 1700 e 1795.

Com a abolição da escravatura, em 1838, as plantações de açúcar decaíram, apesar da tentativa de substituir a mão-de-obra negra pela chinesa e indiana. O açúcar era a base da economia da ilha e seu declínio trouxe uma crise econômica e social.

Os negros, libertos, abandonavam as plantações e estabeleciam-se em zonas despovoadas do interior. Com o apoio do governador Edward John Eyre, que decretou estado de sítio, os fazendeiros passaram a persegui-los, numa repressão sem precedentes na ilha. O governo inglês destituiu Eyre e em 1866 introduziu uma nova legislação na Jamaica, pouco depois de nova revolta contra a administração local.



Pacifistas da seita Rastafarian, como este, vivem numa colina de Kingston.

A grande maioria do povo descende de escravos negros. (Dança do limbo.)

Em 1930, uma praga destruiu quase totalmente as plantações de banana, outra importante fonte de renda.

Em 1944, a Inglaterra deu uma constituição à Jamaica, abrindo caminho para um relativo autogoverno, concedido em 1953. Em janeiro de 1958, a Jamaica e outras possessões britânicas do Caribe foram unidas na Federação das Índias Ocidentais, mas, no plebiscito feito em 1961, os jamaicanos optaram por retirar-se da federação. A 6 de agosto de 1962, a Inglaterra concedeu independência à ilha, que então passou a integrar a Comunidade* Britânica de Nações (Commonwealth).

O governo é do tipo parlamentarista, chefiado por um primeiro-ministro e com duas câmaras legislativas: Senado, com 21 membros, dos quais treze são indicados pelo primeiro-ministro; e Câmara dos Deputados, eleita pela população. As principais agremiações políticas são o Partido Trabalhista da Jamaica, conservador, e o Partido Nacional do Povo, que defende a nacionalização das empresas estrangeiras. Nas eleições de março de 1972, o Partido Nacional do Povo obteve 37 das 53 cadeiras da Câmara dos Deputados e indicou Michael Manley como primeiro-ministro.

A Jamaica é uma das quatro maiores ilhas do Caribe, juntamente com Cuba, Haiti e Porto Rico. Dois terços de seu território são ocupados por um planalto de calcário, com altitude média de 460 metros, interrompido muitas vezes por montes, vales e baixadas cobertos de intensa vegetação. A leste destacam-se as Montanhas Azuis (Blue Mountains), que têm um pico de 2 257 metros: é a maior altitude da região do Caribe.

Geralmente o planalto termina num declive, separado do mar por planícies. As mais extensas são as planícies da costa sul, onde estão as cidades de Kingston e Spanish Town. Há mais de cem rios na ilha: o Negro é o maior e o único com um trecho navegável.

O clima, em geral estável, é uma das maiores atrações locais. Perto da costa é quente e úmido, mas refrescado pela brisa marinha; no planalto, é suave e uniforme. Em Kingston e outras cidades costeiras, a temperatura varia entre 26 e 30 graus centígrados; nas Montanhas Azuis, de 13 a 15 graus. As chuvas vão geralmente de maio a junho e de setembro a novembro.

A vegetação, abundante e muito variada, inclui plantas tropicais, halófitas, xerófitas, aquáticas e marinhas. Há mais de 3 000 espécies de flores e mais de cem qualidades

Na costa sul da ilha está Kingston, capital e maior cidade da Jamaica.

de orquídeas. As florestas são ricas em ébano, mogno, bambu, paurosa e palmeiras (doze espécies nativas).

Cana e banana

Noventa por cento da população jamaicana correspondem a negros e mulatos. Há também chineses, indianos e europeus, e uma população flutuante anual de 250 000 turistas, na maioria norte-americanos e ingleses.

A agricultura, base da economia, emprega 49% da população ativa; 37% se empregam em serviços e 14% em manufaturas. Os principais produtos do país são: cana-de-açúcar, banana, fumo, frutas cítricas, café, cacau e pimenta, todos na pauta de exportações.

Apesar de o turismo ser uma importante fonte de divisas e de a indústria de alumínio estar em grande expansão, a economia jamaicana ainda depende em grande parte da exportação de açúcar, rum, bananas e frutas cítricas. O país procura garantir preços e mercados para esses produtos, principalmente por causa do grande problema criado com o ingresso da Inglaterra no Mercado* Comum Europeu. A Inglaterra é o maior consumidor da produção agrícola da ilha e, a menos que consiga incluir a Jamaica como fornecedora do Mercado Comum Europeu, não poderá continuar absorvendo a mesma cota. A única exceção é para as frutas cítricas, item no qual os países do MCE têm liberdade para fazer acordos particulares.

Logo depois da independência, o governo encorajou a industrialização e os investimentos estrangeiros no setor, permitindo a importação de máquinas e equipamentos sem taxas, durante quinze anos.

O principal setor industrial é o do alumínio: em 1966, três produtores norte-americanos aplicaram na ilha 175 milhões de dólares para a exploração da bauxita. A Jamaica é a maior exportadora mundial desse minério de alumínio.

Destacam-se, ainda, no incipiente setor industrial, as fábricas de cimento, cigarros, charutos, fósforos, leite condensado, margarina e cerveja. A indústria contribui com aproximadamente 15% para o Produto Nacional Bruto (949 milhões de dólares em 1968, estabelecendo uma renda *per capita* de cerca de 475 dólares). Mas a implantação de indústrias, ao trazer a possibilidade de empregos melhor remunerados, foi responsável por grande êxodo rural e também por desemprego urbano, pois as novas fábricas não tinham capacidade de absorver esse excesso de mão-de-obra não especializada. O êxodo rural deixou o setor agrícola sem mão-de-obra suficiente, o que tem causado um aumento na importação de alimentos, um dos fatores responsáveis pelos *deficits* no balanço de pagamentos do país. Por isso, o governo vem dando ênfase ao desenvolvimento agrícola.

VEJA TAMBÉM: América; Antilhas.

Entre inúmeros contos, romances e peças para teatro, alguns desenhos.

James, Henry

"Optei pelo Velho Mundo — é a minha escolha, a minha vida (. . .). É preciso decidir. Nenhum escritor europeu é chamado a assumir essa terrível responsabilidade, e parece-me cruel que eu o seja. Para um americano, a responsabilidade é necessariamente maior, porque ele é obrigado a ocupar-se com a Europa, pelo menos implicitamente, enquanto nenhum europeu tem a mínima obrigação de lidar com a América."

Com essas palavras, o escritor Henry James (1843-1916), nascido nas proximidades do elegante bairro nova-iorquino de Washington Square, explicava por que decidira viver na Inglaterra, onde adotaria a cidadania britânica, em 1915, irritado com a neutralidade inicial do Presidente Wilson* na Primeira Guerra Mundial (1914-1918).

Sua obra é considerada uma ponte cultural entre Europa e Estados Unidos. E pela originalidade e nova forma artística que introduziu na narrativa, a estética do romance* muito lhe deve. O estilo de Henry James é considerado sutil e só aparentemente artificial, já que transforma acontecimentos triviais em motivos de discussão profunda. Foi um dos maiores escritores realistas, explorando de maneira muitas vezes inédita o método de narração indireta, modelo de outros escritores, como J. Conrad* e A. Gide*: o enredo surge através do reflexo dos acontecimentos na consciência das personagens. É um método eminentemente dramático, pois o autor mantém-se na imparcialidade, deixando aos próprios personagens a tarefa de pensar e agir.

Quando tinha apenas doze anos, Henry partiu para a Europa com a família. Ali freqüentou, alternadamente, escolas européias e americanas. Aos dezessete anos, voltou aos Estados Unidos para fazer um curso de direito. Mas as conferências do escritor James Russel Lowell (1819-1891) sobre literatura fizeram-no esquecer as leis. Dessa forma, em 1863, escreveu o primeiro conto: *A Tragedy of Error (Uma Tragédia do Erro)*, publicado no ano seguinte, sem assinatura, na revista *Continental Monthly*. Seu primeiro conto assinado sairia na revista *Atlantic Monthly*, quando já se tornara colaborador assíduo da revista *The Nation*. Depois de ter viajado mais uma vez pela Inglaterra, França, Suíça e Itália, voltou aos Estados Unidos para ser crítico de arte em *The Atlantic*, onde publicaria, em 1871, sua primeira novela, *Watch and Ward. (Observar e Vigiar)*.

Em 1872 passou a viver na Itália, escrevendo artigos sobre viagens e contos ali ambientados. Só voltou aos Estados Unidos para publicar o romance *Roderick Hudson*, o livro de contos *A Passionate Pilgrin (Um Peregrino Apaixonado)* e a coletânea de viagens *Transatlantic Sketches (Cenas de Transatlântico)*. Em novembro de 1874 chegou a Paris como correspondente do jornal *Tribune*, escrevendo então o romance *The American (O Americano)* e tomando contato com a literatura de Turguêniev*, Flaubert*, Zola*, Maupassant* e Edmond Goncourt*.

The American é considerado seu primeiro romance importante. Nele são descritos costumes e expostas idéias sobre o americano médio que tenta penetrar no fechado mundo da aristocracia européia. Em 1878, Henry James recebeu verdadeira consagração ao publicar os ensaios literários *French Poets and Novelists (Poetas e Romancistas Franceses)*, o romance *The Europeans (Os Europeus)* e mais de trinta contos.

Dois anos depois, já radicado em Londres, Henry publica mais dois livros: *Washington Square (A Herdeira)* e *Portrait of a Lady (Retrato de uma Dama)*, sua obra mais extensa e popular, com a qual se encerra a primeira fase de sua produção.

Na década de 1880, Henry James escreveu vários contos, a novela *The Reverberator (O Refletor)* e três romances considerados naturalistas: *The Bostonians (Os Bostonianos)*, *Princess Casamassina (Princesa Casamassina)* e *The Tragic Muse (A Musa Trágica)*. Nesses livros, o determinismo psicológico é uma característica evidente. *The Bostonians* trata dos reformadores da Nova Inglaterra, enquanto *Princess Casamassina* fala dos anarquistas europeus. James, aparentemente esnobe, revelou com isso surpreendente visão dos problemas sociais e inclinações para o socialismo. Nos dois romances, as cenas da vida urbana compõem um minucioso painel das cidades de Boston e Londres. Mas ambos fracassaram, pois os leitores esperavam contos sobre americanos na Europa ou viajantes estrangeiros na América. São ainda dessa década os contos *Lady Barberina, A London Life (Vida Londrina)*, *The Author of Beltraffic (O Autor de Beltraffic)* e *The Lesson of the Master (A Lição do Mestre)*.

A partir de 1890, consagrado pela crítica literária, James passou a dedicar-se a um gênero então muito mais rendoso: o teatro. Escreveu para o palco, entre outras, as peças *The American* (adaptada do seu romance), *Daisy Miller*, *Tenants (Inquilinos)*, *The Album (O Álbum)*, *Desengaged (Livre)*, *The Reprobate (O Réprobo)*, *The Other House (A Outra Casa)*, *Summersoft (Calma de Verão)* e *The Autcry (O Grito)*. Delas apenas *Desengaged*, *The Reprobate* e

Henry James decidiu-se pelo Velho Mundo, aproximando-o da América.

Jansênio pretendeu reformular a vida cristã. Usou idéias de S. Agostinho.

Summersoft foram encenadas, pois o enredo era bastante complicado e os produtores não faziam o menor esforço para montá-las de maneira mais acessível ao público.

Desistindo da dramaturgia, James retirou-se definitivamente de Londres. Transferiu-se para Lab House, em Rye, cidade costeira de Sussex.

O teatro dera-lhe muitas lições: apresentação da ação por meio da cena, uso do diálogo como processo narrativo e supressão do autor onisciente, como informante e comentarista. Desse período são suas experiências com o relato fantástico, onde se destaca *The Turn of the Screw (Outra Volta do Parafuso)*. Até 1900, James concluiu grande número de obras de ficção — *The Spoils of Poynton (O Espólio de Poynton), What Maisie Knew (O que Maisie Sabia), The Awkward Age (A Idade Difícil)* — além de muitos outros contos.

Entre 1900 e 1904, escreveu seus três maiores romances: *The Ambassadors (Os Embaixadores), The Wings of the Dove (As Asas da Pomba)* e *The Golden Bowl (A Taça Dourada)*. Nos dois primeiros, analisa dramas humanos dentro de grandes sistemas sociais; em *The Golden Bowl* — resultado definitivo de seu método de narração indireta — aborda sem qualquer restrição o adultério, tema que sempre fora obrigado a tratar superficialmente nas revistas familiares norte-americanas. Na mesma época publica mais três livros de contos: *The Soft Side (O Lado Fácil), The Better Sort (A Melhor Espécie)* e *The Finer Grain (O Melhor Grão)*.

Nas horas de folga, o escritor dedicava-se à preparação da chamada *Edição Nova York:* a cada romance e livro de contos, juntava um longo prefácio com reflexões sobre os princípios de sua arte. Mais tarde, esses prefácios foram reunidos num volume sob o título *The Art of Novel (A Arte do Romance)*, onde três elementos se destacam: o estudo do processo de criação, a forma pela qual chegou a escrever estórias e as associações pessoais despertadas por uma nova leitura de sua própria obra. Esses trabalhos forneceram à crítica uma terminologia valiosa para a discussão do romance.

Quando começou a Primeira Guerra Mundial, após ter recebido o grau honorário das universidades de Harvard e de Oxford, Henry James cessou toda a atividade literária, lamentando "o horror de ter vivido para testemunhar tudo isso". Ingressou num grupo de americanos que voluntariamente prestavam assistência espiritual aos feridos. Nas horas vagas, redigia vários artigos sobre os refugiados de guerra, reivindicando a aliança dos Estados Unidos à Inglaterra e à França.

Em dezembro de 1915, depois de ter adotado a cidadania britânica, sofreu um derrame, para morrer em fevereiro do ano seguinte. Cremado, suas cinzas foram enviadas para o jazigo da família, em Massachusetts, nos Estados Unidos. Durante vinte anos sua obra foi acusada por muitos de superficialidade. Mas antes que a década de 1930 terminasse, começou a ser revalorizada.

VEJA TAMBÉM: Romance.

Jansenismo

O holandês Cornélio Jansênio (1585-1638) elaborou os temas fundamentais do jansenismo, heresia* que abalou a Igreja católica durante os séculos XVII e XVIII.

Descontente com o exagerado racionalismo dos teólogos escolásticos, Jansênio — doutor em teologia pela Universidade de Louvain e bispo de Ypres — uniu-se a Jean Duvergier de Hauranne, futuro abade de Saint-Cyran, que também pretendia promover o retorno do catolicismo à disciplina e à moral rigorosa dos primórdios.

Com o intuito de reformular globalmente a vida cristã, os reformistas começaram por discutir o problema da graça*, buscando nas obras de Santo Agostinho* uma forma de reconciliar as teses dos partidários da Reforma* com a doutrina católica.

Jansênio expôs suas opiniões no *Augustinus*, publicado dois anos após sua morte.

Adversário ferrenho da escolástica* — cujos partidários denominava "cães que ladram nas escolas" — Jansênio declarava que a razão filosófica era "mãe de todas as heresias". Como método teológico opunha à razão a "memória", isto é, a tradição. Baseava em Agostinho sua doutrina do dúplice amor, sustentando que Adão, antes de pecar, era livre; pelo pecado* perdeu a liberdade e tornou-se escravo da concupiscência.

Sua vontade foi dominada pela cupidez (amor terreno), que o arrastou para o mal. Em conseqüência disso, o homem não pode deixar de pecar, a não ser que intervenha a caridade (amor celeste), que o orienta infalivelmente para o bem. Submetidos à lei férrea desse dúplice amor, os seres humanos tornaram-se escravos da Terra ou do Céu, arrastados para a condenação ou para a salvação: independentemente das ações que cometa, o homem é predestinado para o céu ou para o inferno.

O jansenismo expandiu-se principalmente na França, graças à atuação do abade de Saint-Cyran e de Antoine Arnauld (1612-1694), que, juntamente com outros intelectuais, se instalaram em Port-Royal. Ali o jansenismo tomou a forma ascética e polêmica de um cisma*.

Os anátemas pontifícios não conseguiram impedir a difusão da doutrina. Tiveram um efeito inverso: tornaram os debates mais vivos ainda, intensificando o aspecto dogmático do jansenismo. Aproveitando-se do ressentimento da Igreja francesa contra Roma, o movimento passou a discutir o poder do papa.

O jansenismo assumiu então um aspecto político: em 1713, os parlamentos franceses recusaram-se a aceitar a bula de Clemente XI (1649-1721), que condenava 101 proposições jansenistas. Reagindo a isto, os hereges separaram-se da Igreja de Roma, criando uma seita política, religiosa e filosófica que aderiu à Igreja cismática de Utrecht, na Holanda.

VEJA TAMBÉM: Cisma; Heresia.

Japão

SUMÁRIO

Localização geográfica: leste da Ásia
Limites: estreito de La Perouse (N), oceano Pacífico (S e E), mar da China oriental (SO), mar do Japão (O)
Superfície: 380 000 km²
População: 103 000 000 hab. (estimativa para 1970)
Cidades principais: Tóquio (capital — 11 000 000 hab.), Osaka (3 200 000), Nagoya (2 000 000), Yokohama ..... (1 788 915), Kyoto (1 300 000), Kobe (1 200 000)
Idioma: japonês
Religião: budismo
Portos principais: Yokohama, Kobe, Tóquio, Nagoya, Osaka, Yokkaichi
Aeroporto principal: Tóquio
Rodovias: 147 400 km (1967)
Ferrovias: 27 950 km (1967)
Unidade monetária: yen (iene), de cem sen

O monte Fujiyama, sempre coberto de neve, domina o Japão central e seus lagos navegáveis, como o Ashinoko.

Devido a seu caráter insular, o Japão apresenta uma individualidade geográfica bem definida; tem também uma posição aberta a todas as relações — continentais, marítimas e oceânicas. Comparado com outras entidades histórico-políticas da Ásia*, em particular com a China*, possui dimensão territorial média, povoamento mais compacto e homogêneo.

Historicamente, o Japão aparece subordinado a civilizações política ou tecnicamente mais fortes: a chinesa, no período antigo, e a ocidental, na idade moderna.

A infiltração política e econômica dos Estados Unidos e das potências européias, no século XIX, acelerou o processo de desintegração da sociedade feudal, tendo sido decisiva para a modernização do Estado japonês.

A revolução, muito intensa no campo econômico, ficou sendo conhecida como Restauração ou Revolução Meiji (1868).

As modificações políticas e sociais, que se refletiram nas atividades e na reorganização do país, configuraram os traços básicos do Japão da época contemporânea.

Hokkaido (ao norte), Honshu (ao centro), Shikoku e Kyushu (no sul) são as principais ilhas do arquipélago japonês (que compreende um total de 1 042 ilhas, a maioria das quais possuindo extensão reduzida). O arquipélago eleva-se das fossas profundas do oceano Pacífico — entre elas, Tuscarora (10 374 metros) e Ramapo (10 340 metros), ambas localizadas a leste de Honshu.

O contato estreito entre alturas e abismos é causa e conseqüência de

Sistemas de vias elevadas facilitam o movimentado trânsito de Tóquio, um dos importantes núcleos comerciais.

MAR DE OKHOTSK
Estr. de La Pérouse
C. Soya - Misaki
Rebun - Jima
Rishiri - To
Wakkanai
Hokkaidō
(Yezo)
C. Shiretoko
Go. de Abashiri
Abashiri
Mombetsu
ASAHIKAWA
Ba. de Ishikari
Otaru
SAPPORO
Kushiro
Nemuro
Ba. de Uchiura
Muroran
Okushiri - To
Hakodate
C. Esan
C. Ome
Urakawa
C. Erimo
Estr. de Tsugaru
C. Shiriya
Ba. Mutsu
Ogara
Hirosaki
Hachinohe
Noshiro
Kuji
C. Nyudo
Akita
Miyako
Kamaishi
Sakata
Tsuruoka
Kesennuma
Ishinomaki
Sendai
MAR DO
JAPÃO
H o n s h u (H o n d o)
Sado
Ryotsu
Aikawa
Niigata
Fukushima
Nagaoka
Wakamatsu
Koriyama
C. Rokugō
Wajima
Pen. de Noto
Baía de Toyama
Takaoka
Toyama
Kanazawa
Komatsu
Nagano
Utsunomiya
Hitachi
Maebashi
Kiryu
Mito
Kashima Nada
Oki - Gunto
Dōgo
Fukui
Matsumoto
C. Kyōga
Ba. de Wakasa
Matsue
C. Jiso
Tottori
Maizuru
Gifu
Urawa
TOQUIO
Funabashi
Chiba
Choshi
KAWASAKI
YOKOHAMA
Yokosuka
Aka Sup.
Aka Inf.
Tsushima
Estr. de Coréia
Estr. de
I. Mi Shima
HIROSHIMA
Fukuyama
Okayama
Himeji
KOBE
KYOTO
Otsu
NAGOYA
Shimizu
Shizuoka
Numazu
Hachioji
Tateyama
C. Nojima
Ba. de Sagami Nada
Shimoda
I. O-Shima
I. To-Shima
Nii-Shima
Kōzu-Shima
Miyake-Jima
Mikura-Jima
Inamba
Yamaguchi
Shimonoseki
KITAKYUSHU
FUKUOKA
Mar Interior
Takamatsu
OSAKA
Sakai
Kishiwada
Wakayama
Tokushima
Awaji Shima
Ise
(Ujiyamada)
Toyohashi
Hamamatsu
Kumano Nada
Matsuyama
Kochi
Ba. de Tosa
C. Muroto
Shikoku
Kushimoto
C. Shiono
Shingū
Kurume
Omuta
Beppu
Oita
Sasebo
Nagasaki
Goto Retto
Fukue Shima
Amakusa Shoto
Kumamoto
Nobeoka
G. de Bungo
Kyūshū
Miyazaki
Kagoshima
Koshiki Sup.
Koshiki Inf.
Estr. de Osumi
Is. Osumi
Tanega
Yaku
Estr. de Tokara
Nakano Shima
Kuchinoerabu Jima
Suwanose Jima
Hachijo
OCEANO PACÍFICO
Aoga
Beyonesu
Sumisu
Tori
Sofu
0 50 100 150 200
QUILÔMETROS

grande instabilidade: em mil anos, o Japão foi arrasado por 227 tremores de terra.

As devastações mais violentas estão associadas à elevação das águas do mar *(tsunami):* sob o choque das ondas sísmicas, o nível do mar pode subir muitos metros (chegando até mesmo a trinta); com isso, as planícies litorâneas são alagadas, as colheitas destruídas e as casas destroçadas.

O arquipélago japonês constitui um dos numerosos arcos montanhosos que caracterizam boa parte da fachada oriental da Ásia. Essa disposição em arcos — de concavidade voltada para oeste — remonta ao período Terciário (há cerca de 67 milhões de anos), quando os dobramentos triássicos (235 milhões de anos) e cretáceos (137 milhões de anos) sofreram modificações estruturais.

Os dobramentos não seguiram a mesma orientação em todo o país: ao sul, dispuseram-se no sentido sudoeste—nordeste; ao norte de Honshu e a oeste de Hokkaido, de norte para sul; na região leste do arquipélago, orientaram-se para nordeste.

Todo o arquipélago é bastante montanhoso: declives acentuados estendem-se por 3/4 do país; somente 1/4 possui inclinações inferiores a 15 graus. Mas as zonas montanhosas não são muito elevadas: raramente ultrapassam os 2 500 metros, exceto na região de Hida, em Honshu. É nessa zona elevada, conhecida como "Alpes Japoneses", que se encontram os vulcões Ontake (3 063 metros), Norikura (3 026 metros) e Hotaka (3 190 metros). Nos arredores da planície de Tóquio erguem-se os montes Asama, com um dos vulcões mais ativos do país, e o Fujiyama (3 778 metros) — o ponto culminante do Japão.

O Fujiyama, extinto desde 1709, tem a forma de um cone e seu cume, que está sempre coberto de neve, é visível em quase todo o território central.

Existem ainda outros vulcões, cuja atividade causa, por vezes, sérios danos: o monte Mihara, em Oshima, à entrada da baía de Sagami; os montes Aso, Kirishima e Sakurajima, em Kyushu. As zonas eruptivas ocupam 1/3 da superfície total do país.

As planícies recobrem somente 18%, isto é, 68 000 quilômetros quadrados. As mais extensas, e que oferecem condições favoráveis à aglomeração populacional, localizam-se na parte oriental de Honshu: Kinai, Nobi, Kantô e Tóquio. São depressões de dezenas de quilômetros, localizadas no centro de uma zona montanhosa; ou, ainda, vales que se prolongam até o mar, por uma praia retilínea, entre promontórios rochosos.

A escassez de terrenos planos impede que os rios prolonguem seus cursos de água. Assim, embora numerosos, são curtos e irregulares. O mais longo — o Shinano —, que corre em Honshu, tem uma extensão de 369 quilômetros; o Tone, também da região central, possui 322 quilômetros; Hokkaido é percorrida pelo rio Ishikari, com 341 quilômetros. Devido ao regime torrencial, a maior parte dos rios transporta grande quantidade de detritos, provocando acentuada sedimentação. Quando correm em planícies, são canalizados artificialmente, por meio de diques, o que acaba elevando seus leitos. Rios com regime pluvial — enchentes no verão ou no outono, e vazante no inverno — são encontrados sobretudo no Japão meridional e oriental. Rios com regime niveal (enchentes na primavera) atravessam regiões onde é modesta a influência das monções de verão (Japão setentrional e ocidental). Rios com regime composto, que apresentam volume máximo na primavera e no verão, correm nas regiões onde a precipitação é relativamente discreta.

Além de aproveitados na irrigação (aproximadamente 68% do cultivo do arroz recorrem às águas fluviais), os rios japoneses contribuem para o fornecimento de energia elétrica.

Kyoto, erguida segundo modelos chineses, mantém seus traços primitivos.

Como outras lutas, o kendô reflete a filosofia e a história japonesas.

Em Nara, o mais antigo templo japonês: Horyuji, construído em madeira..

Calor e chuvas

A estrutura alongada, que se estende do paralelo 30 ao 45º, e as montanhas que servem de anteparo aos ventos conferem ao Japão um clima variado, próprio de zona subtropical e temperada: ausência de meses muito secos e, sobretudo, coexistência de temperaturas elevadas com grande volume de chuvas (a média anual é de 1 476 milímetros; em Tóquio, o mês mais seco, dezembro, apresenta 54 milímetros). Nas monções de inverno, o arquipélago recebe uma corrente atmosférica do noroeste, relacionada com as altas pressões de Baikalia (Ásia continental) e as baixas pressões do Pacífico norte. Isso explica um inverno rigoroso, mesmo nas regiões de baixa latitude. Durante a estação fria, são marcantes as diferenças entre o norte e o sul do país; o norte recebe uma corrente fria; o sul é atingido por uma corrente quente (em Nagasaki, a sudoeste de Kyushu, o mês mais frio apresenta uma temperatura média de 5 graus; já em Nemuro, no Hokkaido, a média é de −5 graus).

As monções de verão trazem ao Japão o ar tropical, oriundo das altas pressões tropicais do Pacífico. O tempo é quente e úmido; as chuvas são mais abundantes que no inverno; as diferenças de temperatura entre o norte e o sul são menos acentuadas.

Em linhas gerais, o clima japonês é favorável à agricultura e à vegetação: 54% das terras japonesas são recobertas por florestas características de zonas temperada, tropical e subtropical.

Até o paralelo 38º, predomina a floresta subtropical, composta sobretudo de carvalhos de várias espécies, que se misturam com bambus, , canforeiras, palmeiras e bananeiras. A floresta temperada estende-se sobre as montanhas que estão localizadas mais ao sul. É composta de árvores de folhas caducas (carvalhos, faias e castanheiras) e de vegetação resinosa.

Existe, além dessas, a floresta boreal, que recobre o norte e o leste de Hokkaido.

Pontes e autopistas cruzam os canais de Nakanoshima, no centro de Osaka.

Santuários budistas documentam o rico período cultural Heian. (Kyoto.)

O povo e suas cidades

A população japonesa distribui-se de modo irregular. O povoamento rural das montanhas é muito disperso: as montanhas a noroeste de Honshu apresentam a densidade média de apenas vinte habitantes por quilômetro quadrado; geralmente, entre essas montanhas "quase desocupadas" e planícies superpovoadas (por vezes, mais de mil habitantes por quilômetro quadrado), existem colinas com densidade média. No sul do Japão, a densidade demográfica nas planícies é mais elevada que no norte. Em parte por razões naturais (clima mais quente, período vegetativo mais longo), mas, sobretudo, por motivos históricos: a civilização japonesa nasceu no sul e no centro do país.

É nessas regiões que se encontram os lugares sagrados e as antigas capitais: Isé, Nara, Kyoto, Tóquio. Foi também essa região a mais atingida pelo processo de industrialização que se efetivou no país.

Cerca de 70% da população concentram-se nas cidades, que experimentaram crescimento acelerado após a Revolução Meiji.

A maior parte delas ainda conserva traços do passado: no meio, um castelo, sempre construído em local favorável à defesa; ao redor do castelo, as ruas ocupam as diagonais norte-sul e leste-oeste de um quadrilátero regular. É o antigo plano da cidade, que foi inspirado em modelos chineses. Em torno desse núcleo, a "nova" cidade cresceu desordenadamente.

Aproximadamente 54 milhões de japoneses habitam a "megalópolis", que se estende de Tóquio* a Kitakyushu, e abrange quatro grandes núcleos: o de Tóquio, que engloba Yokohama e Kawasaki e conta com 40 milhões de habitantes; o centro de Chukyo, também chamado país de Nagoya, que compreende Toyohashi, Okasaki e Yokkaichi, com 5 milhões de habitantes (2 milhões dos quais vivem na cidade de Nagoya); o núcleo de Osaka (3 200 000 habitantes), em torno do qual se agrupam Hanshin (1 500 000 habitantes), Kobe (1 200 000) e Kyoto (1 300 000); o quarto núcleo, o de Kitakyushu (1 100 000 habitantes), abrange Fukuoka, com 650 000.

Fora da "megalópolis" é reduzido o número de cidades grandes: Sapporo (800 000 habitantes), em Hokkaido; Sendai (500 000), no norte de Honshu; Nagasaki (400 000), em Kyushu.

Enquanto a população urbana cresce, o povoamento rural torna-se cada vez mais escasso. Por

O riquixá, antiquíssimo meio de transporte, usado ainda no modemo Japão.

exemplo, baixou de 78% (1872) para 51% (1920), 39% (1955), 34% (1960) e 24,2% (1965).

Circulação e transportes

A natureza montanhosa, aliada à fragmentação insular, constituiu, durante muito tempo, uma barreira ao sistema de comunicações do país. A partir do século XIX, com a crescente unificação econômica e administrativa, e uma dependência cada vez maior em relação ao mercado internacional, o Japão passou a aperfeiçoar seus sistemas de transporte e comunicação.

Outro fator importante prende-se à concentração da produção industrial em regiões bem delimitadas, e à especialização das áreas agrícolas, que provocaram a criação de uma sólida rede de ferrovias. Esse é o meio de transporte mais usado, em parte devido às baixas tarifas, mas sobretudo porque se adapta melhor ao caráter montanhoso do país.

O sistema ferroviário compõe-se, basicamente, de dois grandes troncos — que costeiam o Pacífico e o mar do Japão — e de alguns ramais, que servem os centros agrícolas do interior. Kyushu, Shikoku e Hokkaido possuem ferrovias autônomas, centralizadas em Fukuoka, Takamatsu e Sapporo, respectivamente.

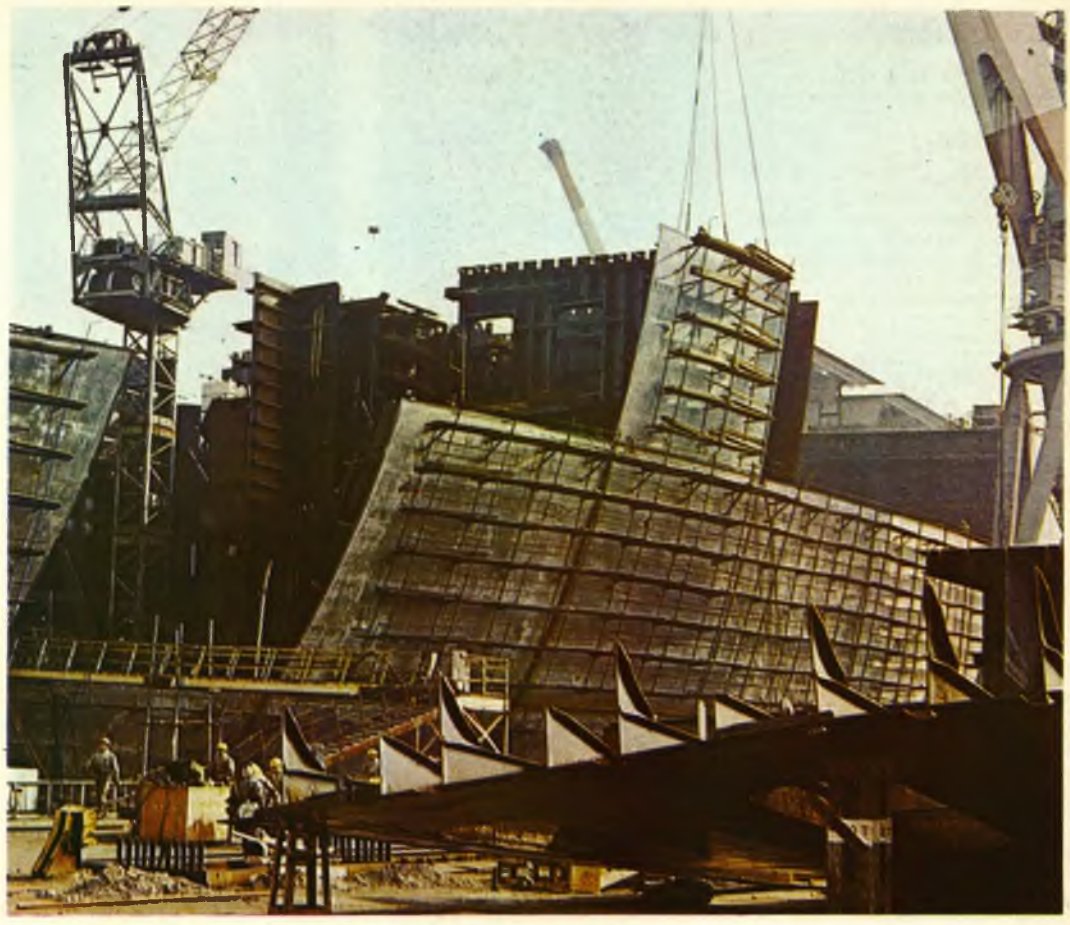
O sistema de rodovias é ainda muito precário, insuficiente para suportar o tráfego pesado (intenso sobretudo entre Tóquio e o mar interior). Apesar do aumento do transporte por estradas de ferro e rodovias, a navegação de cabotagem (próxima à costa, ou nas águas territoriais) continua sendo significativa: em 1960, sua participação no tráfego interno atingiu os 44%. O centro principal dessa navegação costeira é o mar interior, situado entre duas regiões industriais: Kansai e Kitakyushu.

A marinha mercante do Japão ocupa o quarto lugar no mundo, e o primeiro entre os países asiáticos. O desenvolvimento dos transportes marítimos foi acelerado pela crescente expressão do mercado externo na indústria japonesa: exportação de mercadorias e importação de matéria-prima e combustíveis.

A navegação aérea do Japão encontra-se num estágio bem avançado: o aeroporto de Haneda, em Tóquio, constitui a principal escala das diversas companhias japonesas (*Japan Air Lines* e *Airlines* são as principais) e das maiores empresas aéreas de todo o mundo.

Um país industrial

A recuperação e expansão da economia japonesa, no período pós-guerra, efetuaram-se rapidamente e de forma peculiar. Nenhum outro país atingido pela Segunda Guerra conseguiu com tanto êxito retomar e manter seu desenvolvimento constante, pelo menos a longo prazo. Até a década de 1960, o índice de crescimento do Japão oscilava em torno da média anual de 10%. E a renda *per capita*, estimada em 1953 em 231 dólares, alcançava, em 1966, 652 dólares. Entre as principais razões da permanência de tão altas taxas de crescimento, freqüentemente chamadas de "milagre japonês", alinham-se: as fortes injeções de capital estrangeiro, sobretudo norte-americano, que repuseram o capital destruído e permitiram o aproveitamento da infra-estrutura ainda intacta; a existência de mão-de-obra abundante e adaptada à técnica de produção desenvolvida; as condições internacionais extremamente favoráveis ao país, sobretudo durante e após a guerra da Coréia*, quando, por motivos político-estratégicos, se afrouxou o controle norte-americano.



A indústria naval do Japão, que dispõe de bem equipados estaleiros, desenvolveu-se no período pós-guerra.

Uma das características do capitalismo japonês são os *zaibatsu* — designação genérica dos grandes conglomerados, formados por empresas cujo controle acionário pertence a um mesmo grupo econômico. Antes da Segunda Guerra, cada grupo desses era, geralmente, dominado por uma família. Outro traço marcante refere-se à coexistência de regimes de produção pré-capitalista e formas avançadas de capitalismo.

Na agricultura, apesar das intensas transformações técnicas e da migração para as cidades, sobrevivem as unidades familiares. E sua participação no Produto Interno Bruto (PIB) vem diminuindo (em 1966, não superava os 12%). Também como fonte de emprego sua importância vem decrescendo: de 1961 a 1970, caiu de 31% para 19%. Mantém ainda certos traços primitivos, apoiando-se largamente no trabalho humano. A fertilização é tradicionalmente realizada com estrume humano, embora em certas regiões já se faça uso de adubos químicos. Mas as técnicas de terraceamento, cultivo múltiplo e transplante já são de conhecimento generalizado; também a maquinaria agrícola vem ganhando grande difusão, promovendo sensíveis transformações tecnológicas e grande aumento de produtividade. Entre os principais produtos cultivados destacam-se o arroz, base da alimentação do país; o chá e a seda que, embora de consumo indistinto, se destinam sobretudo ao mercado exportador.

A pecuária é pouco expressiva no panorama econômico; a criação de aves é a única atividade nesse setor com alguma importância; já a pesca, a primeira do mundo, constitui a principal fonte de proteínas do povo japonês.

É sobretudo a indústria manufatureira que responde pelo desenvolvimento econômico do Japão. Em 1967, por exemplo, ela empregava 32% da mão-de-obra e contribuía com 36% para o PIB. A indústria química e a indústria pesada são seus ramos principais; a partir da década de 1950 experimentaram um crescimento muito intenso, só acompanhado pela indústria de maquinaria. As indústrias têxtil e de produtos alimentícios continuam assumindo também importância considerável.

Grande parte da produção industrial do país é orientada para o comércio exterior, resultando daí uma balança comercial geralmente favorável, apesar da dependência do exterior de certas matérias-primas básicas, como o petróleo e o ferro, inexistentes no país. A participação do comércio exterior no Produto Nacional Bruto, no entanto, não é muito elevada, oscilando em torno de 10%.

Ao saldo favorável da balança comercial agrega-se o afluxo da moeda norte-americana, em troca das bases militares instaladas em território japonês.

Outro aspecto relevante da economia japonesa é a altíssima parcela do PIB reservada para investimentos (cerca de 30%). Muitos economistas situam esse fator na raiz do "milagre japonês".

VEJA TAMBÉM: Ásia; Japão, História do; Lutas Orientais; Segunda Guerra Mundial; Tóquio.

Japão, História do

Misturando lendas e mitos a fatos reais, obscuros textos chineses e coreanos fornecem os primeiros registros da história do Japão* — uma das mais antigas de toda a Ásia* (o arquipélago japonês é habitado pelo homem provavelmente desde o terceiro milênio a.C.).

Como área isolada do continente, o Japão pré-histórico foi ponto final de numerosos movimentos invasores. Os aino*, seus mais antigos habitantes, foram afastados para as ilhas do norte por conquistadores oriundos tanto do litoral siberiano (os altaicos) como do sul (os malaios polinésios).

Mas, se o mundo chinês não participou dessa miscigenação inicial, ao menos legou ao Japão, diretamente ou através da península coreana, os fundamentos mais profundos de sua civilização.

A insularidade e o acidentado relevo foram fatores marcantes no desenvolvimento histórico japonês. Suas ilhas, com pequenos vales férteis isolados por encostas abruptas, cobertas de densas florestas, fizeram com que as populações se organizassem em unidades locais, criando suas próprias culturas.

Embora a época Paleolítica quase não deixasse vestígios de atividades humanas, da Neolítica se conhecem duas culturas: a dos Jomon (2000/250 a.C.) e a dos Yayoi (250 a.C./500 d.C.).

A cultura Jomon caracterizou-se por uma técnica de decoração em cerâmica, que deixava impressões de cordas torcidas nas superfícies externas dos utensílios. Contudo, embora enquadrada no Neolítico, não deixou sinais de que, na ocasião, já praticasse a agricultura. Em quase toda a sua história, o povo Jomon domesticou apenas o cão e viveu próximo ao mar, provavelmente devido às facilidades de pesca, mas era também caçador. Vivia em grupos de casas redondas ou trapezóides ao nível do solo, com tetos de palha sustentados por um poste central.

No século III a.C., a cultura Jomon foi substituída pela Yayoi, que se caracterizou pela introdução do cultivo do arroz e determinou o aparecimento de uma sociedade predominantemente agrícola no oeste do país.

Dessa economia encontram-se ainda vestígios de campos de arroz carbonizados e impressões de grãos nos utensílios. A cerâmica Yayoi caracteriza-se pela coloração castanho-avermelhada.

O inter-relacionamento dessas culturas é bastante complexo, mas em determinadas regiões parece ter existido uma real continuidade entre ambas.

É provável que os Yayoi tenham iniciado os contatos com o continente e, influenciados pelos outros povos, passassem a fabricar uma cerâmica mais elaborada, usando inclusive a roda de oleiro. Decorada com formas geométricas, essa cerâmica assemelhava-se aos utensílios coreanos dos primeiros séculos da era cristã. A cultura Yayoi desenvolveu-se na região compreendida entre o norte da ilha de Kyushu e a zona de Kinki, passando por Osaka, Kyoto e Kobe.

Produtos da arte japonesa do Neolítico: culturas Jomon (esq.) e Yayoi.

Antes de Buda

A influência de outras civilizações no Japão ocorreu principalmente por intermédio da Coréia*. Foi assim que se expandiu o costume de erigir "Grandes Sepulturas" (ou *Misasagi*), última etapa da tradição do dólmen.

Mas, no Japão, o dólmen adquiriu formas originais. A câmara sepulcral era redonda ou retangular, e às vezes combinava as duas formas: redonda ao fundo e retangular na parte frontal. Sobrepondo-se ao conjunto, erguia-se uma lápide onde se dispunham pequenas figuras organizadas em círculos concêntricos. Denominadas *Haniwa*, essas figuras eram moldadas em terracota, sem brilho, e representavam personagens, animais ou casas em miniatura, dando uma visão do cotidiano da época (séculos II a.C. a IV d.C.). Com suas pequenas estátuas, essas sepulturas testemunhavam a riqueza e a habilidade técnica em desenvolvimento, a expansão demográfica do período e a organização social, formada por clãs. Em alguns modelos *Haniwa* podem ser observadas as diferenças entre as casas do campo e as da cidade, bem como o aparecimento de palácios e santuários.

De acordo com uma obra chinesa do século II d.C. — *A Histó-*

Máscara do período Nara e uma cena de "Genji Monogatari", um clássico sobre a decadência da aristocracia.

ria dos Han —, o Japão daquele tempo não se estendia além da ilha meridional de Kyushu e dividia-se em centenas de Estados. Cada região natural, ao sul da ilha principal e na ilha de Kyushu, tinha uma prefeitura local. Predominava o sistema de clãs — ou *Uji* —, comunidades que reuniam todas as famílias descendentes de um mesmo ancestral e que cultuavam um único deus.

Os chefes de *Uji* tinham poder ilimitado: dispunham das terras e pessoas sob seu controle, tanto de sua família de sangue como da constituída pelo casamento; e graças à poligamia, bastante praticada, podiam facilmente estender seu poderio. Além disso, as corporações de artesãos livres ou servis, unidas por uma profissão comum (como a tecelagem ou a pesca), também ficavam sob a autoridade dos clãs.

As origens do império

Através dos mitos pode-se perceber como determinadas unidades locais começaram a transformar-se em centros políticos importantes.

A pequena planície de Yamato, ao sul do lago Biwa, foi o berço do *Uji* que deu origem à família imperial, no século I a.C. Os chefes do clã dos Yamato estenderam gradualmente sua influência sobre os vizinhos e, como resultado dessa conquista, várias mitologias locais se fundiram, dando surgimento ao Xintoísmo*, que a partir do século VI d.C. figuraria como religião nacional e conservadora, em face do Budismo* importado. Desde seu início, o Xintoísmo, ou "Caminho dos Deuses", constituiu-se como culto animista; segundo sua doutrina, uma espécie de comunhão une os homens às forças vivas da natureza e todos os elementos (sol, tempestade, árvore) são povoados por espíritos poderosos: os *kami*, ou deuses. Culto tipicamente ritualista, tem suas purificações realizadas por exorcistas agrupados em corporações, como os artesãos, e não apresenta elementos que o liguem às religiões com normas éticas ou penitências morais e salvadoras. Nele, Amaterasu — a deusa do Sol — aparece como ancestral da linhagem imperial, mas, para que os outros clãs a ela se submetessem, os Yamato tiveram que travar ferozes lutas com seus vizinhos.

Segundo a tradição xintoísta, que realça o prestígio da casa imperial, Amaterasu — filha do casal divino Izanagi e Izanami, "pais" do arquipélago japonês — enviou para a ilha de Kyushu seu bisneto Jimmu Tennô, para que governasse os homens como primeiro imperador. Jimmu era portador de três tesouros, que são as insígnias do Japão imperial: o espelho, a espada e um vaso de pedras preciosas. Após deixar a ilha de Kyushu e navegar no mar interior, Jimmu Tennô desembarcou em Yamato, onde teria fundado o império japonês em 660 a.C.

Os acontecimentos até o quarto século da era cristã estão mergulhados na mais completa obscuridade. Entretanto, é certo que o clã dos Yamato rechaçou os habitantes

As lutas entre samurais no século XI. À direita, Samantabhadra, símbolo da sabedoria de Buda.

Leque do período Kamakura, caracterizado pelo culto às armas e ao dever.

As famílias Taira e Minamoto disputaram o poder nos séculos XI e XII.

mais antigos do local e impôs sua hegemonia aos vizinhos. Além de respeitar a organização social do clã da região, integrou-os numa espécie de confederação, na qual desempenhava papel preponderante. O imperador Yamato tinha autoridade direta somente sobre seu território e sobre o povo de seu próprio clã, enquanto os demais chefes de *Uji* conservaram seus poderes e autonomia. As famílias mais importantes da aristocracia descendiam dos chefes que haviam apoiado a família imperial na defesa de sua hegemonia.

A partir do século IV intensificaram-se as relações com a Coréia, recém-convertida ao Budismo por influência da China*, e no apogeu de sua civilização. De lá, durante o século V, foram para o Japão escribas, homens de letras e tradutores coreanos, que ali introduziram a escrita chinesa. Essa contínua implantação de elementos da civilização continental constituiu o germe da evolução cultural japonesa.

Introdução do Budismo

Como na Coréia, o Budismo revelou-se o principal veículo de cultura no Japão. Segundo a tradição, o principado coreano de Paikche necessitava do apoio do imperador japonês e, para obtê-lo, enviou-lhe os textos das escrituras búdicas, os *sutra*, e um Buda de bronze. Com isso, o Budismo — já conhecido através de emigrantes coreanos, mas não apresentado oficialmente à corte — penetrou no país com possibilidades de tornar-se a religião oficial do Estado. Alguns clãs contrários ao domínio Yamato aproveitaram-se da introdução da nova doutrina, defendendo a superioridade das divindades autóctones, os *kami*.

Para salvaguardar a integridade do Budismo ergueu-se Soga no Iname, chefe da família Soga e

cunhado do imperador. Soga inaugurou uma política que se tornou constante no Japão: a de colocar o poder imperial em plano secundário, enquanto o poder de fato permanecia nas mãos de uma grande família ligada ao imperador por aliança ou parentesco.

Em 587, após violentas batalhas, os Soga esmagaram os antibudistas. Soga no Ymako (filho de Soga no Iname) mandou assassinar o imperador, seu sobrinho, e colocou no trono a meio-irmã do morto, a imperatriz Suiko, primeira mulher a receber o título de "Tennô" — imperador. Com ela iniciaram-se as construções de numerosos mosteiros, principalmente em Yamato. A intensa perseguição ao Budismo na China em 574 fez com que um número crescente de missionários se dirigisse ao Japão, onde, junto com sábios, literatos e artistas, foram grandes difusores da cultura chinesa. Conheciam astronomia, geografia, medicina, técnicas de construção, pintura e escultura.

A arte do período Yamato

O príncipe Shotoku Taishi, sucessor de Suiko, tornou o Budismo religião oficial do Japão, mas não proibiu o culto xintoísta, acreditando que as duas religiões não eram incompatíveis. Em 604, Shotoku publicou um edito de dezessete artigos, adotando os princípios de autocracia chinesa: um Estado centralizado, dirigido por um monarca absoluto e apoiado em funcionários escolhidos por seu valor pessoal, e não por nascimento. Considerando-se que os príncipes de Yamato constituíam uma confederação de clãs e tribos, pode-se compreender a importância da nova orientação política. Em 607, estabeleceram-se relações oficiais com a China.

A arquitetura dos monges budistas adaptou-se às exigências do novo culto. Mas se na China e Coréia as construções eram de pedra e tijolo, no Japão, por escassez de outro material, tiveram que ser realizadas em madeira. Datam dessa época as mais antigas estruturas em madeira do mundo, como o templo de Horyuji.

Da antiga edificação resta apenas a "Sala de Ouro", considerada o mais importante exemplar arquitetônico do século VI no Extremo Oriente. Entretanto, embora os templos fossem de grande magnificência, as moradias eram simples, evidenciando que o brusco afluxo de uma nova cultura não afetara a vida material.

Os escultores moldaram-se ao novo estilo, mas poucas de suas obras sobreviveram até os dias atuais. Compunham-se na maioria de imagens búdicas em madeira pintada ou bronze dourado. Alongadas, grandes olhos abertos, sorriso doce, proporções simétricas, destinam-se apenas à visão frontal. Dentre elas destaca-se a *Tríade de Sakyamuni*, em bronze dourado, de estilo semelhante ao das estátuas das grutas chinesas de Long Men.

Também a pintura desenvolveu-se nesse período, mas poucos exemplares ficaram como testemunho, exceto alguns do Mosteiro de Horyuji. Essas pinturas, executadas em vermelho, verde e amarelo sobre fundo negro, representam a vida de Buda e ignoram completamente a perspectiva e a proporção: sobre um mesmo plano sucedem-se muitas cenas, uma das características do estilo Yamato que posteriormente se consolidaria.

Fundação de templo no século XIV (à esquerda) e figura do teatro "no".

Paisagem monocrômica do monge Kenko Shokei. (Período Muromachi.)

Centralização do Império

Os Soga continuaram a escolher imperadores, assassinar os príncipes que lhes eram hostis e usurpar os privilégios imperiais. Mas contra eles levantou-se o clã dos Nakatomi. Defendendo o progresso e o Budismo que antes combatera, o chefe Nakatomi no Kamatari derrubou definitivamente os Soga.

A partir daí, a influência da China aumentou, pois o imperador Kotoku e seu ministro — Kamatari — tentaram estabelecer um Estado semelhante ao do país vizinho, buscando dar continuidade à obra de Shotoku Taishi. Seu objetivo era a abolição do regime de clãs privilegiados e o estabelecimento de um governo autocrático. Os imperadores seguintes prosseguiram em direção a esse objetivo e, em 702, foi elaborado o Código de Tahio, que lançou as bases de uma monarquia absoluta e burocrática de tipo chinês. A idéia básica da legislação era a ligação do povo e das terras ao imperador — governante supremo — e a exclusão de poderes intermediários.

Baseado no modelo T'ang, criou-se uma administração central: o imperador nomeava diretamente os governadores provinciais, que acumulavam todas as funções administrativas. Essa tarefa era bastante difícil, devido à autonomia dos grandes clãs, e as reformas tiveram de adaptar-se à realidade. As aristocracias locais dominavam na província e o controle do poder central permaneceu teórico. Mas não se pode exagerar o insucesso das reformas: elas corporificaram a idéia inteiramente nova de um domínio real. As grandes famílias eram todo-poderosas em suas terras, mas formalmente esse poder lhes era concedido pelo imperador.

O período de Nara

Até o início do século VIII a corte era itinerante. As crenças xintoístas impediam que o imperador permanecesse no local maculado pela morte de seu antecessor. No entanto, o estabelecimento de um governo mais autoritário e a superação dessa crença tornaram possível fixar a capital.

Em 710, a imperatriz Gemmyo estabeleceu uma capital permanente em Nara, ao norte de Yamato (período de Nara, 710-784).

Nara trouxe consigo esmagadora influência da civilização chinesa. O plano de sua construção foi copiado das cidades da China. Ocupava um tabuleiro retangular cortado por amplas avenidas; o palácio imperial e os edifícios que o rodeavam se distribuíam por todo o norte da cidade. Eram imensos, cobertos de telhas envernizadas e coloridas.

Shommu Tennô, que reinou em

Nara de 724 a 749, além de desenvolver a edificação da capital, construiu inúmeros templos e continuou a patrocinar nas artes a estilística chinesa do período anterior. A "Sala de Ouro" de Horyuji foi decorada com importante série de pinturas murais com motivos budísticos, onde os traços finos dão idéia de relevo, lembrando técnica hindu. Outra obra célebre do período, *O Retrato do Príncipe Shotoku,* evoca estilos de retratos da Ásia central, provando que, através da China, toda a Ásia influenciou os primórdios da arte japonesa. Ainda em Nara surgiu um atelier (com cerca de sessenta artistas especializados em fundos, contornos ou aplicações de cores) encarregado da confecção de imagens piedosas, além da ilustração de inúmeros *sutra.*

Nesse período, novas tendências manifestaram-se na arte japonesa. Na pintura, as personagens passaram a ser mostradas de perfil e a utilização de sombras deu perspectivas e movimento ao conjunto — elementos realistas, até então ausentes. Na escultura, a anatomia ganhou em realismo, mas a frontalidade e a simetria permaneceram. Duas obras representam perfeitamente as tendências do período de Nara: o *Kannon* e a cabeça de Buda, ambos em bronze.

No fim do período houve uma tendência à elaboração de obras colossais e nasceu um estilo original e independente, de inspiração idealista. Como o bronze era reservado às grandes estátuas, os artistas voltaram-se para técnicas menos onerosas, como a laca aplicada a armações de madeira ou de palha de arroz. Os objetos profanos, principalmente retratos, beneficiaram-se com essas técnicas, que demonstram evidente esforço dos artistas para desligarem-se dos modelos continentais.

A civilização de Nara desenvolveu-se sob o Budismo. O imperador Shommu, por exemplo, fechou-se num silêncio místico tipicamente budista, quando morreu um de seus filhos pequenos, e mais tarde abdicou, fundando a tradição dos "imperadores retirados" ao entrar para um mosteiro.

A influência do clero tornou-se cada vez mais forte e o Budismo passou a desempenhar importante papel político. A Igreja era rica, organizada e culturalmente avançada. Havia mosteiros por toda parte, em terras isentas de impostos. A seu redor realizavam-se feiras, estimulando o intercâmbio econômico. Os mosteiros também participavam da exploração das primeiras minerações.

Em 784, para escapar à influência do clero, o imperador Kammu retirou-se para Nogoda e dez anos mais tarde fundou ali a nova capital — Heian-Kyo (Cidade da Paz), mais tarde denominada Kyoto. O período de Nara chegava ao fim.

Heian, a nova capital

Heian tinha um traçado semelhante ao de Nara, sendo ainda mais grandiosa. Dividida em ruas espaçosas, em cada um de seus lados estendia-se uma longa avenida.

Depois do governo de Hideyoshi, morto em 1597, o poder centralizou-se.

Tokunaga, amigo de Hideyoshi, esmagou uma revolta e tomou o poder.

Mas, para evitar os problemas anteriores, os mosteiros eram pouco numerosos e os mais importantes foram erguidos nos campos.

No século IX, a corte de Kyoto atingiu o apogeu de sua civilização. Durante três séculos o Japão absorvera tudo o que vinha da China, mas em 894 romperam-se as relações diplomáticas entre os dois países. A China entrava num período anárquico e o Japão promovia o desenvolvimento de uma cultura nacional.

A vida indolente e fácil da corte do século IX fez com que as mulheres de Heian se dedicassem às atividades literárias, para exteriorizar seu sentimentalismo. Com o aparecimento de uma escrita apropriada à língua japonesa, os *Kana,* surgiram descrições da vida frívola da corte, que chegaram aos dias de hoje através dos escritos de Murasaki Shikibu ("Genji Monogatari") e de sua contemporânea Sei Shonagan ("Makura no Soshi").

Todavia, esse tipo de vida fútil facilitou a tomada do poder, entre 850 e 1110, pela família Fujiwara, cujos membros se sucediam como "Kampaku" (regentes), dominando a família real com o mesmo artifício dos Soga: o chefe do clã casava suas filhas com o imperador e colocava parentes nos postos-chave da administração.

No começo do século X surgiram duas importantes seitas budistas no Japão: Tendai e Shingon. Embora rivais, ambas procuravam isolar-se da corte e conseguir uma união de todas as formas de pensamento. A seita Tendai pregava que todo indivíduo poderia atingir a iluminação através de uma iniciação apropriada; a Shingon usava uma série de símbolos, sons, cores, perfumes, cantos e obras artísticas, e atraiu a atenção da corte.

Essa época de luxo e prazer foi a idade clássica da literatura japonesa. Os Fujiwara, até o final de seu domínio, procuraram acentuar a importância da cultura, dando à época Heian seus melhores artistas e literatos.

Na primeira fase da escultura Heian, os estilos começaram a tornar-se menos realistas; os rostos austeros, impessoais, tendiam para a abstração. Mas muitos estilos coexistiram. Estavam presentes imitações das esculturas T'ang, continuações dos estilos de Nara e o estilo realista nascente da escultura Sinto.

Com os Fujiwara ocorreu a "niponização" da escultura e da arte em geral. Ao lado da contínua busca por um estilo nacional, a escultura e demais artes refletiam, no fim do período, uma visão triste e melancólica do mundo.

Quanto à pintura, uma certa sofisticação caracterizava as obras em estilo chinês *Kara-e.* Mas aproximadamente no ano 1000 desenvolveu-se o *Yamato-e,* ou pintura japonesa, descrevendo cenas do cotidiano do país ou se inspirando em motivos tipicamente populares. É a primeira manifestação de uma arte leiga e seus mais importantes exemplos são os *Monogatari-e,* isto é, ilustrações de lendas em *e-makimono,* rolos que se desenrolam a mão, da direita para a esquerda, e

que se tornaram a mais expressiva forma de se contar uma história. *Genji Monogatari*, o romance da senhora Murasaki, é um dos exemplos mais célebres, cujo elemento original é a perspectiva: todas as cenas são vistas do alto. Outros dois belos exemplares são a *História do Monte Shighi* e o *Rolo dos Animais*.

No período Heian os palácios eram cobertos de ripas de pinho e o jardim começou a adquirir importância nas relações com a casa principal, que, situada no centro, ligava-se às outras dependências por meio de corredores. Nos mosteiros das montanhas os conjuntos seguiram mais os caprichos dos terrenos que os dos arquitetos.

A arquitetura tendia cada vez mais para o luxo, refinando-se progressivamente. Mas as casas populares permaneciam iguais, sem modificações.

Heian, centro de civilização brilhante, durou quatro séculos sem quebra de continuidade. Mas limitada a uma classe, a dos nobres, e dentro de uma região restrita, não contribuiu para que o resto do país saísse do estado de atraso e de terrível miséria em que se encontrava. A divisão geográfica em regiões isoladas, em conseqüência do relevo acidentado, e o mau estado permanente das vias de comunicação impediram que a cultura Heian extravasasse os limites exclusivos da corte.

Surgem os samurais

O desmedido luxo da nobreza contrastava violentamente com a miséria do país e era praticamente sustentado pelos camponeses: impostos esmagadores e pesadas corvéias (serviços gratuitos para os senhores de terras ou para o Estado) absorviam a maior parte da produção agrícola — devido à quase ausência de moeda, as taxas eram pagas em espécie, com o fruto das colheitas. Mas, enquanto a nobreza dispersava seus esforços em intrigas palacianas, a rude e persistente aristocracia rural ia lentamente se fortalecendo e estabelecendo as bases de seu poder.

Escapando ao controle estatal, os aristocratas da província começaram a criar vastos domínios rurais, os *shoen*, originados nas terras concedidas com isenção de impostos pelos soberanos de Nara a mosteiros e privilegiados. Valendo-se freqüentemente de meios ilegais, os aristocratas aumentavam suas propriedades rurais isentas de taxação, às custas das terras do Estado. Além disso, sob o pretexto de protegê-las contra a ação fiscal, anexavam para si as terras dos camponeses arrasados pela tremenda carga de impostos.

Enquanto a aristocracia ia elevando o seu poderio, a situação do camponês permanecia a mesma. O grande proprietário local terminou substituindo o fiscal do Estado e passou a exigir pesadas taxas *in natura*. Parte do que retirava do camponês, o aristocrata entregava a um nobre da corte, em troca de sua proteção contra a cobrança do fisco. Sobre o camponês, portanto, recaía a responsabilidade de financiar tanto a nobreza da província como a da corte.

O shogun Tokugawa, iniciador de uma dinastia que durou mais de 250 anos.

Para o Estado, esse sistema significou o desaparecimento quase total de suas rendas, passando a viver apenas do que o imperador retirava de suas próprias terras; seu poder, que jamais fora muito sólido nas províncias, acabou perdendo toda a expressão fora da capital. O sistema era comparável ao do feudalismo* europeu.

Os *shoen* formaram unidades econômicas fechadas e, para mantê-las, seus proprietários recorreram a homens armados, ligados a eles por laços pessoais: os samurais. Estes, verdadeiros artistas na arte de combater, instituíram associações locais, cujos membros se encontravam unidos por profunda amizade e parentesco, para a defesa mútua de seus interesses. Tais associações deram origem à formação de diferentes grupos em todo o país.

Os primeiros a compreenderem o valor de sua própria força e ameaçarem o poder central foram os grandes mosteiros, constituídos por imensas propriedades e constante abrigo dos elementos perseguidos: fugitivos da polícia, camponeses de terras confiscadas, etc. Os mosteiros dispunham de exércitos numerosos para defender os interesses materiais da instituição, mas os Fujiwara, desprovidos de força militar efetiva, tinham de recorrer aos militares das províncias

Obras do século XVIII: atores em papéis femininos (Torii Kiyohiro) e servos com cavalo (escola Sumiyoshi).

a cada novo ataque dos mosteiros ou a cada revolta que eclodia em qualquer canto do país. Assim, os senhores "feudais" conseguiam o prestígio necessário para estender seus domínios e ampliar os contatos com a corte.

A partir dos fins do século X, duas famílias se destacaram: os Taira e os Minamoto, que disputariam entre si a hegemonia durante duzentos anos (séculos XI e XII). Os Taira, vitoriosos a princípio, tiveram seu apogeu com Taira Kiyomori, que, de 1160 a 1181, suplantou completamente os Fujiwara e impôs sua tutela ao imperador. Mas em 1185 o chefe do clã dos Minamoto, Yoritomo, esmagou os Taira e assumiu o poder.

O shogunato, governo militar

Yoritomo criou o *bakufu* — um tipo de governo militar inteiramente novo, que não visava a derrubar o poder imperial, mas apenas completar os serviços que já funcionavam na capital. Nomeado *sei-i tai-shô-gun* (generalíssimo) pelo imperador, ocupou-se do controle de cavaleiros fiéis a seu clã, e deu início ao shogunato. Enquanto a corte imperial permanecia em Kyoto, Yoritomo estabeleceu o centro de seu poderio em Kamakura, perto da atual Tóquio*.

Em 1232, realizou-se uma reorganização administrativa: nas províncias, os senhores passaram a exercer livremente o domínio de suas propriedades, embora a vigilância policial continuasse sob a responsabilidade de um representante do *bakufu*. Além disso, agentes fiscais recebiam uma taxa "militar" de cada domínio, procedimento hábil para cobrar impostos sobre terras que desfrutavam de isenção.

Os imperadores continuaram existindo durante o shogunato, mas foram destituídos de qualquer poder efetivo: o governo era exercido pelo *shogun* e pelos senhores feudais, enquanto os samurais votavam a seus chefes uma lealdade incondicional, permanecendo escravos de um rígido código de honra — o *bushido*.

Com a morte de Yoritomo, o shogunato foi usurpado por uma dinastia de regentes, os Hojo, que conservaram o poder por mais de um século (1200/1333) e por duas vezes (1274/1281) enfrentaram as forças chinesas, enviadas pelo mongol Kublai Kan.

Entretanto, em relação ao período de Heian, o de Kamakura (1185/1333) marcou uma certa regressão cultural. Foi a época dos samurais, do culto às armas e ao dever, onde os valores guerreiros se sobrepunham a todos os demais. O Zen (escola de meditação vinda da China), pregando a criação de um tipo de homem estóico e viril, tornou-se a grande força moral dos cavaleiros e samurais.

O caráter guerreiro da época e a influência das esculturas chinesas Song contribuíram para dar um impulso decisivo à tendência realista que começara a se afirmar desde a época de Nara. As expressões dos rostos começaram a se humanizar, realçadas pela utilização do cristal ou do vidro na execução dos olhos.

A gravura destacou-se no período Tokugawa. (Teatro, por Torii Kiyotada.)

Casal de amantes sob a cerejeira, tema apreciado no mesmo período.

Dentro dessa linha surgiram esculturas notáveis, destacando-se as colossais estátuas de *Niô* (1203), *Maitreya* e *Vimalakirti*, do escultor Unkei e de seus dois filhos.

As estátuas de animais eram raras, e as máscaras *no* começaram a aparecer, dando início a um estilo particular.

Permanecendo fiel ao estilo da época precedente, também a pintura envolveu-se de realismo, movimento e violência, principalmente nas representações religiosas, onde cenas diabólicas substituíram as idílicas. O mesmo realismo aparece nos retratos, notáveis pela precisão das expressões. O de *Minamoto Yoritomo*, por exemplo, é um verdadeiro estudo do caráter de um chefe militar, que deixa transparecer sua ambição satisfeita. Os *emakimono* continuaram a constituir a produção mais original e atingiram nessa época o mais alto grau de realização.

Quanto à arquitetura, uma padronização dos elementos da construção permitiu considerável economia de tempo e de mão-de-obra. Desenvolveu-se também nessa época a "arte da jardinagem"; ao lado dos jardins tradicionais surgiram outros mais simples, como o de pedra da escola Zen *(Sekitei)*.

Retorno à China e ao esplendor

Em 1333, o Imperador Daigo II (ou Go-Daigo) tentou restaurar o poder imperial, chegando a derrotar o shogunato de Kamakura. Mas o clã dos Ashikaga, que o apoiara no combate, trocou-o por outro imperador e restabeleceu o shogunato em proveito próprio. Durante 57 anos (de 1335 a 1392), a autoridade imperial ficou dividida entre duas cortes. Na do sul estavam os partidários de Go-Daigo; na do norte dominavam os Ashikaga. Finalmente, em 1392, o soberano do sul abdicou em favor do monarca do norte.

O reatamento das relações com a China novamente pôs em destaque a importância do intercâmbio cultural. Livre da austeridade de Kamakura, a corte retornou a Kyoto e lançou-se ao esplendor do luxo. Mas aos Ashikaga agradavam a simplicidade e a indiferença ao aparato religioso, próprias da doutrina Zen — e os sacerdotes Zen começaram a ganhar terreno político.

Nessa época chegaram ao Japão inúmeras obras-primas chinesas, da época Song. Artistas, *shogun* e comerciantes de arte — vigorosa classe de mercadores que surgia — buscavam conquistar para si os produtos artísticos até então pertencentes apenas à nobreza. Os comerciantes de arte davam aos artistas a segurança e independência necessárias para a realização de suas obras.

Assim é que, construíram-se templos, jardins; e a arte floral, a partir daí especificamente japonesa, tornou-se o passatempo de monges e guerreiros. Sacerdotes e fidalgos dedicavam-se à pintura, alguns com verdadeiro talento.

Também os *shogun* apaixona-

vam-se pelas artes e alguns tornaram-se autênticos mecenas.

Sob a influência Zen, a iconografia tradicional transformou-se, em proveito de novas técnicas consideradas mais apropriadas ao culto. Expandiu-se, assim, no fim do século XIV, o estilo denominado *shibouku*, pintura negra em tinta nanquim, inspirada no estilo chinês da época Song.

Sugerir, mais do que mostrar, era o princípio em que se baseavam os pintores.

Mas, enquanto sacerdotes e eruditos empenhavam-se em adotar o estilo chinês, os cortesãos continuavam a apreciar os estilos tradicionais. Nos meados do século XV a família Tosa deu prosseguimento à tradição do *Yamato-e*, criando obras em que o luxo, a decoração e o cotidiano tipicamente japoneses reagem contra as rígidas convenções chinesas. A obra dos Tosa representa um papel importante na evolução artística do Japão e traz como conseqüência as correntes de gravura que surgem logo depois.

Após o período de Kamakura, a escultura quase desapareceu. Suplantada pela pintura, contentou-se com a posição de arte decorativa, abandonando a religiosidade. Em compensação, como conseqüência da cerimônia ritualística do chá, ganhou uma forma artesanal há muito praticada, e das mais originais do Extremo Oriente: o trabalho com laca. No Japão os objetos de laca foram sempre preferidos aos de faiança ou porcelana e os artesãos do país suplantaram seus mestres chineses.

No campo da arquitetura houve um movimento renovador, que tocou não apenas a decoração, mas também os planos de conjunto e os monumentos. Em meio a esplêndidos jardins elevaram-se pavilhões recobertos de ouro (Kinkaku-ji, 1397 — Ginkagu-ji, 1483), que tentavam harmonizar a tradição com as novas tendências.

No século XVI ocorreu o declínio das antigas famílias e a ascensão dos *daimiô*, que eram também senhores feudais. Nessa época, a pulverização do poder político atingiu o auge. Os *daimiô* viviam em guerra entre si.

Os *shogun* Ashikaga haviam se reconhecido como vassalos da dinastia chinesa Ming e desenvolveram o intercâmbio comercial com o continente asiático através de comerciantes que se organizaram em associações semelhantes às guildas européias — *asza*.

Registrou-se grande prosperidade nas cidades e portos, principalmente em Nagasaki.

A arte chinesa Ming exerceu profunda influência no Japão dessa época, mas o que realmente merece destaque é o aparecimento do drama lírico *no*, patrocinado pelos *shogun* Ashikaga.

Em 1543 chegou ao Japão um navio português, inaugurando as relações nipo-européias e trazendo pela primeira vez o contato com a civilização ocidental e com o cristianismo — trinta anos após a chegada dos portugueses, havia 150 000 pessoas convertidas à nova religião.

Na segunda metade do século XVI desenvolveu-se o período Mamoyama, que não durou mais que algumas décadas e foi marcado por lutas intensas em todo o país. Nessa época, estabeleceram-se os alicerces do Japão moderno.

1853: uma esquadra dos EUA procura romper o isolacionismo japonês.

Com o Imperador Meiji, volta a monarquia e reestrutura-se a sociedade.

Uma política expansionista levou o país à guerra com a China, em 1894, ocasião em que a modernização do exército nacional foi em parte provada.

Foram construídos grandes castelos de pedra, semelhantes aos europeus, com a austeridade das paredes compensadas por magníficos biombos, tal como na Europa se utilizavam as tapeçarias. Mas o refinamento de Kyoto, a simplicidade de Kamakura, o respeito dos Ashikaga pela China têm pouca significação para a classe dirigente Mamoyama: a construção de fortalezas é sua principal preocupação. Essa tendência leva a pintura a uma exuberância de cor, predominando as pinturas decorativas, que influíram consideravelmente no artesanato da época, especialmente na cerâmica. Novos fornos cerâmicos foram construídos e inúmeros artesãos chegaram da Coréia.

A súbita explosão de cores e motivos originais transformou também a indústria têxtil, que muito sofrera com os Ashikaga. A vida palaciana requeria um vestuário suntuoso, capaz de harmonizar-se com a pompa dos biombos e das recepções extravagantes.

Isso encorajou a indústria têxtil a explorar todas as técnicas: tinturas, pintura sobre tecido, bordado, tecelagem, etc.

A ourivesaria registrou a mesma originalidade. As lacas, cada vez mais procuradas, apresentavam-se agora com a tendência de reproduzir pequenos motivos em toda a superfície do objeto. A pintura entrou nas decorações de grandes dimensões, tratando de adaptar novas técnicas de "aguada" de tinta. Por suas cores e originalidade, as obras desse período estão entre as mais belas produzidas pelos japoneses ao longo de toda a sua atividade artística.

O shogunato de Edo

A pacificação do Japão foi obra do senhor feudal Oda Nobunaga, que, depois de consolidar seu poder nas províncias, em 1573, derrubou o shogunato dos Ashikaga, com a ajuda de Toyotomo Hideyoshi e Tokugawa Ieyasu.

Em 1582, Nobunaga foi assassinado e substituído por Hideyoshi, que lançou o país na inútil tentativa de conquistar a Coréia (1592/97) e morreu em combate.

Seu sucessor, Tokunaga Ieyasu, recebeu o título de *shogun* em 1603, após esmagar importante revolta da nobreza contra o shogunato, em Shekigara.

O shogunato dos Tokugawa estendeu-se até 1867 e teve seu centro em Edo (atual Tóquio): caracterizou-se principalmente pelo fortalecimento do poder central. Apesar de ter havido nova distribuição de terras, boa parte delas foi conservada sob a administração do governo central.

Os *daimiô* foram conservados sob estreita vigilância, mesmo em sua vida privada: somente com a autorização do *shogun* podiam casar-se ou reformar seus castelos e deviam permanecer alternadamente em suas propriedades e na capital,

Edo. No período em que viviam em seus domínios eram obrigados a deixar mulher e herdeiros em Edo, como reféns, medida dispendiosa que contribuiu para a ruína de muitos deles.

Quanto aos imperadores, em sua pequena corte em Kyoto, eram forçados a viver como modestos chefes de província, sem contato com a nobreza e estreitamente vigiados pelos funcionários do *shogun*. Esse regime autoritário conseguiu manter-se durante quase três séculos, às custas do isolamento do arquipélago japonês.

Em 1605 havia 700 000 cristãos. Considerando a expansão do cristianismo como uma ameaça ao poder político central, Ieyasu promulgou um edito de proscrição em 1613, exilando inúmeros nobres importantes, que se haviam convertido. Fechou o Japão ao contato com a Europa. Só em 1645, os holandeses tiveram permissão para manter relações comerciais com o Japão, com a condição de não penetrarem no país, estabelecendo como ponto de contato a ilha de Deshima. A época Tokugawa foi marcada principalmente pela ascensão da burguesia urbana, que influenciou a literatura e as artes, firmando-se sobretudo sob o *shogun* Yoshimune (1716/45), quando a nobreza estava consideravelmente endividada.

Embora a cultura chinesa predominasse até o século XVII, a escola dos Wagakusha procurou desenvolver um movimento de retorno às tradições, mitos e cultos nacionais, ao antigo xintoísmo, ressuscitando, também, as concepções de origem divina do império.

O auge da gravura

O fenômeno artístico mais admirável do período Tokugawa foi a importância alcançada pelas gravuras em madeira *Ukiyo-e* — imagens "da vida que passa". A crescente burguesia, produto das novas estruturas sociais e culturais, exigia uma arte atual, viva. A busca de obras artísticas para essa nova classe alarmou a nobreza, que promulgou leis proibindo os novos ricos de adquirir objetos que, até então, só as grandes famílias possuíam (lacas ou porcelanas). Mas a gravura podia satisfazer os desejos artísticos da burguesia, e logo foi aceita pelos novos consumidores da arte.

A produção de gravuras mostrou-se prodigiosa. Como seu comércio se tornava cada vez mais lucrativo, os artistas passaram a tratá-la com toda espécie de requintes, realçando-a com laca negra e brilhante, com aquarelas e dourados. Inicialmente eram usadas apenas duas ou três cores, mas depois os gravadores chegaram a usar onze, com blocos de madeira diferentes para cada cor. Para satisfazer uma clientela exigente, os artistas eram obrigados a uma pesquisa constante, em busca de temas novos e originais. Horunobu (1725/70), mestre da gravura policrômica, deixou de inspirar-se nas ruas da cidade ou nos teatros, preferindo retratar as jovens "de boa família" nas suas ocupações mais banais — penteando-se, olhando flores de cerejeira, etc.

Alguns gravuristas especializaram-se em retratos de artistas populares (Shunshô), enquanto outros dedicaram-se a retratar a figura delicada das gueixas (Utamaro). As paisagens de Hokusai, que pintou até os 89 anos, são enérgicas e cheias de vida. Hiroshige deixou também uma série de paisagens, além de imagens de aves e flores. Sua gravura *Grande Ponte sob a Chuva* (1857) fez sucesso entre os artistas europeus do século XIX, tanto impressionistas como expressionistas, e, quando ambas as tendências anunciaram uma nova maneira de ver a arte, falavam em nome da arte japonesa.

Aproveitando-se do longo período de estabilidade, a burguesia colocou-se no mesmo plano das classes dirigentes em relação ao consumo de produtos artísticos, mas o julgamento e proteção das obras e dos artistas continuavam na mão da nobreza e dos *shogun*. E enquanto a burguesia urbana ascendente promovia o aparecimento de um novo gênero artístico que exaltava a personalidade humana e o indivíduo, a nobreza conservadora continuava a favorecer as escolas tradicionais de pintura.

No século XVIII e subseqüentes, a arquitetura dos templos também se modificou, principalmente ao fazer com que um único telhado abrangesse toda a construção, suprimindo os corredores exteriores. Com isso, as formas dos tetos se complicaram, assim como as estruturas aparentes, que ficaram bastante ornamentadas.

Nas cidades, em virtude dos incêndios que irrompiam com freqüência, as casas passaram a ser construídas em gesso e com tetos de telha e, por força da exigüidade dos terrenos, em vários andares.

A cerâmica — que viveu nessa época seu período áureo — dividiu-se em dois grupos: o dos que seguiam os mestres chineses e o dos que buscavam inspiração local.

A modernização

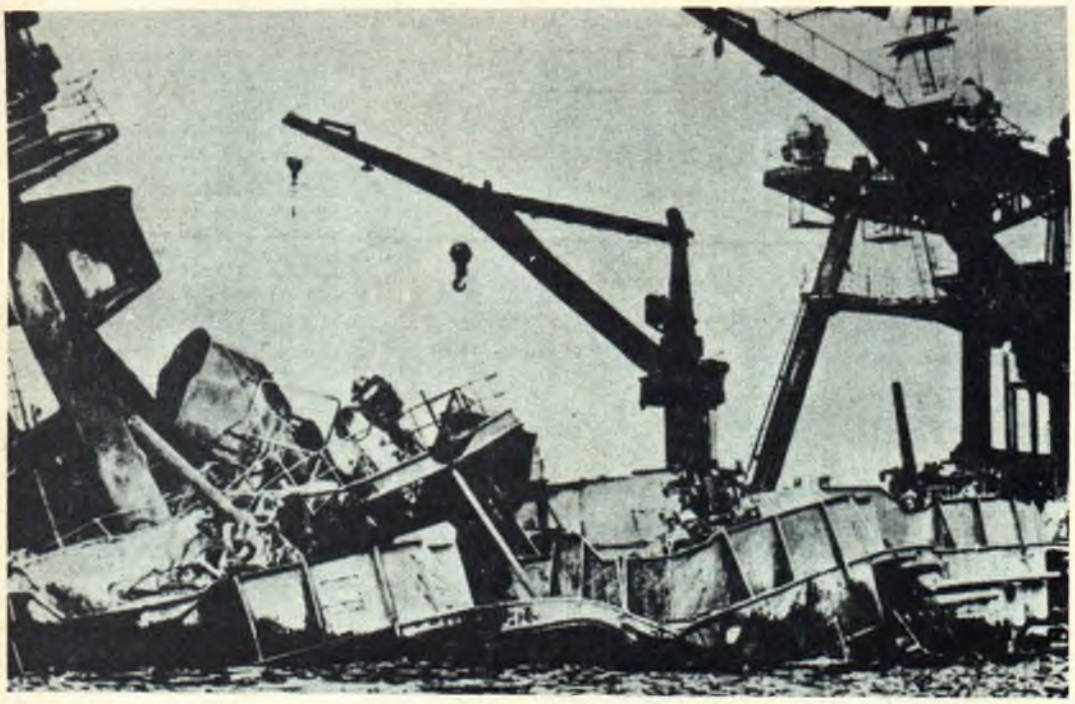
Durante todo o período Tokugawa, não cessou a pressão das potências européias no sentido de romper o isolamento japonês.

Em meados do século XIX, os Estados Unidos começaram a procurar a hegemonia no Pacífico e, em 1854, um oficial americano, Comodoro Matthew C. Perry (1794-1858), obteve a assinatura do Tratado de Kanagawa, depois de uma ostensiva demonstração da força de sua armada.

Pelo tratado, o Japão abriu os portos de Shimoda e Hakodate aos Estados Unidos e, mais tarde, também realizou acordos com a Holanda, a Inglaterra e a França. Assim, mercadorias estrangeiras passaram a entrar no país, enquanto saía dele imensa quantidade de ouro. Os preços subiram espantosamente, com resultados desastrosos para a pequena burguesia e os camponeses, que se revoltaram abertamente contra o *shogun* em 1866, aliando-se aos *daimiô* e ao imperador de Kyoto. A 9 de novembro de 1867 caía o último *sho-*

A Rússia também entregou terras ao Japão, após a guerra de 1904-1905.

Habitantes de Formosa rebelaram-se contra o domínio japonês, em 1930.



O navio norte-americano "Arizona" afunda em Pearl Harbor depois do ataque japonês, a 7 de dezembro de 1941.

gun (Yoshinobu). Alguns dias mais tarde o Imperador Mutsuhito (ou Meiji Tennô) anunciava oficialmente o restabelecimento da monarquia absoluta e, em 1869, transferia a capital do país para Tóquio.

O poder soberano do Estado voltou às mãos dos imperadores e começou a desenvolver-se a moderna sociedade capitalista. Os nobres e plebeus ricos que haviam liderado a Revolução, apoiando Meiji Tennô, desejavam um regime político capaz de enfrentar as pressões estrangeiras.

Gradualmente, o sistema de ocupação das terras foi se transformando, aproximando-se das estruturas vigentes no Ocidente.

Em março de 1868, o imperador anunciou os princípios políticos do novo regime: 1) deliberação pública de todos os assuntos importantes em assembléias abertas; 2) participação de cidadãos de todas as classes em assuntos públicos; 3) satisfação do desejo legítimo de cada cidadão, sem distinção de classe; 4) observação dos princípios racionais universalmente conhecidos; 5) obtenção dos conhecimentos propagados em todo o mundo, a fim de reforçar os fundamentos do Império.

O impulso renovador foi tão grande que, espontaneamente, os *daimiô* entregaram seus domínios ao imperador e os trezentos feudos ainda existentes se reuniram em 72 prefeituras. Missões foram enviadas à América e à Europa, a fim de colher informações sobre técnicas ocidentais, para que o Japão pudesse industrializar-se.

Mas o capital acumulado pelos plebeus ricos era insuficiente para a transformação do regime econômico. O governo foi obtê-lo dos camponeses, através de um moderno sistema de impostos que impunha o pagamento em dinheiro de 3% do valor da terra.

Nagasaki: bomba atômica americana extermina a população civil.

Como os senhores de terras intensificaram a exploração sobre aqueles que as trabalhavam, a transformação capitalista da sociedade japonesa realizou-se às custas dos camponeses pobres.

A política de expansão

A modernização do exército nacional, que logo se tornou o mais forte do Extremo Oriente, foi em parte comprovada na guerra contra a China, em 1894, pelo protetorado da Coréia. Segundo o Tratado de Shimonoseki (17 de abril de 1895), a China teve que ceder ao Japão as ilhas Formosa e dos Pescadores e a península de Liao-tung. Mas a intervenção da Rússia, Alemanha e França forçou o Japão a devolver à China a península de Liao-tung (em 1898, a península foi dominada pela Rússia, que aí instalou a base de Port Arthur).

Os japoneses participaram, também, ao lado dos europeus na Guerra dos Boxers (1900), mas a crescente influência da Rússia na Coréia provocou um novo conflito.

Depois de assegurar a neutralidade da Inglaterra, o governo japonês ordenou que seu exército bombardeasse as embarcações russas em Port Arthur. Iniciava-se, assim, a guerra (1904/05) em que a Rússia cedeu ao Japão (pelo Tratado de Portsmouth, 5 de setembro de 1905) a península de Liao-tung — com Port Arthur — e o sul da ilha de Sakhalina, além de renunciar a qualquer pretensão sobre a Coréia e a Manchúria meridional.

Ligado à Inglaterra por tratado de 1902, o Japão uniu-se aos aliados desde agosto de 1914 e sua participação na Primeira* Guerra Mundial lhe trouxe vantagens consideráveis: em 1919, obteve a maior parte das antigas colônias alemãs, assim como a base alemã de Kiaotcheou, no Chatong. Durante a guerra, os japoneses haviam tentado apoderar-se da China e, na ocasião da revolução soviética, penetraram na Sibéria oriental.

Tal expansão, porém, começou a inquietar poderosos grupos norte-americanos, que temiam ver o mercado chinês monopolizado pelo Japão. A conferência de Washington (1921/22) obrigou o Japão a devolver à China seus territórios continentais e a retirar suas tropas da Sibéria, além de limitar sua frota de guerra. Em 1925, os liberais moderados do Japão instituíram o sufrágio universal. Mas duas forças passaram a influenciar a política japonesa nos anos seguintes: a dos trustes e a do exército. A conquista militar parecia ser a única solução para o impasse econômico, e a penetração japonesa na Manchúria tornou-se mais agressiva na década de 1930.

Depois de dominar o território manchu, em 1932 as tropas invasoras permitiram que ali se formasse um Estado independente, o Manchukuo, sob tutela japonesa.

Em julho de 1937, o Japão entrou em conflito com a China, ocupando Pequim, Nanquim e a maior

parte das regiões costeiras. Isso fez com que se deteriorassem ainda mais suas relações com os Estados Unidos e o aproximasse da Alemanha, ao lado da qual lutou durante a Segunda* Guerra Mundial. Com a destruição da frota americana em Pearl Harbor, num ataque fulminante (7 de dezembro de 1941), os japoneses obtiveram a hegemonia no Pacífico e, em poucos meses, ocuparam as Filipinas, Hong Kong, Indochina, Malaia, Cingapura, Indonésia e Birmânia. O expansionismo militar japonês alcançou seu auge na batalha naval de Midway (julho de 1942); a partir daí, começou a declinar.

Em 1943, os norte-americanos iniciaram a reconquista das ilhas do Pacífico. A guerra teria continuado por muito tempo, se os Estados Unidos não tivessem lançado duas bombas atômicas em Hiroshima (6 de agosto de 1945) e Nagasaki (3 dias depois). A 14 de agosto de 1945 o governo japonês pediu a paz e o ato de capitulação foi assinado a 2 de setembro seguinte.

Na guerra, o Japão perdeu 1,8 milhão de homens; Formosa e a Manchúria foram devolvidas à China; o sul das ilhas Sakhalina e as Kurilas passaram à URSS; perdeu também a Coréia, e o território japonês foi ocupado pelo exército americano.

Em novembro de 1946 foi promulgada uma nova constituição, que, a partir de maio de 1947, data em que entrou em vigor, estabeleceu o regime monárquico parlamentar japonês. O imperador já havia renunciado a seu caráter divino e agora tornava-se o símbolo do Estado e da unidade do povo.

Vários ex-chefes políticos e militares da fase áurea do expansionismo (1935/45) foram condenados à morte e executados pelos norte-americanos.

A propriedade

As tropas de ocupação permaneceram no Japão sob o comando do general americano Douglas Mac Arthur. O governo dos Estados Unidos objetivava o enfraquecimento econômico do país ocupado, mas a mudança da correlação de forças no Extremo Oriente, após a vitória da revolução socialista na China (1949), levou-o a alterar esse propósito inicial. O Tratado de Paz assinado em São Francisco (8 de setembro de 1951) terminou formalmente com o regime de ocupação, mas, ao mesmo tempo, levou o Japão a um pacto com os Estados Unidos, permitindo a manutenção de bases militares americanas em território japonês; além disso, o Japão comprometeu-se a sustentar junto à ONU (na qual entrou em 1956) o princípio de uma tutela norte-americana sobre o arquipélago de Ryukyre, onde se encontra a ilha de Okinawa, ocupada pelos EUA em 1945. Encorajado pelos Estados Unidos, que o colocaram em seu esquema de defesa do Extremo Oriente, o Japão reconstituiu suas forças militares e entrou num período de franca prosperidade econômica.

No terreno artístico, a abertura do país, no século XIX, levou a arte nacional a assimilar fórmulas e expressões ocidentais. Na arquitetura, por exemplo, as construções passaram a imitar estilos europeus. Na pintura, o abstracionismo conquistou numerosos adeptos. Por outro lado, o Ocidente também descobriu a arte e o artesanato japoneses que, por sua vez, passaram a influenciar a expressividade artística ocidental.

Setembro de 1945: a rendição japonesa, a bordo do "Missouri", dos EUA.

Anualmente, Hirohito abre as sessões do Parlamento com a fala do trono.

A renovação do pacto de segurança, em 1960, provocou grandes manifestações de protesto no território japonês, dirigidas sobretudo por organizações de esquerda. A presença das bases norte-americanas em Okinawa foi motivo de constantes demonstrações de desagrado, especialmente da parte dos estudantes.

Das 147 bases norte-americanas instaladas no Japão no início da década de 1970, 117 encontravam-se em Okinawa (a 700 quilômetros da China), constituindo pontos estratégicos de controle da área asiática do Pacífico e de apoio à guerra mantida no Vietnam*.

Em novembro de 1971, novo tratado foi assinado, estipulando a devolução da soberania japonesa sobre Okinawa a partir de 1972, mas permitindo que os Estados Unidos continuassem a manter ali 88 de suas bases militares.

Porém, o acordo não aplacou a onda de protestos em todo o país, desencadeada por movimentos liderados por estudantes e trabalhadores, que exigiam a retirada total das tropas norte-americanas.

No primeiro semestre de 1972, o presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon, inaugurou uma política de aproximação com a República Popular da China, visitando-a pessoalmente para tentar restabelecer um diálogo rompido desde 1949. A realização dessa visita deu ao Japão a possibilidade de buscar seus próprios contatos oficiais com o vizinho socialista, grande cliente e fornecedor comercial.

Essa aproximação seria mais e mais incrementada à medida que se firmavam as relações entre China, Japão e Estados Unidos. A 25 de setembro de 1972, o premier japonês chegava a Pequim, pondo fim a uma separação diplomática de quase quarenta anos.

A política de amizade com os Estados Unidos culminou com a visita feita pelo Presidente Gerald Ford ao Japão de passagem para Vladivostock (URSS), em novembro de 1974. Quase um ano depois, o Imperador Hirohito e a Imperatriz Nagako retribuíram o gesto de amizade, visitando o povo norte-americano. Em oposição ao moroso progresso diplomático, o comércio com a República Popular da China cresceu em mais de 50% no biênio 1972-1973.

E, em abril de 1974, foi firmado um acordo de aviação civil.

VEJA TAMBÉM: Ásia; Budismo; China; China, História da; Coréia do Norte; Coréia do Sul; Japão; Japonês, Cinema; Primeira Guerra Mundial; Segunda Guerra Mundial; Tóquio; Xintoísmo.

Japonês, Cinema

O cinema japonês começou a ganhar maior simpatia do público ocidental a partir da década de 1950, com filmes como *Rashomon, A Vida de Oharu, Os Contos da Lua Vaga, O Intendente Sansho, A Lenda de Genji, A Porta do Inferno* e *Viver*, premiados em festivais europeus e americanos. Essa consagração, dirigida ao país que em 1954 chegou a alcançar a posição de primeiro produtor cinematográfico do mundo, resultou da execução de hábil política de conquista de mercados.

Assimilando a nova forma de espetáculo do Ocidente, o Japão recebeu favoravelmente o cinema em 1896 e já em 1900 produzia os primeiros registros de atualidade; em 1904, uma peça do tradicional teatro *kabuki* constituiu-se no primeiro filme de ficção do país.

Mas, apesar de já contar com quatro estúdios em funcionamento em 1910 (inclusive um da Pathé), a produção japonesa não conseguiu se afirmar. Precavendo-se da concorrência, o *kabuki* proibiu o trabalho de seus atores no cinema, o que veio facilitar a invasão de filmes europeus no mercado japonês. Mesmo assim, em 1912, foi fundada a Nikkatsu, com estúdios em Tóquio (especializados em filmes de ambientação moderna, os *gendai-gekki*) e em Kyoto (consagrados à produção de filmes de época, os *jidai-gekki*).

A especialização dos estúdios e a divisão da produção em duas grandes categorias (com o ano de 1868 servindo de fronteira entre *jidai* e *gendai*) permanecem até hoje. Os *gendai*, sem letreiros e de difícil assimilação por um público cujos costumes apenas começavam a renovar-se, deram origem à curiosa figura do *benshi*, verdadeiro astro do cinema japonês mudo. Tratava-se de um narrador que comentava o filme durante a projeção, enriquecendo-o com sua própria imaginação. Freqüentemente, esse "orador das imagens que andam" chegava a obter junto ao público maior sucesso que o próprio filme.

Oposição ao kabuki

Logo após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a situação econômica do país permitiu algumas transformações no cinema, entre elas a fundação da Shoshiku, companhia liberal e moderna em relação à tradicional Nikkatsu. A Shoshiku estabeleceu a produção em série, explorando também, como os EUA, a distribuição e a exibição. Ao mesmo tempo, surgiu no Japão a Associação para o Filme de Arte, libertando o cinema do teatro *kabuki* e opondo-se aos *benshis* e aos *oyamas* (estes, especializados em papéis femininos, uma vez que a tradição milenar proibia à mulher japonesa apresentar-se em espetáculos (a primeira atriz do cinema japonês apareceu somente em 1919). Nesse período surgiram nomes que seriam alguns dos grandes diretores: Tomu Uchida (1897-), Kenji Mizoguchi (1898-1956) e Teinosuk Kinugasa (1896-), entre outros.

Entre os filmes de época, o gênero samurai tornou-se o mais expressivo. ("Duelo na Aldeia Deserta", 1969.)

Na variada produção, alto nível artístico. ("Kuroneko": "O Gato Preto".)

O grande terremoto de 1923 arruinou as duas maiores companhias produtoras do Japão, que repentinamente perderam salas, estúdios, estoques de filmes, atores e técnicos. (A Nikkatsu ficou somente com seu estúdio em Kyoto.) No ano seguinte, a produção alcançou 875 filmes, todos eles baratos e de fraca qualidade.

Reagindo à má qualidade da produção maciça, alguns diretores que já haviam participado da Associação para o Filme de Arte, além de Daisuke Itch (1898-) e Heinosuke Gosho (1902-), fundaram a Makino Shojo. Mizoguchi destacou-se então com filmes "ideológicos", carregados de pacifismo e geralmente sobre a dura vida do proletariado, principalmente em 1927 e 1928, num momento em que se acentuava a ascensão do militarismo. Por essa época, o cinema era no Japão o espetáculo popular por excelência. Existia então uma grande produção, na qual se destacava uma linha de alta qualidade, que apresentava preocupações políticas. En-

Para certo público, o drama intimista. ("Ai to Shi": "O Amor e a Morte".)

Comédia, linha bastante comercial. ("Taiken Ryoko": "Viagem Bendita".)

quanto o nacionalismo se afirmava progressivamente, a censura também se intensificava, tornando-se bem mais severa.

A felicidade proibida

Com os primeiros filmes sonoros surgiu outra companhia produtora: a Toho, que logo se especializou em filmes descompromissados, conquistando assim os favores do governo. O diretor da companhia, Ichizo Kobayashi, chegou mesmo a ser ministro de Estado em 1940. Enquanto o truste Mitsui favorecia também a Toho, o dirigismo tornava-se cada vez mais acentuado, sobretudo no período da guerra contra a China e da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), quando se tornou proibida a produção de qualquer filme "abordando a felicidade individual, a liberdade ou fazendo o elogio ao amor". Mas muitos cineastas japoneses negaram-se a aceitar os ditames da censura, fundando, em 1936, uma associação para assegurar a continuidade do trabalho e resistir a polícia e aos militares. Alguns deles acabaram se refugiando no silêncio.

No fim da guerra, o Bureau de Informações estipulou o funcionamento de apenas três companhias (Toho, Shoshiku e Daiei), que não podiam produzir mais do que dois filmes por mês, nem mais de trinta cópias de cada filme. A produção, que em 1941 era de 497 filmes, caiu para 46 filmes em 1944; e as 2 500 salas de exibição que funcionavam em 1941, após os bombardeios, reduziram-se a mil, em 1945. Muitos dos antigos diretores que não colaboraram com o militarismo voltaram à atividade, entre eles Yasujiro Ozu*, Mizoguchi e Gosho, enquanto surgiam novos nomes, como Heisuke Kinoshita (1912-) e Akira Kurosawa*.

Racionalização e agressividade

Após a guerra, com a intervenção norte-americana, a situação modificou-se: os filmes proibidos tornaram-se autorizados e incentivados; os filmes militaristas foram proibidos e até queimados. A Toho foi paralisada por longas greves; Kobayashi foi afastado. Ao lado de filmes de sexo e policiais, apareceu o cinema político de esquerda, feito por diretores como Kinoshita, Gosho, Kurosawa e Tadaschi Imai (1912-). Mas, com a guerra* fria e a guerra da Coréia*, a situação novamente se modificou: Kobayashi voltou a seu cargo; opositores da Toho foram demitidos e fundaram a Shintoho; e a Daiei recuperou seu prestígio.

Em 1950, o cinema japonês estava financeiramente equilibrado, forte e agressivo: de 69 filmes em 1946, passou a 215, com 9 milhões de espectadores por semana. (Em 1954, a produção foi de 370 filmes, com 17 milhões de espectadores por semana.) Nessa década, surgiu também um novo truste, a Toei, enquanto a Nikkatsu, fechada desde 1941, voltou à atividade. Ao mesmo tempo, a produção racionalizou-se, baseada sobretudo nos baixos salários (10 a 30 000 ienes) pagos a técnicos e artistas. Estúdios e películas eram usados economicamente e os filmes circulavam com rapidez no mercado interno, ainda livre da concorrência da televisão. Um filme de custo médio (18/25 milhões de ienes) rendia 50/70 milhões por mês. Por isso tudo, o filme japonês era barato, competitivo e altamente rendoso.

Era a hora da conquista do mercado externo. A Daiei iniciou então a grande ofensiva com um filme feito especialmente para exportação: *Rashomon*, 1950, de Kurosawa, baseado numa precisa análise do gosto ocidental. Sudeste da Ásia, Estados Unidos, Brasil e Havaí foram os principais mercados procurados. Mas algumas superproduções, como *Os Sete Samurais (Shichinin No Samurai*, 1954, Kurosawa), eram destinadas ao mercado mundial indistintamente.

Na década de 1960, o cinema japonês continuou sendo um dos mais fortes em volume de produção e um dos mais diversificados e ricos, do ponto de vista cultural. Ao lado de diversos diretores já consagrados (Gosho, Ozu, Imai, Kurosawa), novos nomes aparecem constantemente, entre eles Shohei Imamura (1926-), Kon Ichikawa (1916-) e Masaki Kobayashi*, responsáveis por um cinema de alto nível estilístico, com dramaturgia freqüentemente original e socialmente combativa. Entre muitos outros, destacaram-se nesse período os filmes *Juramento de Obediência (Bushidozankezu Monogatari*, 1963, de Imai), *Fogo na Planície (Nobi*, 1959, de Ichikawa), *Harakiri (Seppuku*, 1963, de Kobayashi) e também *Somos Todos Porcos (Buta To Gunkan*, 1961, de Imamura).

VEJA TAMBÉM: Cinema; Kobayashi; Kurosawa; Ozu.

"Viver" ("Ikiru") contribuiu para popularizar o filme japonês no mundo.

Jardinagem

Jardinagem é uma técnica que engloba o planejamento, o plantio e a manutenção de jardins.

PLANEJAMENTO — Baseado nos princípios do paisagismo*, compreende o projeto do arranjo estético das espécies vegetais que vão compor o jardim. Supõe também a escolha do terreno, das plantas e, se for o caso, das cercas (muros, arame, sebes, etc.) e da grama. Geralmente, o planejamento do jardim residencial é idealizado junto com o da casa, em cuja planta é assinalado como setor de recreio, que inclui também a varanda, o terraço e a piscina.

Se o terreno escolhido tiver sido removido (para torná-lo plano), deve-se preenchê-lo com nova quantidade de terra fértil. Quando o terreno é considerado bom, pode-se prepará-lo dividindo-o em zonas para o plantio e zonas para o passeio: as primeiras devem ser lavradas, fazendo-se covas nos lugares destinados às árvores. Vegetação arbustiva e capins devem ser removidos e espalhados em finas camadas. Juntamente com terra da superfície e farinha de sangue, essas camadas transformam-se em fertilizante, ao ocorrer a decomposição de matéria orgânica, que se converte em humo. Depois, revolve-se a terra mais profunda para dar-lhe permeabilidade, juntando-lhe esterco animal. Revolvido e adubado, o terreno estará preparado para o plantio.

Os vegetais escolhidos, por outro lado, devem estar adaptados às condições do solo e clima locais. São, por isso, mais convenientes as plantas nativas da região. Torna-se necessário conhecer o tipo de crescimento, as exigências do cultivo, a resistência às pragas, a época da floração, etc. Num jardim, podem ser cultivadas árvores de grande porte (sibipiruna, flamboyant, bisnagueira), de porte médio (quaresmeira, resedá, suinã, ipê-roxo), arbustos floríferos (bico-de-papagaio, esponjinha, espirradeira, mimo-de-vênus), arbustos de folhas (acalifa, cróton, dracena, guaimbé), palmeiras (areca-bambu, fênix das Canárias, jerivá, sifortia, tamareira), plantas baixas floríferas (argapantos, gerânios, violetas) e gramados (grama batatais, grama larga, grama portuguesa).

PLANTIO — Preparado o terreno e escolhidas as diversas espécies que formarão o jardim, efetua-se o plantio, que pode ser por semente, mudas ou estacas. Para as árvores, abrem-se covas de 80 por 80 centímetros (um pouco menores para os arbustos), que devem ser enchidas com água. Depois, mistura-se esterco à terra superficial e faz-se um monte que será umedecido e revolvido várias vezes, a fim de se obter um composto homogêneo. Antes de plantar, coloca-se no fundo da cova uma camada da terra adubada, de 20 a 40 centímetros de espessura. Enche-se novamente a cova de água e, antes que esta acabe de filtrar, planta-se a árvore, introduzindo as raízes no barro. Em seguida, completa-se a cova com a terra preparada, que deve ser apertada ao redor do tronco; e não se rega senão depois de passados alguns dias.

O cuidado com a drenagem de cada cova nem sempre se justifica. É o caso, por exemplo, de solos silicosos, que apresentam excelente permeabilidade.

A preparação do solo é um dos primeiros cuidados no plano de um jardim.

A poda é utilizada para estimular o crescimento e a renovação das plantas.

MANUTENÇÃO — Para que as plantas cresçam em boas condições, é necessário regar a vegetação, revolver freqüentemente o terreno, capinar e podar o gramado, e adubar e controlar pragas e doenças. A quantidade de água necessária depende da natureza do solo: os terrenos arenosos retêm menos água; os argilosos, mais. Por isso, plantas em terrenos arenosos devem ser regadas com maior freqüência. Todas as plantas necessitam de mais água nos primeiros períodos de vida e durante o período de vegetação, que coincide com épocas de calor. O excesso de água pode favorecer o aumento de folhagem, mas nunca a floração; às vezes é mesmo prejudicial.

A poda, por sua vez, é uma exigência do cultivo para que as plantas dêem mais frutos, flores e folhas, ou para reduzi-las a uma forma ornamental. Mas para que não se prejudique a planta, é necessário conhecer profundamente as técnicas de poda. A de limpeza, porém, pode ser feita em qualquer época. Com ela, eliminam-se partes do vegetal que secaram ou que já cumpriram sua missão (talos e pedúnculos florais depois da flor). O gramado também deve ser podado, a fim de serem eliminadas as más ervas.

O adubo, além de ser importante na fase de preparação do terreno, é também exigido durante a manutenção para assegurar fertilidade. Pode conter humo (matéria orgânica) — como os estercos — ou elementos minerais — como os adubos químicos (nitrogenados, fosfatados e potássicos). Os primeiros nunca são prejudiciais à terra, enquanto os químicos, quando mal empregados, podem provocar alguns problemas.

Durante a floração, são convenientes as regas espaçadas (cada quinze dias) com água nitrogenada (uma colher das de sopa do fertilizante para cada 20 litros de água).

O controle de pragas e doenças pode ser feito por meio de inseticidas* e fungicidas apropriados (às vezes, também a poda pode ajudar). As principais pragas são cochonilhas ou coccídeos, cupins, formigas-cortadeiras, gafanhotos, grilos, lagartas de borboletas e mariposas, larvas de besouro, moscas domésticas, moscas-das-frutas, percevejos, pulgões, trips, ácaros e muitas outras. Entre as doenças que afetam as plantas, as que mais comumente aparecem são a murcha e a orelha-de-pau.

VEJA TAMBÉM: Paisagismo.

Jarry prefigurou temas e estilos do surrealismo e do teatro do absurdo.

Representação de "Ubu-Rei" pelo Royal Court Production.

Jarry

O escândalo começou na primeira palavra da peça — um palavrão. E, a partir daí, o nome de Alfred Jarry ficou na história do teatro moderno, como o do autor de uma peça que, já no fim do século XIX, anunciava a vanguarda atual.

Jarry viveu nesse século a maior parte de sua vida: nasceu em Laval, na região francesa de Mayenne, a 8 de setembro de 1873. Seu pai era um homem de relativa fortuna, um pequeno industrial de tecidos. A mãe, filha de um magistrado, era meio louca.

O aluno de Bergson

Em Laval, Jarry fez os primeiros estudos, mudando-se em 1879 para Saint-Brieuc. Foi bom estudante, colecionando prêmios escolares. Chegou a hora de ir a Paris, como acontecia a todo aluno brilhante que tivesse dinheiro para isso. Após alguma hesitação, optou pela Escola Normal, fazendo um curso preparatório com o filósofo Henri Bergson*.

Mas os estudos ficaram em segundo plano para Jarry: o que o interessava realmente eram os passeios com o futuro poeta Léon-Paul Fargue (1876-1947). Saíam juntos, fazendo a descoberta de Paris. Era 1890.

Cinco anos antes, de um texto sobre um suposto Pai Heb, Jarry fizera surgir a figura ridícula de um tirano professor que lhe atormentara a vida no liceu de Rennes, onde concluíra o curso secundário. Foi o primeiro vislumbre de existência da personagem que acabou mais famosa até que seu próprio criador: o Ubu, Rei Ubu ou Pai Ubu. Jarry dramatizou a história do professor e representou-a no celeiro da família de Charles Morin, o primeiro ator de Pai Heb.

Logo depois de sua chegada a Paris, Jarry veio a conhecer os escritores da revista *Mercure de France*, especialmente o diretor Alfred Vallette, sua mulher Rachilde e o grande nome da literatura francesa da época, Rémy de Gourmont (1858-1915). Os três foram seus amigos por toda a vida.

Foi na revista de Vallette que Jarry publicou seu primeiro texto, *Haldernablou*, um diálogo dramático que incluía versos e prosa. Esse foi um dos trabalhos que reuniria em seu livro de estréia, *Minutos de Areia Memorial* (1894).

Ubu literato

Jarry está lançado na vida literária parisiense. Com o prestígio de um prêmio de prosa do mensário *L'Echo* de Paris — além da proteção de Vallette, Rachilde e Gourmont —, colabora em revistas literárias como *L'Art Littéraire* e é participante indispensável das recepções intelectuais do grupo do *Mercure de France*. André Gide* assim descreveu Jarry no salão de Rachilde: "Todos, quase todos que o cercavam, esforçavam-se, com maior ou menor sucesso, para imitar, adotar seu humor".

Preocupado com as tendências mais ousadas da arte de seu tempo, Jarry era um defensor de Gauguin* e do "Douanier" Rousseau*, cujas pinturas provocavam freqüentes escândalos entre a burguesia da sua época, estacionada nas cenas de corte do século XVIII. Para implantar suas idéias, Jarry escreveu muito sobre arte e até participou da fundação de uma revista de luxo com Rémy de Gourmont.

O Jarry literato logo tem de dar lugar ao Jarry soldado. Volta a Laval para servir o exército, mas a intervenção de Berthe de Courrière, sua admiradora, consegue livrá-lo da caserna. E ele aproveitará as lembranças militares em *Os Dias e as Noites* (1897), onde o herói Sengle, ao ser interpelado pelos superiores por não ter saudado a bandeira, responde que estava ocupado demais cumprimentando seus colegas.

De volta à literatura, Jarry está feliz: recebe uma herança de 100 000 francos com a morte do pai, que lhe fora sempre indiferente. Primeiro ato do herdeiro: lançar uma revista de velhas estampas em formato grande, com letras do século XV, *Perhinderion* (palavra bretã que significa "perdão", no sentido de "peregrinação", informa Jarry).

O dinheiro foi ainda suficiente para assegurar a publicação de *César-Anticristo*, em 1895. Jarry, arruinado, muda-se para uma viela úmida, onde mora em companhia de várias corujas, num lugar chamado por seus amigos de "Calvário do Trucidado".

O problema é sobreviver: Jarry colabora de vez em quando em revistas e é ajudado por amigos. Secretário de um teatro parisiense, faz amizade com Lorde Douglas, o célebre amigo de Oscar Wilde*.

O ano do escândalo

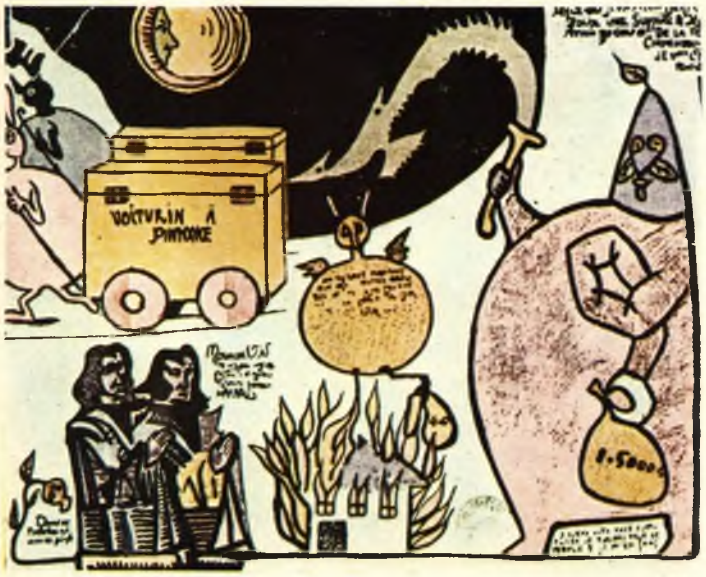
1896 é o ano de *Ubu-Rei*, a obra-prima de Alfred Jarry, a peça que lhe deu sucesso inicial de escândalo e, mais tarde, o reconhecimento da crítica. A 10 de dezembro, um público elegante comparece ao Théâtre de l'Oeuvre para assistir à estréia daquela peça inédita de um autor quase completamente desconhecido.

Parece mais uma tragédia clássica, dentro da melhor tradição do teatro de Corneille* e Racine*: um cenário com as colunas de um templo grego e um coro de máscaras. O ator principal também constitui uma garantia: Firmin Gémier, dos mais importantes da época. Ele avança para a ribalta, olha a platéia e solta um palavrão sonoro, apenas modificado por uma letra ("Merdre!").

É o escândalo. As vaias começam a surgir, em meio às risadas e aplausos. Quase ninguém se importa mais com o que diz a peça: a cada palavrão há um novo duelo no público.

A ação se passa na Polônia, onde Ubu, antigo rei de Aragão, tem alta posição e o favor do rei. Sua mulher, a Mãe Ubu, não se satisfaz com isso: aspira ao trono e incita o marido a armar uma conspiração. O golpe dá certo. Pai Ubu torna-se Ubu-Rei e governa com tanta brutalidade que chega a assustar a mulher. Os nobres, magistrados e ricaços são despojados de seus bens e mortos. Para não ser roubado, Ubu vai em pessoa cobrar os altos impostos que decretara.

No país inteiro há revolta, e Ubu treme de pavor; nos campos de batalha, ele desmaia por qualquer coisa, mas quando acorda tem impulsos terríveis de selvageria. Após Mãe Ubu ter roubado o tesouro real e os partidários do czar tomarem a capital, o casal Ubu refugia-se numa caverna, escapa das garras de um urso, da perseguição dos soldados e embarca para a França, onde Pai Ubu será ministro das Finanças.



Jarry escandalizou o público parisiense. (Programa da peça "Ubu-Rei".)

Ubu-Rei poderia ser uma farsa divertida, e nada mais que isso. Mas o gênio de Jarry vai mais longe e faz uma análise impiedosamente crítica do burguês feroz e selvagem, poltrão e idiota.

Entre os apupos do público, havia quem enxergasse mais longe, além do choque dos palavrões; o poeta Stéphane Mallarmé* estava na platéia e comentou: "Jarry é poeta e com este *Ubu-Rei* começa uma nova época".

Depois de Ubu

Jarry começa a ser chamado, por todos os amigos, de Pai Ubu. Mas, em Paris, as coisas não vão bem: ele é expulso do "Calvário do Trucidado" por falta de pagamento e precisa mudar-se para um velho prédio, onde mora no andar "terceiro e meio", num quarto que é o rebaixamento do teto do terceiro andar.

Apesar de a miséria rondar Jarry, ele publica livros e faz traduções de peças alemãs. Num dos verões passados com os Vallette, escreve *Os Gestos e Opiniões do Doutor Faustroll, Patafísico,* considerado atualmente o livro que melhor explica seu pensamento.

Em 1900, aluga um quarto numa construção estranha, localizada nas proximidades de uma represa, em Coudray. De 1901 a 1903 vive de jornalismo, fazendo crônicas para uma revista. Publica em 1902 um romance que antecipa o ano de 1920: *O Supermacho.*

Quando a revista para a qual escreve fecha as portas, Jarry não tem outro recurso além de viver da caridade dos amigos. Em 1905, após passar o verão na casa de uns tios da Bretanha, fica bastante doente. Sua saúde é abalada pelo absinto, pelo éter e pela subnutrição. Cuidado por Vallette e pelo Doutor Saltas, um misto de médico e homem de letras, Jarry é levado, paralisado da cintura para baixo, a um hospital, mas morre a 1.º de novembro de 1907, vitimado por meningite tuberculosa.

A ressurreição de Jarry

Ainda enquanto Jarry era vivo começou a ser notada a importância vanguardista de sua obra, quando Guillaume Apollinaire* e Max Jacob*, em 1903, dedicaram-lhe uma revista que ninguém leu.

O Dadaísmo* deve muito a Jarry, que antecipou suas teorias de negação agressiva de uma sociedade violenta e corrupta. Mas o movimento que lhe prestou o tributo merecido foi o Surrealismo*, que nele reconheceu o mestre da antiliteratura e o precursor da vanguarda do século XX. André Breton*, Apollinaire, Tzara*, Henri Michaux*, todos viriam a confessar sua dívida para com o autor de *Ubu-Rei.*

A crítica atual coloca ainda o teatro de Jarry como ponto de partida decisivo para as experiências que resultaram no teatro do absurdo* contemporâneo, reconhecendo muito dele em Ionesco (1912-) e Beckett (1906-). Também o brasileiro Oswald de Andrade* adota um procedimento de *Ubu-Rei,* ao fazer em *O Rei da Vela* a paródia do casal amoroso Abelardo* e Heloísa (tal como a peça de Jarry parodia Macbeth e Lady Macbeth, personagens de Shakespeare*, nas figuras de Pai e Mãe Ubu).

Vivendo apenas 34 anos, em meio a gente famosa que ficou esquecida, Jarry é caso isolado na história da literatura, sendo comparável, pelo gênio e pela singularidade, aos "malditos" como Rimbaud* e Lautréamont*.

VEJA TAMBÉM: Absurdo, Teatro do; Dadaísmo; Surrealismo; Teatro.

Jazz

No início do século XX, quase trezentos anos após a chegada dos primeiros escravos negros à América do Norte, o processo de interpenetração das culturas africana e européia gerava, no sul dos Estados Unidos, seu produto artístico mais significativo: o fenômeno musical que ficou conhecido pelo nome de "jazz".

"Jazz é estilo, não composição", afirmava o destacado jazzista norte-americano Jelly Roll Morton*, acentuando: "Qualquer música pode ser interpretada jazzisticamente (. . .). Não importa *o que* você toca, mas sim *como* você o toca". Como Morton, muitos músicos e musicólogos procuraram definir o jazz; e, como ele, na maioria dos casos, limitaram-se a analisar esse tipo de música* sob ângulos bastante restritos, sem abranger a multiplicidade de aspectos que o caracterizam.

Tentando superar essa dificuldade, o crítico alemão contemporâneo Joachim-Ernst Berendt formulou uma definição que é considerada das mais completas. Ele começa por mostrar que o jazz — "uma arte, uma das subdivisões da música" — constitui um universo musical relacionado às músicas africana e européia, mas com uma individualidade que não permite confundi-lo com nenhuma das duas. Explica, em seguida, que o sistema melódico e harmônico do jazz, assim como os instrumentos geralmente usados para sua interpretação, procedem em grande parte da música européia, enquanto o sistema rítmico, o tipo de fraseado musical, o modo de tratamento da matéria sonora e certos elementos melódicos derivam de raízes africanas — e, mais especificamente, da musicalidade dos negros norte-americanos.

Segundo Berendt, três traços fundamentais permitem distinguir o jazz das demais expressões musicais do Ocidente: um tratamento específico do tempo musical, definido pelo termo *swing* (balanço*); a espontaneidade e a vitalidade que presidem a criação musical, manifestadas sobretudo na forma de improviso*; e, finalmente, o modo de tratamento da matéria sonora e o tipo de fraseado.

Essas características básicas do jazz estão intimamente relacionadas à individualidade criativa de cada músico no exato momento da execução, e se exercem dentro dos limites que são definidos pela "gramática formal" de cada um dos estilos jazzísticos.

"Os diferentes estilos e estados de evolução vividos pelo jazz desde seu nascimento, em 1900", conclui Berendt, "diferenciam-se principalmente pela alternância na relação daqueles três traços fundamentais entre si, e pela hierarquia de sua importância relativa." *(Das Neue Jazzbuch.)*

A pré-história do jazz

Vindos da África ocidental num navio holandês, os vinte primeiros escravos negros desembarcaram na Virgínia, colônia inglesa na América do Norte, em 1619. A partir daí, foram sendo trazidos em lotes cada vez maiores (em 1861, o número de negros nos Estados Unidos somaria cerca de 4 milhões), para satisfazer às necessidades de mão-de-obra agrícola, principalmente das grandes lavouras algodoeiras do sul.

Entre os antigos costumes que praticavam, como modo de esquecer as humilhações e o cruel regime de trabalho a que eram submetidos

Nas raízes do jazz, o melancólico canto dos escravizados nos algodoais.

pelos fazendeiros, destaca-se o canto. Suas músicas eram entoadas nostalgicamente — em solo ou, mais freqüentemente, em *catches* (três ou mais vozes) —, expressando a saudade da pátria e dos familiares que jamais reveriam.

Com a abolição da escravatura em 1865, os negros ganharam a liberdade mínima para se reunir para os cantos; assalariados nas plantações, tiveram então condições de conseguir os instrumentos que lhes faltavam. A essa altura, sua expressão musical já não era mais puramente africana; tendo assimilado material musical local — com marcada influência francesa e espanhola —, produziam agora música ainda essencialmente folclórica, mas bem mais elaborada.

Havia três manifestações relevantes dessa música: as *work-songs*, canções entoadas durante o trabalhos; os *spirituals* e uma derivação deles, os *gospel-songs* cantados nos templos protestantes e nos cultos ao ar livre; e os *blues*, cantos melancólicos e profanos.

O Congo Square, uma praça da cidade de Nova Orleans, assistiria ao aperfeiçoamento instrumental desses três gêneros: os negros se reuniam ali regularmente, por volta de 1880, para cantar, dançar e tocar com instrumentos de percussão*. (O som ainda hoje produzido pelas batucadas de samba* dos morros do Rio de Janeiro tem profunda semelhança com o obtido pelos negros de Congo Square, o que se explica pelas raízes culturais comuns, localizadas nas mesmas tribos africanas.)

Storyville, o berço

Nova Orleans, localizada no delta do rio Mississípi, dividia-se em duas partes: na cidade alta viviam os mais ricos; na cidade baixa, os negros, os *creoles* (mestiços, com sangue francês ou espanhol) e o resto da camada pobre da população.

Ocupando 24 quarteirões da cidade baixa, um bairro abrigava a maior parte dos "párias" de Nova Orleans: Storyville, centro de prostituição e autêntico "território livre" da cidade, ambiente onde não havia preconceitos e onde não se manifestava qualquer tipo de hierarquia social.

À noite, Storyville era uma festa. Uma alegre clientela de negros, *creoles* e prostitutas freqüentava suas casas noturnas, que disputavam a freguesia à base de um poderoso argumento: a música. Um simples pianista, ou um conjunto inteiro, não importava: o fundamental era ter boa música.

Esse dado essencial da vida de Storyville — a expressão musical — não se limitava contudo ao enfumaçado ambiente dos *night-clubs*. Nenhum casamento, batizado ou enterro, nenhuma festa ou solenidade pública, nada disso se realizava na cidade baixa sem a presença de uma *brass-band* (banda com predominância de instrumentos de sopro*) uniformizada, que saia pelas ruas sob aplausos de compenetrados ouvintes.

Mas a mais significativa participação das *brass-bands* ocorria nos funerais. "Cada vez que alguém morria — conta Jelly Roll Morton — aparecia sempre uma grande banda nos funerais. Quando a música começava, sabia-se que o homem estava para ser oficialmente enterrado. Ouvia-se a banda subir a rua até chegar ao lugar onde o sujeito ia completar sua última viagem; tocavam-se então várias marchas fúnebres. Após o enterro, saía-se do campo santo e a banda recomeçava. O defunto tinha-se ido, e toda a gente voltava para casa." Era um regresso alegre, porque "todos queriam seguir verdadeiramente a palavra bíblica: 'regozijai-vos na morte' 'e chorai no nascimento'. Nova Orleans seguia à risca as Escrituras".

Funerais em Nova Orleans: à frente do cortejo, os sons da "brass-band".

Em Nova Orleans, o "Preservation Hall" mantém vivas as tradições do jazz.

Seguida por uma pequena multidão, a banda deixava o cemitério e ganhava as ruas, tocando agora uma seqüência de marchas festivas, que traduziam a felicidade de todos pelo fato de terem sido amigos do morto e, em especial, de ainda estarem vivos.

Manifestando esse júbilo, os músicos costumavam deixar de lado o tema daquelas marchas, preferindo improvisar, sobre o mesmo suporte harmônico, novos desenhos melódicos. Nessas improvisações coletivas geralmente destacavam-se três instrumentos: o pistão, que expunha a linha melódica improvisada; o clarinete, que fazia floreios para enriquecer o tema criado pelo pistão; e o trombone, que dava suporte rítmico e harmônico (este era freqüentemente apoiado também por uma tuba, que nas bandas de jazz posteriores viria a ser substituída pelo contrabaixo).

Iniciava-se o século XX. Nas casas noturnas de Nova Orleans, a música de pianistas ou de conjuntos inteiros; nas ruas da cidade, a rica sonoridade das *brass-bands*. Hinos protesteantes europeus, *spirituals, blues, ragtimes* e muitas outras expressões musicais convergiam, entrecruzavam elementos, assimilavam mútuas influências. O jazz estava nascendo.

O nome, um escândalo

O "estilo Nova Orleans" — para o qual a maior contribuição derivou do estilo das *brass-bands*, e cuja "gramática formal" é principalmente caracterizada pelas *blue notes* (notas alteradas de um quarto de tom) — marca a primeira fase da história do jazz. É verdade que, anteriormente a ele, produzia-se em alguns centros (como Sedalia e Saint Louis) o chamado *ragtime* (ou simplesmente *rag*), que era uma forma negra de executar certo tipo de música européia e que acabou definindo, especificamente, um estilo pianístico bem particular dos anos 1890. Mas ao *rag*, que teve no pianista Scott Joplin seu grande intérprete, faltavam características essenciais ao jazz: *swing* e improviso. De qualquer modo, fruto das mesmas raízes, foi também assimilado e acabou fundindo-se aos demais elementos que assinalaram o início da era do jazz.

A década de 1910 assistiu a uma "reação" dos músicos brancos, que, não aceitando como exclusividade negra o "estilo Nova Or-

leans", começaram a organizar as suas próprias bandas.

Uma delas, a Jack Laine's Ragtime Band — dirigida por Jack Laine, que seria considerado por muitos estudiosos como o "pai do jazz branco" —, lançou o "estilo *dixieland jazz*", que posteriormente conseguiria arrebatar os Estados Unidos e se difundiria por todo o mundo. (O *dixie* não passava de um estilo "quase Nova Orleans" praticado por músicos brancos. Nele, um dos traços mais marcantes do "Nova Orleans" estava presente: pistão, clarinete e trombone improvisando coletivamente à frente da banda.)

O grande centro jazzístico ainda era Storyville, que ganhara celebridade pelas batalhas musicais travadas entre bandas, ou mesmo entre solistas: vencia quem tocasse mais rápido, ou quem exibisse mais virtuosismo instrumental nos improvisos. Na longa série dos "reis" de Storyville alinham-se principalmente os nomes dos pistonistas Buddy Bolden (1868-1931), Joe "King" Oliver (1885-1938), Joe Johnson (1879-1949), Emmanuel Perez (1873-1948), Oscar "Papa" Celestin (1880-1954), Freddie Keppard (1883-1932). (Nas primeiras fases do jazz, o pistão — principal solista — era o "instrumento-rei".)

Foi por essa época que a palavra "jazz" começou a ser empregada em seu sentido atual. Das muitas teorias que procuram explicar-lhe a origem, a mais plausível sustenta que derivou de *jass*, termo que na gíria de Storyville significava "orgasmo"; no primeiro selo de disco onde a palavra aparece — uma gravação de 1917, da Original Dixieland Jass Band, chefiada pelo pistonista Nick La Rocca —, ela apresenta essa grafia. De *jass music* a *jazz music* foi uma rápida evolução, provavelmente provocada pelo grande escândalo que a primeira expressão, quando aparecia escrita, sempre causava entre os mais moralistas.

O jazz sobe o Mississípi

Um perigo para a moral das tropas: com essa grave sentença, o Ministério da Marinha — que, por causa da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), transformara Nova Orleans em porto militar — decidiu "fechar" Storyville em 1917, provocando com essa atitude um êxodo de músicos para a próspera (e, como o norte em geral, bem menos segregacionista) cidade de Chicago, situada às margens do lago Michigan.

A primeira conseqüência importante advinda desse deslocamento do eixo geográfico do jazz foi sua difusão pelas cidades localizadas ao longo do rio Mississípi, por onde os músicos transitavam seguindo rumo ao norte.

(Essas viagens eram feitas nos *riverboats*, barcos fluviais cujos donos costumavam proporcionar aos passageiros todo tipo de entretenimento: mágicos, malabaristas, dançarinos e, inevitavelmente, excelentes bandas de jazz, que se tornariam célebres.)

Mas a grande conseqüência da radicação do jazz em Chicago foi a extraordinária evolução que ele sofreu no curso da década de 1920. Aquela poderosa e agitada cidade de cerca de 3 milhões de habitantes era o ambiente perfeito para possibilitar tal desenvolvimento. Sua intensa vida noturna assimilou rapidamente a música chegada do sul; *night-clubs*, cabarés e casas de jogo passaram a contar com bandas de jazz fixas, que atraíam considerável platéia todas as noites. E o "estilo Nova Orleans" chegaria aí a seu apogeu, através de orquestras como as de Sidney Bechet (1897-1959), Jelly Roll Morton, Johnny Dodds (1892-1940) e "King" Oliver.

Esta última — a Creole Jazz Band — revelou um músico que se imortalizaria na história do jazz: o pistonista Louis Armstrong (1900-1971), conhecido como "Satchmo" (abreviatura de *satchel mouth* = boca de saco). Em 1925, "Satchmo" desligou-se da Creole Jazz Band para formar seu próprio conjunto, o Hot Five, que posteriormente, ampliado, ganharia o nome de Hot Seven.

Armstrong constitui um capítulo à parte na história jazzística. Seu particularíssimo modo de interpre-

Jelly Roll Morton, um dos sistematizadores da linguagem musical do jazz.

Tocar melhor que os outros dava título de "rei" em Storyville. Dois deles: Bunk Johnson e Oscar Celestin.

Uma das melhores bandas da segunda capital do jazz — a Chicago dos anos 20 — era dirigida por "King" Oliver, grande mestre de Nova Orleans.

tação foi aos poucos influenciando muitos outros músicos e terminou por provocar uma decisiva transformação no estilo puro "Nova Orleans". Com "Satchmo", as improvisações coletivas cedem seu lugar aos solos, acompanhados por contrapontos igualmente improvisados dos outros instrumentos. Esse triunfo do individual sobre o coletivo marcaria profundamente toda uma época do jazz.

Cantando com característica voz rouca, Armstrong foi também responsável pela introdução do estilo conhecido como *scat singing*, em que palavras originais da letra são substituídas por monossílabos, o que vem a proporcionar excepcional sentido rítmico ao vocal. Graças à série de gravações que realizou a partir de 1925, "Satchmo" já era considerado, nos últimos anos daquela década, como o primeiro grande clássico do jazz, ao lado da cantora Bessie Smith (1895-1937), a "imperatriz dos *blues*".

O caminho aberto por Armstrong frutificou. Já o mesmo não aconteceu com outras propostas menos revolucionárias, como a de um grupo que se reunia regularmente no Southside, quarteirão negro de Chicago. Eram quase todos músicos brancos, profissionais ou não, incondicionais admiradores dos mestres de Nova Orleans. Tentando imitar seus ídolos, criaram um novo estilo, o "Chicago", caracterizado por uma superposição fácil das três linhas melódicas (pistão, clarinete ou saxofone e trombone) que, no "Nova Orleans", são entrecruzadas.

De qualquer modo, o "Chicago" permitiu o surgimento de grandes instrumentistas, alguns dos quais posteriormente teriam importante papel nos novos caminhos do jazz: os pistonistas Bix Beiderbecke, Jimmy Mac Partland e Muggsy Spanier, os clarinetistas Jimmy Dorsey, "Pee Wee" Russell, Frank Teschemacher, Benny Goodman e Mezz Mezzrow, os trombonistas Tommy Dorsey, Miff Mole, Jack Teagarden e Glenn Miller, o pianista Joe Sulllivan, os guitarristas Eddie Lang e Eddie Condon, os bateristas Gene Krupa, George Wetling, Ray Mac Kinley e Dave Tough, os saxofonistas Frankie Trumbauer e Bud Freeman, entre outros.

Chicago vivia então o célebre período da "Lei Seca". Nessa época convulsionada, em que poderosos *gangsters* (o maior deles foi o conhecido Al Capone) sustentavam entre si, e contra a polícia, autênticas guerras pelo domínio do tráfico e da comercialização das proibidas bebidas alcoólicas, o jazz ganhou extraordinário impulso. Multiplicaram-se por toda a cidade os bares e cabarés clandestinos, onde não faltava emprego para bons músicos.

E foi num desses lugares que nasceu a expressão *jam-session*, que até hoje serve para indicar qualquer encontro informal de músicos dispostos a tocar juntos, e onde o talento no improviso é o fator mais significativo. A palavra *jam* parece ter saído das iniciais de *jazz after midnight*, isto é, "jazz após a meia-noite". De fato, as primeiras *jam-sessions* (sessões de *jam*) eram realizadas por músicos que se encontravam após o trabalho regular. Pelo simples prazer de tocar, eles se reuniam em qualquer local disponível e então, livres da relativa rigidez que lhes era imposta nas bandas onde trabalhavam, improvisavam com liberdade total. Isso freqüentemente assumia caráter de competição: cada qual procurava exibir mais talento e sen-

sibilidade, daí resultando ótima música, progressivamente distanciada da linguagem pura do "estilo Nova Orleans".

A vez de Nova York

Antes visto como algo marginal, o jazz já ganhara respeitabilidade nos meios musicais, tendo mesmo influenciado autores de música erudita de outros países: Debussy* servira-se do *ragtime* em seus *Golliwog's Cake-Walk* (1908) e *Minstrels* (1910), o mesmo fazendo Stravinsky* com *Ragtime for Eleven Solo Instruments* (1918) e pouco depois com *The Soldier's Story* (nesta, a influência já é pós-*ragtime*); a mesma trilha seguiriam Hindemith*, Ravel* e muitos outros. Simultaneamente, nomes como George Gershwin* procuraram adaptar a linguagem jazzística à estrutura da música erudita, buscando o que seria denominado "jazz sinfônico".

Na segunda metade da década de 1920, o melhor jazz americano era cultivado em duas frentes: uma era Chicago, onde jovens músicos cada vez mais assimilavam as lições dos veteranos de Nova Orleans; e a outra era Nova York, onde o jazz começava a nascer para as grandes orquestras, como as de Fletcher Henderson, "Duke" Ellington e "Count" Basie.

Progressivamente, Nova York foi ganhando terreno e no início dos anos 1930 já havia roubado de Chicago o título de "capital do jazz". Para ali começaram a convergir novos e antigos estilos, que se enriqueceram mutuamente; ali, a velha linguagem do "Nova Orleans" entraria em contato com a novíssima do "Kansas City" também conhecido como *middle-west* (meio-oeste), estilo mais orquestral.

Enquanto o "jazz branco" ia revelando talentosos músicos, que desenvolviam estilos cada vez mais depurados e menos espontâneos, o "jazz negro" — cuja sede agora era o bairro nova-iorquino de Harlem — revitalizava-se, criando formas novas (como, por exemplo, o *boogie-woogie*, estilo pianístico caracterizado pela insistente repetição de determinadas figuras melódicas na mão esquerda, e que tinha evidente inspiração nos *blues*).

A "era do swing"

Mas a esse auge se seguiria rápida e surpreendente decadência. A crise* econômica de 1929, que levara todo o país ao pânico, parecia estender à música suas catastróficas conseqüências, no alvorecer dos anos 30. É um tempo em que as manifestações de criatividade cedem lugar a arranjos simples, baseados na excitação fácil dos *riffs* (figuras melódico-rítmicas repetidas ao longo de uma execução musical). É o prelúdio da época decadente do *swing*, que se estenderia de 1932 até os primeiros anos da década de 1940. (*Swing*, no caso, serve para denominar certo estilo e a era em que esse estilo prevaleceu; não se confunde com o *swing* jazzístico, que é o balanço, a pulsação, a verdadeira "alma" do jazz, elemento difícil ou até mesmo im-

Louis Armstrong e Bessie Smith, a "imperatriz dos blues", colocam-se entre os primeiros clássicos do jazz.

Três das grandes sucessoras da tradição iniciada com Bessie: Billie Holiday, Mahalia Jackson e Ella Fitzgerald.

Boas orquestras — como as de Basie (foto) e Ellington — foram exceção durante a chamada "era do swing".

possível de ser definido em precisos termos musicais, mas que é absolutamente essencial à interpretação jazzística.)

Se a "era do *swing*" foi pobre em termos musicais, foi simultaneamente uma mina de ouro para os que a aproveitaram comercialmente. Nunca o jazz conheceu tanto sucesso de público, nem nunca esteve tão perto do aniquilamento total. Músicos do porte de Jimmy Luncefor, Glenn Miller, Artie Shaw, Benny Goodman, Tommy Dorsey, Teddy Wilson, Lionel Hampton, Chu Berry, Gene Krupa, Art Tatum e muitos mais — a maioria, por necessidade de trabalho, nessa época em que os empregos escasseavam — emprestaram seus nomes, como líderes ou solistas, às *big bands* (grandes orquestras) que se constituíam, com caráter de poderosas organizações comerciais, para explorar, à exaustão, um gênero musical que pouco tinha a ver com o real espírito do jazz (há mesmo críticos que não consideram a "era do *swing*" como pertencente à história do jazz). Tratava-se de uma música feita para danças de salão, muito ritmada, de linhas melódicas fáceis de memorizar pelo grande público, e cuja orquestração geralmente se baseava na distribuição de *riffs* do tipo *call and response* (chamada e resposta) por três seções instrumentais, que sucessivamente "se chamavam e se respondiam" musicalmente: pistões, trombones e saxofones (ou saxofones e clarinetes).

Evidentemente, havia manifestações de talento em meio à mediocridade quase generalizada. A maior delas: "Duke" Ellington. Imune à má qualidade musical que o rodeava, Ellington procurou buscar sua expressão nas raízes negras, produzindo composições e arranjos orquestrais notáveis, no estilo que denominou *jungle jazz* (jazz das selvas). Sua música representa um momento fundamental na história do jazz, pela conciliação entre o intuitivo e o cerebral, entre o espontâneo e o elaborado, entre o "selvagem" e o sofisticado.

Houve também importantes exceções entre os solistas. Conseguindo superar a crise que o jazz atravessava, destacaram-se virtuosos instrumentistas, de diversos estilos, em plena "era do *swing*": entre eles, Benny Goodman (clarinete), Coleman Hawkins e Chu Berry (sax-tenor), Benny Carter e Johnny Hodges (sax-alto), Louis Armstrong, Roy Eldridge e Rex Stewart (pistão), Teddy Wilson, "Count" Basie, "Fats" Waller e Art Tatum (piano), Gene Krupa, Cozy Cole e Sid Catlett (bateria).

Uma explosão: o "bop"

Nos primeiros anos da década de 1940, quando o jazz parecia irremediavelmente sufocado pela maciça presença do *swing*, preparava-se numa casa noturna do Harlem (a Minton's Playhouse) uma revolução que alteraria radicalmente o curso dos acontecimentos: o chamado *bebop* (ou *rebop*, ou ainda *bop*), o fato de maior importância na história do jazz desde os tempos heróicos de Storyville. (O *bebop* é tão importante que, na opinião da maioria dos músicos e teóricos, ele serve de divisor entre os dois grandes ramos do jazz: o tradicional e o moderno.)

Lester Young delineou, ainda nos anos 30, os caminhos do jazz moderno.

A revolução "bop" eclodiu no Harlem, sob a liderança de Charlie Parker.

A revolução *bop* fora de certa forma prenunciada por um excepcional músico, o saxofonista Lester Young (1909-1959), ex-solista da orquestra de "Count" Basie. Mas seu grande líder foi o saxofonista Charlie "Bird" Parker*, considerado uma das personalidades mais significativas de toda a história jazzística. Cansado de "esquemas harmônicos estereotipados, que todo mundo empregava", Parker abandonou sem qualquer explicação a orquestra de Jay Mac Shann, onde tocava, partindo de Detroit para a cidade de Nova York. Passou então a freqüentar a Minton's Playhouse, trocando idéias e experiências com vários músicos de qualidade que ali sempre se encontravam: o pianista Thelonious Monk, o baterista Kenny Clarke, o pistonista John Birks "Dizzy" Gillespie, o guitarrista Charlie Christian, entre outros.

"Dizzy" Gillespie narra assim a criação do *bop:* "Por volta de 1941-1942, alguns entre nós começaram a fazer *jam-sessions* num bar do Harlem (o Minton's). Mas havia sempre sujeitos que não sabiam tocar, e que não tocavam menos de seis ou sete solos em seguida. Por isso, Thelonious Monk e eu compúnhamos variações harmônicas complicadas, que nos permitiam, à noite, eliminar os tipos sem talento, incapazes de improvisar sobre elas. Pouco a pouco fomos-nos interessando pelo que fazíamos, e, depois de muito tatear, nossa música acabou por evoluir e tornar-se o que ela é". Com a chegada de Parker, a síntese foi perfeita: estavam lançados os fundamentos do jazz moderno.

A idéia básica do grupo que Parker passou a liderar era, em última análise, uma volta ao velho espírito do jazz: a predominância do improviso, da espontaneidade criativa. Mas seu trabalho encaminhou-se para rumos sensivelmente diversos dos do "Nova Orleans". No *bebop* (palavra que imita o som característico da bateria, nesse estilo) há também regras severas de expressão, tanto quanto as do jazz tradicional. Só que a liberdade de improviso melódico é praticamente ilimitada. Trabalhando sobre esquemas harmônicos sofisticados, altamente dissonantes, os *boppers* (músicos executantes de *bop)* praticamente destroem a linha melódica original da música que interpretam, o que não acontece no jazz tradicional, onde o improviso não "esconde" a melodia-tema.

Essas radicais transformações nos sistemas melódico, harmônico e rítmico até então vigentes desagradaram ponderável parcela de jazzistas, que entenderam que a real essência do jazz estava sendo destruída pela fúria inovadora dos *boppers;* esses dissidentes, numa espécie de contra-ofensiva, trataram de voltar às origens. Seu movimento — chamado de *revival* (renascimento) — recebeu a adesão de músicos negros de grande importância (entre outros, Bunk John-

son, George Lewis e "Kid" Ory) e foi outra das boas conseqüências do *bebop:* seus adeptos, espalhados por todo o mundo, pesquisaram muito e formaram centenas de bandas excelentes, rigorosamente iguais às dos velhos tempos de Nova Orleans e Chicago, preservando até hoje, em toda a sua pureza, o melhor jazz tradicional.

Por um jazz mais frio

Os exageros renovadores dos *boppers* — que, a certo momento, pareceram ameaçar tanto quanto o *swing* a permanência do jazz — foram contidos por volta de 1947, quando bons músicos brancos, até então relegados à música quase exclusivamente comercial, evidenciaram-se como solistas de um novo estilo que surgia: o *cool jazz* (jazz frio), oposto ao *hot jazz* (jazz quente), que prevalecera desde a época das primeiras gravações de Armstrong. Enquanto o *hot* é mais emoção, mais exteriorização de sentimentos, o *cool* propõe a procura de um som puro, tecnicamente perfeito, livre de efeitos vibrantes, caracterizado por um ritmo e por improvisos melódicos menos descontínuos e mais disciplinados que os do *bebop*, tudo isso com uma aproximação e uma absorção de influências da música erudita (Debussy, que fora influenciado pelo jazz, transforma-se agora em fonte de permanente inspiração jazzística, sobretudo pela dissonância de seus esquemas harmônicos). Em suma, uma música mais "cerebral" que "passional", mas nem por isso carente de espontaneidade.

A maioria dos praticantes do *cool* era composta de músicos brancos. Mas, curiosamente, seu grande vanguardista foi um músico negro: o pistonista Miles Davis, que anteriormente tocara no conjunto de Charlie Parker. A expressividade de Miles Davis foi assim descrita pelo arranjador Gil Evans, que com ele trabalhou: "Miles não podia tocar como Armstrong, porque a sonoridade de Armstrong não corresponde absolutamente ao universo mental de Miles (. . .). Nenhum dos sistemas expressivos preexistentes convinha àquilo que ele tinha a dizer. Ele foi inventando pouco a pouco sua própria sonoridade, a partir do nada". Uma sonoridade que Gil Evans — cujo encontro com Miles é um dos grandes acontecimentos da história do jazz — se encarregou de transportar para toda uma orquestra: a Capitol, onde tocaram os mais importantes jazzistas *cool* entre 1948 e 1950.

Além de Davis, destacaram-se no *cool,* que dominou o cenário jazzístico durante toda a primeira metade da década de 1950, os saxofonistas Stan Getz, Gerry Mulligan, Lee Konitz e Warne Marsh, os pianistas John Lewis e Lennie Tristano (que esboçou os fundamentos teóricos do *cool),* o guitarrista Billy Bauer, os pistonistas Chet Baker, Kenny Dorham, Art Farmer e Clifford Brown (este, incorporando ao *cool* a importante "herança" jazzística de "Fats" Navarro, grande pistonista dos anos 40), entre outros grandes músicos.

O talento criativo de "Dizzy" Gillespie deu maturidade ao estilo "bop".

Chet Baker e Gerry Mulligan: linha de frente do "cool" dos anos 50.

Com o Modern Jazz Quartet, concepções contrapuntísticas de Bach são incorporadas à linguagem jazzística. (Milt Jackson, vibrafonista do MJQ.)

Enquanto o *cool* ganhava seguidores, o centro de gravidade do jazz ia progressivamente se deslocando de Nova York para a Califórnia, cujos atrativos financeiros — as grandes orquestras dos estúdios cinematográficos de Hollywood* — eram altamente estimulantes para os músicos. E as gravadoras de disco não perderam tempo: criaram *slogans* publicitários opondo o *west coast jazz* (jazz da costa oeste) californiano ao *east coast jazz* (jazz da costa leste) nova-iorquino. Entretanto, na realidade, não havia qualquer oposição estilística; a separação era exclusivamente geográfica.

O jazz dos anos 60

Nessa fase, havia efetivamente uma divisão nos meios jazzísticos, mas não a que os publicitários tentaram difundir. Duas correntes — ambas compostas indistintamente por músicos negros e brancos, da costa leste e da costa oeste — cristalizavam essa oposição, que se prolongaria ao longo de toda a década de 1960: de um lado, os adeptos do chamado "neoclassicismo"; de outro, os seguidores do neo*bop* (ou *bebop*-moderno, ou ainda *hard-bop).* Ao lado dessas duas linhas, sem se filiar exclusivamente a determinada corrente, militavam alguns músicos "independentes": entre eles, os pianistas Dave Brubeck, Errol Garner, Oscar Peterson, André Previn, Roger Williams e Bill Evans, e o grupo do Modern Jazz Quartet, liderado pelo pianista John Lewis.

Tomando como "modelo" a orquestra de "Count" Basie dos anos 30 (quando dela participava Lester Young), os neoclássicos buscam uma reafirmação da importância do *swing* jazzístico, ao lado de clareza na linha melódica, nitidez e simplicidade nas interpretações; trata-se de uma jazz mais "intelectualizado" que o próprio *cool,* bem mais elaborado, produzido tanto em grandes formações orquestrais quanto em pequenos conjuntos. Distinguem-se, nessa corrente, os nomes dos saxofonistas Gerry Mulligan, Buddy Collette e Al Cohn, dos pistonistas Joe Newman e Shorty Rogers, dos arranjadores Ernie Wilkins e Manny Albam, do trombonista Bob Brookmeyer, do baterista Chico Hamilton, entre outros.

Já os neo-*boppers* buscam revitalizar o jazz através de interpretações de grande força expressiva, que obtêm principalmente pelo ritmo; o que mais caracteriza sua música é o relevo dado ao trabalho da bateria, que produz autênticos solos de apoio ao solo principal. Seus principais representantes: os pianistas Horace Silver e Tommy Flanagan, os contra-baixistas Paul Chambers e Charles Mingus, os saxofonistas Hank Mobley, John Coltrane, Sonny Rollins, Lou Donaldson, "Cannonball" Adderley, Leo Wright e Phil Woods, os pistonistas Nat Adderley, Donald Byrd e Lee Morgan e também o baterista Art Blakey.

A partir da segunda metade da década de 1960 surgiram também na Europa importantes manifesta-

A vanguarda em ação: Mingus (contra-baixo), Art Blakey (bateria), Miles Davis (pistão) e Thelonious (piano).

No Brasil, o jazz moderno é cultivado por músicos da expressão do pianista Dick Farney (esq.); o tradicional, por ótimas formações como a da Tradicional Jazz Band (dir.), liderada pelo clarinetista Alberto Martino.

ções jazzísticas, que assumiram, no entanto, características próprias. A principal delas é a libertação da harmonia tradicional e dos períodos e fraseados simétricos, que abriu caminho à improvisação coletiva. Enquanto no jazz americano predomina a atuação individual, no jazz europeu destacam-se geralmente grandes conjuntos. Além disso, na Europa o jazz incorporou novos instrumentos e novas formas rítmicas, ligadas à tradição musical do continente. Mas, segundo o crítico Joachim E. Berendt, o impulso inicial que possibilitou a formação do jazz europeu veio da América do Norte, quando, na passagem da década de 50 para 60, apareceu o "tocar livre", dando origem a novas formas jazzísticas.

As novas perspectivas

O jazz de vanguarda produzido no início da década de 1970 por Miles Davis e outros músicos, que pesquisam nos difíceis caminhos da atonalidade*, preocupa tanto os conservadores contemporâneos quanto, nos anos 1940, o *bebop* de Charlie Parker e seus seguidores assustou os menos avisados. Em toda a história do jazz tem exatamente sido assim: a cada mudança mais profunda, sempre aparecem falsos profetas, prevendo a morte da expressão jazzística.

No entanto, observa-se como que um movimento pendular — depois de cada salto à frente e todos os riscos que ele supõe, há uma tendência de retomada das velhas raízes, mas já com apoio nas novas conquistas. Quando a síntese desse vaivém parece consolidada, dá margem à exploração comercial. E logo contra esta se insurgem alguns vanguardistas, reimpulsionando o movimento, reiniciando o processo; desse modo, vão se sucedendo formas novas, satisfazendo motivações de grupos ou de circunstâncias. O resultado é uma ampliação do conteúdo do termo "jazz", permitindo que sob essa denominação coexistam hoje, vivas e atuantes, formas musicais muito diferentes entre si.

Nos primeiros anos 70, algumas das perspectivas oferecidas pelos pesquisadores mais avançados são a completa anulação da frase musical, o rompimento total com a harmonia convencional, a busca de novos sons através do emprego de recursos eletrônicos. Mas desde que o *swing*, o improviso e o tratamento específico da matéria sonora estejam presentes, sem dúvida estará garantida a essência jazzística às novas formulações.

Músicos como Miles Davis, Cecil Taylor, Ornette Coleman e Thelonious Monk, trabalhando no chamado *free jazz* (jazz livre), representam apenas mais um estágio — e não o último — no processo jazzístico, desencadeado no começo do século por alguns músicos de vanguarda de Storyville, o bairro proibido de Nova Orleans.

VEJA TAMBÉM: Balanço e Beat; Bossa Nova; Harmonia; Improviso; Melodia; Música; Ritmo.

Jefferson

Nascido a 13 de abril de 1743, em Shadwell, Albemarle County, Virgínia, Thomas Jefferson teve infância e juventude tranqüilas, ao lado de seus pais (um engenheiro civil e uma senhora de rica família colonial). Aos dezesseis anos, entrou para o William & Mary College, em Williamsburg. Estudou direito, matemática e ciências naturais. Depois, começou a ver o direito não como ocupação, mas como força poderosa, capaz de moldar as instituições e a cultura do homem. Um instrumento para a reforma política, portanto.

Após cinco anos de estágio no escritório de advocacia do jurista George Whyte (1726-1806), Jefferson foi admitido na Ordem dos Advogados (1767), e praticou a profissão com sucesso. Mas, depois de sete anos, abandonou-a para dedicar-se à ação política e à filosofia.

Jefferson acreditava no homem e odiava qualquer tipo de tirania.

O político

Em 1769 Jefferson obteve uma cadeira parlamentar, mas na verdade iniciara carreira política anos antes, como juiz de paz, costume tradicional entre a aristocracia colonial da Virgínia. Ocupou esse cargo durante seis anos até, em 1775, ser escolhido como delegado de seu Estado no Congresso Continental de Filadélfia.

Seu primeiro ensaio importante, *A Summary View of the Rights of British America* (1774) — uma negativa da autoridade do Parlamento inglês sobre as colônias e uma crítica à política seguida pelo rei —, exerceu considerável influência no processo de emancipação* americana, no momento em que as relações entre a Metrópole e a Colônia pioravam (1774 e 1775). Quando o segundo Congresso Continental optou (1776) pela independência, Jefferson foi escolhido para presidir a comissão (composta de cinco membros) encarregada de preparar a declaração formal da decisão, que foi aprovada em 4 de julho de 1776. Lavrou-se então a primeira Constituição da América, elegendo-se George Washington* para a presidência do país.

Quando retornou à Virgínia, em outubro de 1776, a Constituição do novo Estado (que ele pedira para escrever) já havia sido redigida, mas Jefferson revisou-a e deu ênfase a alguns pontos: abolição do direito da primogenitura (pelo qual apenas o filho mais velho recebia a herança paterna); garantia de liberdade religiosa e desligamento da Igreja anglicana do Estado; e estatização do ensino, incluindo escolas primárias e secundárias, além da criação de uma biblioteca e de uma universidade. Os dois primeiros itens foram colocados em prática quase imediatamente, mas a universidade teve que esperar muito tempo.

Obteve ainda a revisão do Código Penal do Estado, abolindo a pena de morte (a não ser em casos de traição e assassinato). Esforçou-se para abolir a escravidão, mas só conseguiu uma lei que proibia a importação de novos escravos (1778).

Jefferson foi governador da Virgínia de 1779 a 1781, quando se afastou da política por um ano, durante o qual faleceu sua mulher, Martha Skelton Jefferson, (1749-1782). Retornando como membro do Congresso, foi enviado, em 1784, para assistir Benjamin Franklin e John Adams na negociação de Tratados comerciais na Europa. Em 1785 substituiu Franklin como embaixador na França e, em Paris, procurou ligar-se ao meio filosófico, reafirmando sua posição liberal e humanista. Quando de seu retorno aos Estados Unidos, em 1789, foi nomeado secretário de Estado para o primeiro gabinete de George Washington.

Nas primeiras décadas de sua história, os Estados Unidos tiveram um crescimento extraordinário e, a partir do desenvolvimento nos vários setores econômicos e sociais, as forças políticas ficaram mais bem definidas. Em 1790 foram organizados os dois grandes partidos nacionais: o Federalista (de tendências conservadoras) e o Democrata-Republicano (liberal, que deu origem, em 1829, ao atual Partido Democrata). Como candidato deste partido, Jefferson se elegeria o terceiro presidente americano, em 1801.

Pouco depois de sua nomeação para o gabinete presidencial de George Washington, Jefferson opôs-se ao secretário do Tesouro, Alexandre Hamilton* (inspirador do Partido Federalista), que pretendia reforçar o poder federal e estabelecer um governo oligárquico, com todo o poder reservado à rica aristocracia de comerciantes da Nova Inglaterra. Contra Hamilton, Jefferson defendia o ideal de uma sociedade democrática de pequenos proprietários livres e iguais; levantava-se contra qualquer interpretação restritiva da Constituição e queria salvaguardar a independência dos Estados em relação ao poder central. Tornou-se, assim, com James Madison*, o líder do grupo democrata-republicano.

No campo da política externa, Jefferson tendia para a França (a Independência americana foi contemporânea da Revolução Francesa*) e Hamilton preferia ter a Grã-Bretanha como aliada (chegou a propor uma guerra contra a França).

Depois de muitas divergências, Jefferson demitiu-se do cargo de secretário de Estado em fins de 1793. Candidato à presidência em 1796, foi derrotado pelo federalista John Adams; mas exerceu a vice-presidência, de 1797 a 1801.

Duas vezes presidente

Em 1801, os dois candidatos do Partido Democrata-Republicano, Thomas Jefferson e Aaron Burr (1756-1836), receberam o mesmo número de votos. A escolha então foi feita pela Casa dos Representantes. Em parte devido à influência de Hamilton (que desconfiava de Burr), Jefferson foi eleito e empossado em 4 de março.

Até certo ponto, seu governo foi conciliatório: não houve nenhuma inversão na orientação política dos federalistas, mas apenas um esforço para anular as tentativas do partido adversário de preencher cargos judiciários. Para Jefferson, o governo federal deveria ocupar-se essencialmente com a condução da política interna.

Em 1803, o presidente adquiriu o território da Luisiânia (que lhe foi oferecido por Napoleão Bonaparte*) por 15 milhões de dólares. Essa transação foi muito importante para os Estados Unidos, pois quase duplicou seu território. Acreditava que, dessa forma, contribuiria para a segurança da nação, retirando do continente uma grande potência estrangeira.

Foi ainda no ano de 1803 que Jefferson, decidido a promover a colonização da parte ocidental do território, organizou expedições que conduziriam à conquista do Oeste* americano.

No ano seguinte, Jefferson foi reeleito para a presidência. Preocupou-se sobretudo em manter a neutralidade na guerra entre a França e a Inglaterra. E foi dentro desse espírito que se decretou a Lei do Embargo, em 1807, suspendendo qualquer partida de navios dos Estados Unidos. A lei foi criticada como incoerente com os princípios de liberdade individual e com a oposição de Jefferson a um governo nacional forte. Esse ato, porém, baseara-se no poder dado ao Congresso de regular o comércio com nações estrangeiras, que ele sempre aprovou.

Jefferson poderia ter sido reeleito para um terceiro mandato, mas preferiu não aceitar a candidatura. A 4 de março de 1809 passou o poder para seu sucessor, James Madison, e retirou-se para sua casa, em Monticello.

Quando deixou a presidência dos Estados Unidos, Thomas Jefferson tinha 66 anos de idade, quarenta deles dedicados à política. Sua influência continuou sendo substancial, principalmente através de Madison e James Monroe*. Apesar de não exercer cargo político algum, conseguiu obter o ato oficial com que sempre sonhou: o estabelecimento da Universidade de Virgínia. E dedicou exclusivamente a ela os últimos dezoito anos de sua vida. Desenhou ele próprio os edifícios e supervisionou a construção em todos os detalhes; reuniu o corpo docente, planejou o currículo e chegou a selecionar leituras para alguns cursos.

Homem culto, seus interesses não políticos eram muitos e variados. Sabia latim, grego, francês, espanhol, italiano. Das viagens pela Europa, anotou suas impressões, que iam, por exemplo, da imensa admiração por um monumento até profundas análises econômicas das razões que levaram às diferenças entre as regiões produtoras de vinho branco e vinho tinto. Devido a seu grande interesse por arquitetura exerceu enorme influência no estilo neoclássico nos Estados Unidos. Manteve correspondência extremamente lúcida até o fim da vida, o que permitiu reconstituir facilmente sua obra.

Filosofia política

A concepção de governo de Thomas Jefferson derivava das doutrinas da lei e do direito naturais. Ele acreditava plenamente, como viria a escrever na Declaração da Independência, que os homens tinham direito à vida, à liberdade e à busca da felicidade.

Enfatizou sempre sua fé na capacidade de autogoverno do homem, mas não acreditava que todos os homens, em todos os lugares, fossem capazes de fazê-lo. Para ele, o primeiro requisito — básico — seria um sentido moral natural, "que o Criador daria": a habilidade de distinguir entre o que é certo e o que é errado.

Jefferson considerava vital a educação para a existência de um governo livre e para o progresso nacional; julgava o ensino público e a imprensa livre característicos de uma política democrática.

O aspecto principal de sua filosofia era a preocupação com o homem. Considerava o governo de poderes ilimitados o maior dos males de uma nação. "Jurei, perante o altar de Deus, eterna hostilidade a toda forma de tirania sobre o espírito do homem."

Apesar de todos os seus ideais humanísticos e antiescravistas, Jefferson possuía escravos. Aproveitou-se dessa exploração do homem, mas sempre temeu que, algum dia, os Estados Unidos pagassem um preço alto por esse crime contra a humanidade.

Thomas Jefferson morreu em Monticello, em 4 de julho de 1826, cinqüenta anos após a independência de seu país.

VEJA TAMBÉM: Emancipação Americana; Estados Unidos.

O turismo, principal fonte de renda da cidade, é praticado sobretudo por católicos e judeus que chegam para orar nos lugares que consideram sagrados, como a Igreja de Getsêmani e o "Muro das Lamentações".

Jerusalém

Centro mundial do monoteísmo e capital de Israel*, Jerusalém fica no espinhaço central que separa o Mediterrâneo do mar Morto, a 763 metros de altitude. O Mediterrâneo está a 66 quilômetros da cidade e o rio Jordão a 29 quilômetros. O deserto, a leste, quase alcança os muros da antiga Jerusalém ou Cidade Velha. Os 286 000 habitantes da cidade (1970) consomem alimentos trazidos de longe, pois a região não é fértil. A principal fonte de renda é o turismo, alimentado basicamente pelas peregrinações judaica, cristã e muçulmana: Jerusalém é uma cidade sagrada para essas três religiões.

A maior parte da área da Jerusalém bíblica constitui a Cidade Velha, que é um pequeno e irregular quadrilátero cercado por muralhas construídas no século XVI e dominado por um lugar sagrado muçulmano, a Cúpula do Rochedo. A esplanada onde está a cúpula, antes ocupada pelo templo dos judeus, é chamada Haram ash-Sharif e contém outros edifícios muçulmanos importantes, entre os quais a mesquita de Aqsa.

O restante da Cidade Velha é um labirinto de pequenas ruas e edifícios superpovoados, dividido em quatro partes: cristã a noroeste, muçulmana a nordeste, armênia a sudoeste e judaica a sudeste. O aspecto da Cidade Velha, muitas vezes invadida e devastada, resulta em grande parte das obras realizadas pelo Rei Herodes*, o Grande, e pelo imperador romano Adriano*.

Ao norte da Cidade Velha, nas encostas do monte das Oliveiras, estão localizadas as habitações árabes. A oeste e ao sul ergue-se a progressista Jerusalém judaica, a Cidade Nova.

Três mil anos de história sucederam-se na terra que os textos bíblicos chamaram de Ophel e que já era conhecida como Urusalém pelos egípcios.

Localizada no fim de um corredor estreito e montanhoso, rodeada de três lados pelas fronteiras jordanianas, Jerusalém podia expandir-se apenas para oeste, onde passou a ser construída a maioria dos edifícios modernos depois de 1948, quando se formou o Estado de Israel. É a Cidade Nova, onde estão o centro governamental de Hekirya, a Agência Hebraica, o rabinato principal, a Universidade Hebraica, o Hadassah (novo centro médico universitário), o Museu de Israel e, ao norte da estrada para Telavive, o centro industrial.

Jerusalém tem uma indústria leve, dirigida especialmente ao mercado interno. Destacam-se as fábricas de calçados, fumo, tecelagem, materiais de construção, lapidação de diamantes e indústrias metalúrgicas e químicas. O modesto artesanato de objetos religiosos, couro e tapetes, é favorecido pelo turismo.

Encruzilhada do Oriente Médio

A topografia da região deu à cidade uma localização estratégica. Para ela convergem a estrada que vai do norte ao sul da antiga Palestina (caminho para o mar Vermelho e o Egito) e a que parte do Mediterrâneo para leste, em direção ao Jordão. A cidade tornou-se passagem obrigatória para essas duas estradas, devido aos declives íngremes que se originam no espinhaço central onde ela se localiza. Assim, além da estrada costeira — durante muito tempo controlada pelo Egito — a próxima linha de comunicação norte—sul está na crista do espinhaço. A leste deste, os declives dos vales são ainda maiores, e o vale do Jordão não permite outra estrada porque em alguns lugares o mar Morto chega ao pé dos altos penhascos, em ambos os lados. A antiga Jerusalém controlava, portanto, a junção de uma das duas únicas estradas norte—sul com a única estrada leste—oeste. Era, na verdade, a encruzilhada do Oriente Médio.

Essa localização estratégica, mais a importância religiosa (para os judeus, pela localização do templo; para os cristãos, por estar ligada à vida e morte de Cristo; e para os muçulmanos, por conter a pedra sagrada de Maomé*), fizeram de Jerusalém um cobiçado prêmio de muitos conflitos violentos através de mais de três mil anos de história.

Não obstante, o caráter sagrado que lhe emprestam judeus, cristãos e muçulmanos fez com que diversas gestões fossem levadas a termo modernamente (sobretudo no campo diplomático), a fim de preservá-la de conflitos armados.

CRONOLOGIA

De Davi a Roma

Pré-história: Escavações arqueológicas demonstraram que a colina de Jerusalém, chamada *Ophel* na Bíblia, foi habitada possivelmente

no início da Idade do Bronze. *1900 a.C.:* Textos egípcios mencionaram uma *Urusalém;* é o primeiro registro histórico da cidade. *1400 a.C.:* As cartas de Tell al Amarna (correspondência dos faraós com seus vassalos na Ásia) mencionam um rei de Urusalém, vassalo do Faraó Amenófis III (1408-1372 a.C.). *1000 a.C.:* Jerusalém, habitada pelos judeus, é conquistada pelos hebreus* chefiados por Davi*, que funda o reino de Israel e a transforma em capital. *970-930 a.C.:* Salomão*, rei nesse período, expande a cidade e constrói o grande templo, mobilizando 153 600 homens e caracterizando Jerusalém com centro do monoteísmo *718-689 a.C.:* Ezequias*, rei de Judá nesse período, faz melhoramentos, principalmente obras de adução da água. *701 a.C.:* A cidade é sitiada, sem êxito, por Senaqueribe*, rei da Assíria. *597-586 a.C.:* Jerusalém é devastada por Nabucodonosor*, que destrói o templo de Salomão e leva grande parte da população para o cativeiro na Babilônia. *537 a.C.:* Ciro*, rei dos persas*, vence os babilônios* e permite aos judeus voltarem a sua terra. A cidade é repovoada. *520-515 a.C.:* Judeus reconstroem o templo, menos rico e imponente que o de Salomão. Segue-se um período de relativa paz. *333 a.C.:* Conquistada por Alexandre*, o Grande, a cidade passa a integrar o mundo helênico. É dominada sucessivamente por lágidas e selêucidas. *164 a.C.:* Revolta dos macabeus permite aos Judeus retomarem o templo. *142 a.C.:* Judeus retomam a fortaleza de Acra, a oeste do templo. *64 a.C.:* Jerusalém é conquistada para Roma por Pompeu*, cujos soldados invadem o templo e matam os sacerdotes. *40 a.C.:* Roma nomeia como rei da Judéia Herodes* I, o Grande, que empreende grandes obras. *4 a.C.:* Herodes morre. Seus filhos lutam pelo poder. Roma nomeia procuradores na Judéia.

De Cristo a Maomé

4-40: Jerusalém é modesta (50 a 100 000 habitantes) em relação às grandes cidades helenísticas, mas torna-se o centro do cristianismo* primitivo. Nela os apóstolos de Cristo começam suas pregações. *48:* Sede do primeiro concílio cristão, que decide a separação entre judaísmo* e cristianismo. *41-44:* Herodes Agripa I governa até sua morte, quando voltam os procuradores. *66:* A cidade é retomada pelos judeus rebeldes contra Roma. *70:* Jerusalém é arrasada pelos romanos liderados por Tito*, que reduzem a cinzas o templo de Herodes. *132:* Judeus fazem a revolta de Bar Cocheba, também reprimida. Para exterminar o foco da rebelião, Adriano, imperador romano de 117 a 138, constrói no lugar de Jerusalém uma colônia romana interditada aos judeus, a colônia Aelia Capitolina. Além disso, traça a estrada principal e o plano geral da cidade (a disposição geral da Jerusalém de Adriano ainda persiste). *324:* Constantino* é o novo imperador romano do Oriente e Ocidente. Sua conversão ao cristianismo permite a construçao dos santuários de Jerusalém, inclusive a igreja do Santo Sepulcro. Nos três séculos seguintes, a cidade recebe peregrinos de todo o Ocidente. *614:* Jerusalém é invadida pelos persas de Khosro II (590-628), que massacram os habitantes e destroem as igrejas. *637:* Jerusalém é conquistada pelos árabes* muçulmanos, que a respeitam como cidade sagrada de Maomé e permitem os cultos cristãos e judeus. *688-691:* O Califa Abd Al Malik (cerca de 646-705) manda construir a Cúpula do Rochedo. Constrói-se também a mesquita de Al Aqsa sobre a esplanada do antigo templo. Jerusalém fica três séculos sob o domínio dos califas omíadas e abássidas. *969:* Início do domínio dos califas fatímidas, do Egito. *1010:* O califa fatímida Hakim (986-1021) ordena a destruição dos santuários cristãos.

Nas miniaturas medievais, as velhas muralhas, disputadas durante séculos por cristãos e muçulmanos. Em nome de Deus, morte e destruição.

Cruzadas e domínio turco

1071: Jerusalém é tomada pelos turcos seldjúcidas, que cortam as vias de peregrinação, estimulando as cruzadas*. *1099:* A cidade é conquistada por Godofredo de Buillon, comandante da primeira cruzada, que estabelece o Reino Latino de Jerusalém, Estado eclesiástico organizado segundo o sistema feudal europeu. *1187:* Jerusalém é tomada aos cristãos por Saladino*, sultão do Egito, cujos sucessores continuam a reinar de Damasco. Retomada por cristãos duas vezes (de 1229 a 1239 e em 1243). *1244:* Saqueada pelos tártaros. *1247:* Tomada pelos egípcios. *1517:* Conquistada pelo sultão otomano Selim I (1467-1520), o que dá início a um domínio turco de quatro séculos.

Do domínio inglês ao Estado judeu

1838: Inauguração de um consulado inglês, primeira representação européia na cidade. *1841:* Criação do bispado anglicano. *1850-1900:* Incentiva-se a imigração judaica. Escavações arqueológicas revelam a história da cidade. *1917:* Tomada por tropas franco-inglesas. Fim do domínio otomano, início do inglês. *1922:* Capital da Palestina britânica. *1929-1948:* Hostilidades entre judeus imigrados e árabes. Judeus constroem a Cidade Nova. *1947:* Plano de divisão da Palestina entre judeus e árabes, adotado pela ONU, defende a internacionalização de Jerusalém e lugares sagrados. *1948:* Guerra entre judeus e árabes. Criação do Estado de Israel. *1949:* Armistício divide Jerusalém: Cidade Nova para Israel e Cidade Velha para a Jordânia*, e estabelece livre acesso de judeus ao Muro das Lamentações, o que não é respeitado pela Jordânia. *1950:* Cidade Nova torna-se capital de Israel. *1967:* Guerra dos Seis Dias, entre árabes e israelenses. Israel se apossa da Cidade Velha.

VEJA TAMBÉM: Cruzadas; Hebreus; Israel; Jordânia; Oriente Médio.

Jesuítas

Em 1534, o cavaleiro espanhol Inácio de Loyola* criou a Companhia de Jesus. Seu objetivo principal era combater o protestantismo* através do ensino religioso dirigido.

A divisa da Companhia — *Ad Majorem Dei Gloriam* (Para a Maior Glória de Deus) — mostra a intensidade de seu apostolado. Além do ensino em colégios (o curso secundário autônomo foi criado pelos jesuítas) e universidades, os religiosos consagravam-se a pregações, direção de retiros espirituais, pesquisas exegéticas e teológicas, missões, etc.

A Companhia de Jesus não era uma ordem* religiosa como as outras. Seus combativos integrantes tinham uma organização quase militar: consideravam-se soldados da Igreja e achavam que deviam infiltrar-se em todas as atividades sociais e culturais, a fim de eliminar aqueles que pusessem em risco os princípios do catolicismo*.

Em 27 de setembro de 1540, a Companhia de Jesus recebeu a aprovação oficial do Papa Paulo III, na bula *Regimini Militantis Ecclesiae*. Seus membros deviam prestar voto especial de obediência ao sumo pontífice e dependiam diretamente dele.

A Companhia estava dividida em *províncias* que, agrupadas de acordo com critérios geográficos e lingüísticos, formavam *assistências*. Os superiores de cada província governavam todas as *casas;* estas tinham seu próprio *superior*, que nos colégios denominava-se *reitor*. O supremo poder da Companhia pertencia ao *Superior Geral* eleito pela *Congregação Geral*, formada pelos delegados das diversas províncias.

Da formação dos jesuítas faziam parte estudos de religião, línguas, humanidades, leis e medicina. Além de sua intensa atividade na Inquisição* e na luta contra o protestantismo — sobretudo em países como a Itália e a Espanha —, a principal tarefa dos religiosos foi evangelizar os indígenas das regiões recém-descobertas.

Os evangelizadores

Dessa forma, coube a esses religiosos criar missões para catequizar os índios da América Latina. Seu trabalho era bem mais fácil nas colônias espanholas — onde contavam com o apoio das autoridades — do que no Brasil. Organizavam *reduções*, onde índios catequizados aprendiam a criar gado e a plantar. Os jesuítas tinham autoridade absoluta sobre as reduções; os espanhóis eram proibidos de penetrar nesses territórios. Em 1610, foi criada a primeira redução no Paraguai; em 1634, estendeu-se pela margem direita do rio Uruguai.

Os jesuítas protegiam os índios dos colonos que queriam escravizá-los. Muitos índios catequizados contavam a outras tribos nômades a vida que levavam nas reduções, considerada farta e calma. Por esse motivo, pouco a pouco os indígenas abandonavam a luta contra os brancos, ingressando nos estabelecimentos jesuíticos. Depois de adotarem rudimentarmente a fé católica, passavam a trabalhar nas reduções em regime comunitário, não como escravos.

Para defender a religião católica, ameaçada pela Reforma, criou-se a Companhia de Jesus. (Inácio de Loyola, o fundador, numa tela de Rubens.)

Em 1814, o Papa Pio VII tornou oficial o restabelecimento universal da Companhia de Jesus. No Brasil, a restauração iniciou-se somente em 1841.

A defesa da colônia

Os jesuítas começaram a chegar ao Brasil em 1549, na expedição do governador geral Tomé de Sousa*.

A missão, chefiada pelo Padre Manuel da Nóbrega*, desembarcou na Bahia. Em Vila Pereira, Nóbrega celebrou a primeira missa da Ordem na colônia. Pouco tempo depois, os padres começaram a construir, em Salvador, uma escola, inaugurada em 1550 com sete órfãos vindos de Lisboa.

Em São Vicente, no mesmo ano, o Padre Leonardo Nunes fundou a segunda missão jesuítica no Brasil. Construiu uma escola, onde foi ministrada a primeira aula de estudos latinos (grau secundário) no Brasil.

Em 1554, nos campos de Piratininga, Anchieta* construiu uma casa onde estudariam os filhos dos índios. Além de lugar de estudo, a casa tornou-se dormitório, refeitório, enfermaria e dispensa. Em torno desse núcleo de religiosos foi construída a cidade que receberia o nome de São* Paulo.

Logo os jesuítas tinham tantos alunos na colônia que decidiram fundar o primeiro colégio constituído de forma canônica. Para esse fim escolheram a região da baía da Guanabara. Em 1567 instalaram-se na igreja de São Sebastião e começaram a construir o edifício. Mas o colégio só foi inaugurado em 1573. O Padre Manuel da Nóbrega foi seu primeiro diretor e o Padre Custódio Pires, o primeiro mestre-escola.

Todos os colégios tinham uma organização de ensino quase igual. Existiam cinco classes inferiores: uma de retórica, uma de humanidades e três de gramática. Essas matérias eram estudadas durante dois anos; depois disso, iniciava-se o curso de filosofia, que durava três anos e incluía lógica, física, metafísica, moral e matemática.

Ao lado das atividades pedagógicas, os jesuítas tinham outra preocupação importante: o controle dos índios. Estes mantinham guerra quase permanente contra os portugueses, que roubavam suas terras e os transformavam em escravos. Por esses motivos, os nativos muitas vezes aliaram-se a representantes de outras potências européias, que lhes dispensavam melhor tratamento.

Durante o período das invasões francesas*, os problemas entre indígenas e portugueses atingiram um ponto crítico. A aproximação entre os índios e os invasores colocou em risco a soberania portuguesa no território brasileiro. Foi em parte graças ao serviço de catequese do Padre Anchieta que se conseguiu expulsar os estrangeiros: em 1563, os índigenas assinaram um armistício com os portugueses e, isolados, os franceses foram derrotados pouco tempo depois.

E os esforços de pacificação dos padres não se limitaram aos momentos de crise. Nóbrega achava que os portugueses só conseguiriam implantar-se definitivamente na colônia quando se houvesse assegurado uma paz duradoura com os índios. Para isso seria necessária uma política em que os jesuítas exercessem de fato a posse da terra trabalhada pelo índio. Além disso, preconizava a utilização pacífica da mão-de-obra nativa.

Visando a esses fins, os religiosos criaram reduções semelhantes às existentes nas colônias espanholas. Nelas cultivavam cana, algodão, tabaco, cacau, plantas medicinais e drogas. Graças aos preços e à boa qualidade, os produtos tornaram-se conhecidos em toda a Europa, enriquecendo as reduções. Além disso, todos os que quisessem entrar na Companhia precisavam pagar uma taxa muito alta ou entregar todos os bens.

Por sua atitude em relação aos índios, Vieira foi atacado pelos colonos.

A arte colonial do Brasil registrou o trabalho dos jesuítas. (Teto da sacristia da Catedral de Salvador.)

Na colônia, a enriquecida Companhia de Jesus passou a fazer concorrência com os proprietários rurais. Estes eram obrigados a apresar os índios ou então a comprar escravos, o que encarecia seus produtos.

Lutas constantes entre reinóis e jesuítas marcaram os séculos XVI XVII.

Muitas vezes, os fazendeiros invadiam as reduções, aprisionando os índios para vendê-los como escravos. Os fazendeiros de São Paulo chegaram mesmo a atacar colônias espanholas. Em 1628 destruíram a redução de Encarnación, e, dois anos depois, a de Santo Antônio. Desta última levaram cerca de 5 000 indígenas aculturados. Em 1635 os paulistas chegaram até a margem esquerda do rio Uruguai. Somente em 16[illegible]1 — quando a Coroa espanhola permitiu que os jesuítas se armassem — o avanço dos paulistas foi detido.

Fazendeiros e religiosos

A expulsão dos jesuítas do Brasil iniciou-se no Maranhão. O motivo principal foi a campanha, iniciada ali pelo Padre Antônio Vieira*, contra a escravização dos índios. Apesar dos plenos poderes que assumiu o padre, não obteve nenhum sucesso em sua causa, pois enfrentou a oposição da maioria dos colonos. Vieira decidiu então instalar-se em Belém, onde igualmente nada conseguiu. Foi obrigado a assinar uma promessa de nunca mais envolver-se em assuntos relacionados com índios, mas não a cumpriu integralmente e os colonos revoltaram-se.

Vieira desistiu de impor-se no Brasil e partiu para a metrópole, a fim de solucionar oficialmente o problema. Uma lei de 9 de abril de 1655 concedeu tudo o que ele queria: a Companhia de Jesus ficou encarregada da decisão, em última instância, de qualquer problema relacionado ao índio. Vieira voltou à colônia com poder quase absoluto. No entanto, um levante ocorrido no Maranhão obrigou-o a desistir de seus planos.

Em 1661 os jesuítas foram expulsos de São Luís e de Belém; seus colégios foram tomados de assalto. Os padres foram forçados a embarcar para Portugal. Dessa vez o governo da metrópole apoiou os colonos, autorizando-os a escravizar novamente os índios que tinham sido aprisionados em "guerras legítimas" e os que tivessem atacado os portugueses "com a finalidade de devorá-los".

Em 1684, com o desenvolvimento dessa política de restrição aos jesuítas, sua autoridade foi totalmente abolida no Brasil. Os comerciantes e plantadores passaram a ter o direito de instalar-se perto das missões, e os jesuítas foram obrigados a fornecer-lhes, como escravos, durante seis meses por ano, os habitantes das reduções. Os religiosos somente poderiam voltar ao Brasil sob condição de não perturbarem o comércio de escravos índios.

No século XVIII os jesuítas seriam as maiores vítimas da política centralizadora do marques de Pom-

Os jesuítas se ocuparam intensamente com os indígenas brasileiros. ("Anchieta e Nóbrega na Cabana de Pindobuçu", croqui de Benedito Calixto.)

bal*, primeiro-ministro do rei português Dom José I. O marquês esforçou-se por impedir o desenvolvimento de qualquer força que pudesse se opor ao poder real. Não perdoava a nobreza (ciosa de seus privilégios feudais) nem a burguesia (que reclamava contra os monopólios concedidos pela Coroa). Preocupava-se igualmente com os jesuítas, pois achava que eles se haviam afastado dos objetivos iniciais da Companhia de Jesus, para se tornarem ricos comerciantes que desfrutavam de grande poder temporal.

O ministro exigiu do papa uma reforma da Companhia. Além disso, em 1756, lançou uma acusação contra a Ordem, na *Relação Abreviada da República que os Religiosos Jesuítas das Províncias de Portugal e Espanha Estabeleceram nos Domínios Ultramarinos.*

Em 1758 retirou todos os índios brasileiros da tutela dos missionários. Em carta régia do ano seguinte, Pombal deu seguimento a sua obra: mandou seqüestrar todos os bens da Companhia e recolher ao colégio da Bahia todos os jesuítas. O ministro completou o golpe com uma reforma do ensino, que retirava desses religiosos todas as suas escolas, tanto na metrópole como na colônia. Os padres foram substituídos por professores que deviam transmitir a seus alunos as idéias do Iluminismo*.

No Brasil, mais de quinhentos religiosos foram obrigados a afastar-se de seu ofício, abandonando centros como o colégio da Bahia, os seminários de São Paulo, Rio de Janeiro, São Vicente, etc. Foram também fechadas fazendas e engenhos, além de um grande número de reduções que se estendiam do Amazonas a Santa Catarina. Muitas delas foram elevadas à categoria de vilas; outras, abandonadas. O espólio dos jesuítas foi incorporado à Coroa e depois leiloado.

O Papa Pio VII tornou oficial, em 1814, o restabelecimento universal da Companhia de Jesus. No Brasil, a restauração iniciou-se em 1841, ano em que chegaram religiosos expulsos da Argentina. A eles uniram-se outros, provenientes da Áustria e da Itália. Estes últimos fundaram colégios em Itu e Pernambuco.

Expulsos de sua pátria, os jesuítas portugueses chegaram ao Brasil em 1910. A eles ficou entregue a região norte do país; o Sul ficou ligado à Alemanha e o Centro a Roma.

Além de seu trabalho básico, relacionado à educação, os jesuítas desenvolveram serviços junto aos congregados marianos, aos círculos operários, ao apostolado da oração e à cruzada eucarística. No início da década de 1970, a Ordem tinha, no Brasil, aproximadamente 1 200 membros.

VEJA TAMBÉM: Bandeirantes; Beckman, Revolta de; Brasil (História); Colonização; Escravidão; Inquisição; Missões; Ordens Religiosas.

João I, Mestre de Avis

O longo reinado de Dom Dinis*, o Liberal, marcou uma época de grande expansão econômica para Portugal, sobretudo devido às medidas do soberano em favor da agricultura, na exploração mineira e da marinha.

Sua obra seria continuada por Dom Fernando* I que editou uma série de leis visando a evitar a decadência da agricultura — ameaçada pela extensão dos "latifundia" e dos pousios — e também a fixar os camponeses no solo, para garantir a produção.

Tais providências não foram contudo muito eficazes para a economia portuguesa. Bem mais importantes foram as Leis Marítimas de Dom Fernando, favorecendo a construção naval. O monarca chegou até a criar um sistema de seguro para as embarcações, através de uma taxa cobrada sobre o frete dos navios. Como resultado, o volume do tráfego marítimo português aumentou rapidamente. Lisboa adquiriu caráter de cidade cosmopolita, onde se reuniam ingleses, flamengos, genoveses e lombardos, distribuidores europeus dos produtos africanos e orientais trazidos pelos navios lusitanos.

Enquanto a burguesia portuguesa se ocupava com o comércio marítimo, enriquecendo cada vez mais e conseqüentemente aumentando seu poder político, a nobreza envolvia-se nos problemas do reino de Castela e Leão (Espanha), procurando tirar vantagens das perturbações que o agitavam: a aristocracia local lutava para impor seu controle sobre a autoridade monárquica, que ainda enfrentava violenta luta contra os mouros. Participando dos conflitos, os nobres portugueses buscavam obter vantagens territoriais e mesmo forçar a união das duas Coroas.

A luta pela Coroa

Fernando I morreu em 1383, sem deixar herdeiros homens. Sua filha Beatriz, porém, era casada com o rei de Castela, João I, que não hesitou em reivindicar o trono que o sogro ocupara. A maior parte da nobreza lusitana colocou-se a seu favor. Mas a burguesia mercantil e a maioria do povo, os "miúdos" — artesãos, marinheiros, biscateiros, pequenos comerciantes —, eram contra. E, liderados por Álvaro Paes, ofereceram a Coroa portuguesa a outro João, um meio irmão de Fernando I. Português de Lisboa, filho natural de Pedro I (rei de Portugal de 1357 a 1367) e de uma pobre padeira do interior, João tornara-se Grão-Mestre da Ordem de Cavalaria de Avis (fundada em 1145 para enfrentar a luta contra os mouros).

Com o Mestre de Avis, Portugal pôde conservar sua independência.

A aliança da Coroa com a burguesia deu início à era dos descobrimentos marítimos. Lisboa tornou-se o ponto de encontro dos navegadores europeus.

Durante dois anos os dois grupos disputaram o trono. As tropas de Castela chegaram a sitiar Lisboa mas, atacadas por uma peste, tiveram que recuar. Para enfrentar as forças espanholas, Álvaro Paes pediu auxílio à Inglaterra e, fortemente apoiada por mercenários britânicos, sua facção teve êxito na batalha final, travada em Aljubarrota (14 de agosto de 1385). Esta última luta decidiu o destino do reino: antes mesmo que estivesse terminada, o Grão-Mestre da Ordem de Avis foi proclamado rei, com o nome de Dom João I (1385-1433), pelas cortes reunidas em Coimbra.

A "nobreza mercantil"

Com a dinastia de Avis (1385 a 1580), João I inaugurou uma nova fase na história portuguesa. Em primeiro lugar, a vitória de Aljubarrota e a mudança dinástica confirmaram a independência de Portugal em relação à Espanha, garantida posteriormente pela aliança estabelecida entre o novo monarca português e a Inglaterra (Tratado de Windsor, 1386) e ainda pelo casamento do soberano com a neta do antigo rei inglês Eduardo III e filha de João, o Grande (1340-1399). Como efeito mais significativo da vitória e da mudança dinástica, acentuou-se a orientação mercantil da nação portuguesa: a dinastia de Avis apoiava-se sobretudo na burguesia, que se expandiu em direção ao oceano Atlântico, abrindo novas e rendosas rotas de comércio. Os benefícios a essa classe social começaram já nos primeiros dias do reinado de João I: uma das medidas tomadas inicialmente pelo monarca foi seqüestrar os bens dos nobres que haviam fugido para Castela, distribuindo-os entre os burgueses; surgia assim, em Portugal, uma "nobreza mercantil".

João I deu início aos empreendimentos marítimos com a conquista de Ceuta, cidade do norte da África, tomada em 1415 numa luta contra os muçulmanos. Foi o primeiro trampolim: abriu aos portugueses as portas do Mediterrâneo.

Com naus leves e rápidas, Portugal empreendeu a conquista dos oceanos..

Na época em que o Infante Dom Henrique (à esquerda) estimulava pesquisas marítimas, Portugal mantinha instituições medievais como a cavalaria.

No caminho para as Índias

O Infante Dom Henrique*, denominado o Navegador, filho de João I, trabalhou metodicamente para desenvolver as empresas marítimas. Em 1418 ele criou, no Cabo São Vicente, um observatório marítimo, reunindo ali alguns dos melhores e mais experientes pilotos, astrônomos, matemáticos, cartógrafos e construtores de navios, procedentes principalmente de Gênova e Veneza, ativas cidades comerciais da Itália.

Valendo-se de estudos e experiências, os portugueses ocuparam as ilhas de Madeira e Açores, entre 1418 e 1430. Como os turcos dominavam o Mediterrâneo oriental, entravando o comércio entre a Europa e os países do Extremo Oriente — produtores de especiarias —, Henrique e seus conselheiros conceberam o plano de chegar às Índias orientais, contornando o continente africano. Anualmente um cruzeiro era enviado para descer as costas da África, de extensão ainda desconhecida, e viajar o mais longe possível na tentativa de chegar às Índias. A primeira tentativa de ultrapassar o cabo Bojador, ponta da África que avança pelo Atlântico, foi frustrada devido ao medo do mar tropical. As crenças da época propagavam que além do cabo os brancos se tornavam pretos, o mar fervia e a neblina "engolia" os navios.

Mas um ano depois da morte de Dom João I o temor foi vencido: em 1434, os portugueses contornavam o cabo Bojador. Superado o primeiro obstáculo para a viagem às Índias, a burguesia portuguesa tornava-se, orgulhosamente, senhora do Atlântico.

VEJA TAMBÉM: Descobrimentos Marítimos; Mercantilismo; Portugal.

João XXIII

"Venho da humildade: fui educado numa pobreza estrita e abençoada, pouco exigente, mas que garante o desabrochar das mais altas e nobres virtudes e prepara para as grandes ascensões da vida. A Providência tirou-me da aldeia natal e fez-me percorrer os caminhos do mundo no Oriente e no Ocidente, levando-me a conviver com homens diferentes pela religião e pela ideologia, colocando-me face a problemas sociais agudos e ameaçadores, diante dos quais eu conservava a calma e o equilíbrio de julgamento e imaginação, sempre muito preocupado — uma vez assegurada a solidez dos princípios da Igreja e da moral — mais com aqueles que unem do que com os que separam e suscitam oposições (. . .)". Era o primeiro contato do cardeal Angelo Giuseppe Roncalli (1881-1963) com seus diocesanos de Veneza, em março de 1953. São palavras de um homem simples, que abriu campo a grandes transformações no mundo eclesiástico.

Filho de Giovanni Battista e de Marianna Roncalli, Angelo freqüentou a escola elementar em Soto-il-Monte, sua aldeia natal. Além de estudar, ajudava a família, que trabalhava de parceria nas terras dos condes Morlani. Mas o futuro do garoto não estava no campo: era o primeiro filho homem do casal e, de acordo com a tradição da província de Bérgamo, destinava-se ao Seminário.

Preparado pelo pároco local, Angelo conseguiu ser admitido no Seminário Episcopal de Bérgamo, em 1892. Em 1901, tendo ganho uma bolsa de estudos, foi para o Apolinário, seminário superior de Roma. Mas, logo após sua entrada, interrompeu os estudos por um ano, para servir o exército italiano, de onde saiu como sargento. Em agosto de 1904, Roncalli foi ordenado sacerdote. Voltou então para Bérgamo, onde permaneceu pouco tempo, como auxiliar do bispo da província.

Depois viajou novamente para Roma, a fim de aperfeiçoar seus conhecimentos em teologia. Terminado o curso, regressou a Bérgamo, passando a lecionar no seminário da província. Acumulava também as funções de secretário de Dom Giacomo Radini-Tedeschi, um bispo progressista. Para Dom Giacomo, a Igreja* não devia limitar-se ao campo religioso, mas participar também dos problemas sociais, seguindo o caminho que fora aberto por Leão* XIII — o primeiro papa que tentou atualizar a doutrina eclesiástica.

Sumo Pontífice, João XXIII presidiu diversas cerimônias de canonização.

Em 1925, Angelo Roncalli foi sagrado bispo pelo cardeal Tacci, elevado a arcebispo titular e nomeado visitador apostólico da Bulgária.

A convivência de Roncalli com Dom Giacomo foi altamente positiva: pela primeira vez, o sacerdote tomava consciência do mundo social, percebia suas injustiças. E, para estas, propunha soluções, sustentando que a caridade cristã não era suficiente. Preocupou-se sobretudo com a situação dos camponeses que trabalhavam em regime de parceria.

Numa das viagens com Dom Giacomo a Milão, Roncalli descobriu na Biblioteca Ambrosina quarenta grossos volumes manuscritos sobre Bérgamo. Começou a analisar e decifrar esses documentos e, a partir deles, publicou uma série de ensaios: *O Cardeal Cesare Baroni, no Centenário de Sua Morte; Os Primórdios do Seminário de Bérgamo e São Carlos Borromeu; A Vida de Monsenhor Radini-Tedeschi.* Roncalli revelava assim uma nova faceta, a de historiador eclesiástico.

Em 1914, quando morreu Dom Giacomo, Roncalli foi convocado para participar na Primeira Guerra Mundial (1914-1918), como sargento-padioleiro. Terminado o conflito, retornou a Bérgamo, onde se dedicou a um trabalho pioneiro: criou a primeira Casa do Estudante da Itália, destinada a abrigar jovens da escola pública. Em 1921, o Papa Bento XV (1914-1922), que vinha acompanhando o trabalho do sacerdote (fora amigo de Dom Giacomo), promoveu Roncalli a monsenhor, chamando-o a Roma para trabalhar na Congregação da Fé.

Em 1925, já arcebispo titular, Roncalli embarcou para a Bulgária, como visitador apostólico. Sua tarefa — investigar as possibilidades de união entre ortodoxos e católicos (estes, minoria isolada) — foi cumprida com êxito. Conseguiu reorganizar o catolicismo nesse país, aproximando os fiéis dispersos por todo o território; e sugeriu a presença de um bispo entre a população católica. Além de conseguir organizar e orientar os católicos, Roncalli também estabeleceu contatos entre a monarquia búlgara e o Vaticano.

Em 1934, foi nomeado delegado apostólico na Turquia, país muçulmano que enfrentava sérios problemas no campo religioso. O General Mustafá-Kemal, sucessor do sultão Maomé VI (1922), havia proclamado o Estado laico e proibido o uso de hábitos religiosos. Nesse ambiente tenso e hostil à política de Roma, Angelo Roncalli, sempre conservando "a calma e o equilíbrio de julgamento" procurou conciliar as ideologias católica e muçulmana, defendendo que as duas correntes poderiam respeitar-se mutuamente. Argumentava não pretender "converter" ninguém, mas apenas dar apoio moral e ajuda aos já católicos. Sua aproximação do mundo turco, assim como do búlgaro, foi facilitada pelo uso da língua local — nos diálogos comuns e na liturgia.

No final de 1944, Roncalli foi nomeado núncio em Paris, assumindo o cargo em janeiro do ano seguinte. Oito anos mais tarde, era promovido a cardeal pelo Papa Pio* XII; o barrete foi-lhe entregue pelo presidente da República da França, Vincent Auriol. Em 1953, Roncalli foi nomeado arcebispo de Veneza. E, a 28 de outubro de 1958, era eleito papa, sob o nome de João XXIII.

Uma estrutura mais aberta

Na época, falava-se de "um papa de transição", destinado a assegurar o lugar para um sucessor mais jovem (o cardeal Giovanni Battista Montini), capaz de fortalecer a Igreja e enfraquecer o materialismo*, que se afirmava dia a dia. Sobre João XXIII, a expectativa não ia além de um papa flexível, porém conservador, incapaz de provocar mudanças significativas na Igreja de Roma. Mas o "papa desconhecido" surpreendeu a todos: as medidas que tomou levaram a Igreja a uma participação mais intensa nos problemas sociais.

O papa apontava o diálogo com leigos e clérigos como um dos recursos para fortalecer a unidade da Igreja.

João XXIII esforçou-se em recuperar o poder espiritual da Igreja através de um *aggiornamento* — atualização de seu pensamento e de suas instituições.

Desde os primeiros dias de papado, suas decisões foram marcantes. Preencheu muitos dos postos deixados vagos por Pio XII, entre eles o de Secretário de Estado, um dos mais categorizados. Organizou um Colégio de Cardeais preparado para imprimir novas diretrizes à política de Roma — o antiquado colégio do tempo de Pio XII tornara-se incompatível com qualquer tentativa de renovação da Igreja. Entre os novos cardeais encontravam-se um japonês, um filipino e um africano. Era a internacionalização do Sagrado Colégio, uma das medidas para fortalecer a influência de Roma no mundo católico e mesmo no universo leigo.

Enquanto bispo de Roma — cargo que, segundo a tradição, é exercido pelo papa —, João XXIII deixou a seus auxiliares a resolução de problemas administrativos, passando a ocupar-se com aspectos humanos e sociais: contato direto com padres e fiéis, visitas a hospitais, prisões, etc.

A união das comunidades cristãs sempre foi a preocupação central de João XXIII. E, a 25 de janeiro de 1959, anunciou a convocação do Concílio Vaticano II. Era um convite especial feito às comunidades separadas de Roma, aos grupos defensores de outras tendências religiosas.

O anúncio da convocação do Concílio causou grande surpresa entre bispos e cardeais: desde que o Concílio Vaticano I (1869-70), presidido por Pio* IX, fora interrompido pela guerra franco-alemã, nenhum papa ousara convocar outro. No entanto, a grande maioria dos membros eclesiásticos revelou-se favorável à reunião do Concílio Vaticano II.

João XXIII definiu os objetivos do Vaticano II na encíclica *Ad Petri Cathedram* (29 de julho de 1959): "Sua finalidade principal será o reforço da fé católica, a renovação dos hábitos dos povos cristãos, assim como a adaptação da vida eclesiástica aos tempos atuais". Bispos, dirigentes das várias ordens religiosas, professores das universidades e faculdades católicas de teologia, todos foram solicitados a declarar quais as questões mais controvertidas da Igreja. A partir do material recolhido, prepararam-se os debates.

Aberto em outubro de 1962, o Vaticano II encerrou-se em 1965, já durante o pontificado de Paulo VI (1897-). Congregou representantes da Igreja católica e das comunidades não-católicas, há muito afastadas de Roma. Era um concílio* aberto, realizado não para assegurar a tradição, mas para registrar as mudanças ocorridas, sugerindo orientações. Reafirmou a defesa da liberdade do ato de fé e o respeito a todas as consciências e religiões; propôs a introdução de línguas nacionais na liturgia; sublinhou a importância da participação dos cristãos nos problemas do mundo; acentuou a necessidade de uma vinculação mais profunda entre sociedades seculares e eclesiásticas.

A questão social — tema amplamente debatido no Vaticano II — dominou também a encíclica *Mater et Magistra* (1961).

Embora tenha reconhecido a propriedade privada como um bem natural, João XXIII propôs que o particular fosse submetido à função social, que se aceitassem, a bem da coletividade, limitações dos lucros. Para o problema da explosão demográfica, considerou um intenso esforço de desenvolvimento econômico, mais indicado que o planejamento familiar.

Na *Pacem in Terris* (1963), abordou o desequilíbrio entre potências desenvolvidas e países subdesenvolvidos, e os conflitos mundiais; defendeu a substituição da guerra por negociações; condenou gastos com armamentos; pregou a extinção das armas nucleares; exortou a ONU a agir como "órgão de paz mundial". Defendeu ainda que os Estados devem ser considerados iguais entre si e reconhecidos como comunidades políticas livres.

João XXIII morreu a 3 de julho de 1963, vítima de afecção gástrica e de anemia profunda. Agonizando, não esqueceu sua grande realização, o Concílio Ecumênico, então reunido. Murmurava: "Ut unum sint" ("Que eles sejam um").

Outro objetivo muito perseguido pelo pontífice: conciliar ideologias católicas e ortodoxas, aceitando a multiplicidade das tendências religiosas.

VEJA TAMBÉM: Concílio; Ecumenismo; Igreja, Doutrina Social da.

João Pessoa

Situada a 45 metros de altitude, a capital do Estado da Paraíba* divide-se em duas zonas: na região mais elevada, o *Ponto dos Cem Réis,* fica a zona residencial. Na porção mais baixa, denominada *Varadouro,* estão o comércio atacadista, o porto, as estações ferroviária e rodoviária, bem como algumas indústrias.

A cidade foi fundada em 5 de agosto de 1585, numa colina situada à margem direita do rio Sanhavá (pequeno afluente do Paraíba), depois de anos de luta dos colonizadores portugueses contra os indígenas, que, aliados aos franceses, tinham total controle dessa área do nordeste* brasileiro.

Em homenagem ao santo do dia, o lugar recebeu o nome de Nossa Senhora das Neves. Como na época Filipe II da Espanha reinava sobre Portugal — e conseqüentemente sobre o Brasil —, a cidade também foi chamada de Filipéia, e acabou se tornando conhecida como Filipéia de Nossa Senhora das Neves.

Em 1634, após ataques violentos aos fortins da barra, defendidos por tropas aquarteladas em Cabedelo, os holandeses ocuparam Filipéia. Mas não sem luta: a população local, liderada por André Vidal de Negreiros*, resistiu aos invasores.

Em 1654, terminado o domínio holandês* — durante o qual Filipéia foi chamada de Frederikstad —, a cidade ganhou novo nome: Paraíba. E se passaram mais de dois séculos e meio, até que nela se tivesse registrado um evento significativo.

Em 1930, o presidente do Estado, João Pessoa*, foi assassinado em Recife, por um rival político. Em homenagem ao político morto, a cidade de Paraíba recebeu seu atual nome durante o governo de Vargas*, após o triunfo da Revolução de Trinta* (durante a qual a cidade sediara um governo provisório, revolucionário).

João Pessoa ocupa larga faixa da área costeira da Paraíba. Situada no ponto mais oriental do Estado, é banhada pelo oceano Atlântico.

Apesar de dominada por colinas — tabuleiros da série Barreiras —, a região apresenta uma ampla faixa plana, principalmente no norte: é nessa faixa que a cidade se localiza. A área litorânea é recortada por pequenas enseadas, entre as quais se destacam a do Bessa e a de Tambaú.

De um modo geral o clima é quente e seco. Apenas a zona palustre, ao norte, apresenta umidade significativa. Nas outras áreas o verão caracteriza-se por altas temperaturas, e o inverno, por certa umidade. As oscilações térmicas variam entre 19 e 36 graus centígrados à sombra.

A vegetação original da região foi quase toda derrubada; restaram apenas matas isoladas e pequenas, como as do Buraquinho, da Penha e do Abiaí. Graças à proteção governamental, a primeira permaneceu intacta; já as outras foram devastadas devido à extração de madeira para lenha e construção.

João Pessoa foi o terceiro núcleo urbano criado em terras brasileiras.

Apesar de ser o centro político-administrativo da Paraíba, João Pessoa não desempenha papel importante no desenvolvimento econômico da região.

Os rios Paraíba e Sanhavá são os principais cursos de água que banham a cidade, mas há outros: Taperobus, Jacoca, Jaguaribe, Popoca, Abiaí, Mandacaru, Acais, Graú, Cabedelo e Timbó.

O solo local, que é formado sobre tabuleiros terciários, é bastante pobre.

Mesmo assim, cultivam-se na capital e nos municípios vizinhos algodão, mandioca, milho, cereais e árvores frutíferas (entre estas, o cajueiro, a mangabeira e a maçaranduba). Na época da safra do caju — de outubro a fevereiro — grande parte da população (inclusive urbana) é mobilizada para a colheita. Tal como a mangaba, o caju é aproveitado para consumo caseiro e na fabricação de vinhos e sucos. Já a maçarandubeira fornece, além do fruto, um tipo de látex, próprio para fabricação de borracha, mas ainda não aproveitado em escala industrial.

A indústria de João Pessoa é pouco significativa, mas já existem na cidade alguns distritos especializados, onde se instalaram fábricas de cimento, tecidos e óleos vegetais, metalúrgicas, sisaleiras, usinas de açúcar e estabelecimentos onde é industrializada a fibra de coco.

Apesar de capital e centro político-administrativo do Estado, a cidade não desempenha função de centro polarizador da economia paraibana. Sua importância como foco de desenvolvimento circunscreve-se à região litorânea. O porto tornou-se obsoleto com o progressivo aumento das dimensões e do calado dos navios. (O porto de Cabedelo, com um cais acostável de 400 metros de extensão, tem melhores condições para atender ao movimento portuário paraibano; é o maior do Estado, em equipamento e volume de tráfego.)

Comunicações e turismo

No âmbito das comunicações interestaduais, a capital da Paraíba é servida pela Rede Ferroviária do Nordeste, que se estende na direção norte—sul, ligando Natal* a Recife*; uma das várias ramificações da linha chega até o porto de Cabedelo. Já a comunicação com o interior é precária: apenas uma rodovia asfaltada vai para o sertão: passa por Campina Grande, prolongando-se até o Ceará. Outra rodovia liga João Pessoa a Recife.

No campo das telecomunicações, a capital da Paraíba é uma das estações principais do Tronco Nordeste da Embratel (Empresa Brasileira de Telecomunicações).

Do antigo vilarejo de Filipéia de Nossa Senhora das Neves restaram apenas as ruínas da fortaleza de Santa Catarina e de magníficas construções barrocas como, por exemplo, a igreja e o convento de Santo Antônio, a casa e o claustro da Ordem Terceira de São Francisco — cuja construção se iniciou por volta de 1589 —, as igrejas de Santa Teresa de Jesus, Misericórdia, São Bento e Nossa Senhora dos Navegantes, a capela do Engenho da Graça, a Casa da Pólvora e a fonte de Tambiá.

Além desses pontos turísticos, tombados pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, João Pessoa oferece inúmeras praias a seus visitantes; a mais procurada é a de Tambaú.

Município de 189 quilômetros quadrados, com uma população de 221 484 habitantes (1970), João Pessoa sedia a Universidade da Paraíba, que engloba várias faculdades, como as de Filosofia, Ciências e Letras, Ciências Econômicas, Direito, Farmácia, Biologia, Medicina, Odontologia, Engenharia e a Escola de Enfermagem e Serviço Social. Outras escolas de ensino superior são a de Educação Musical (estadual), a de Enfermagem Santa Emília de Rodat e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Instituto Nossa Senhora de Lurdes, estas duas últimas particulares.

VEJA TAMBÉM: Nordeste Brasileiro; Paraíba; Rio Grande do Norte.

Jogos, Teoria dos

Proposta em 1927 pelo matemático húngaro Johannes von Neumann (1903-1957), a teoria dos jogos obteve larga divulgação com o aparecimento, em 1947, do livro *Teoria dos Jogos e Comportamento Econômico*. Seus autores, Von Neumann e o alemão Oskar Morgenstern (1902-), propunham uma formulação matemática para a análise dos conflitos*.

A lógica das estratégias estudada na teoria dos jogos não é aplicada em todos os casos. Dessa forma, não existem estratégias, por exemplo, numa briga de cães. Esse conflito pode ser entendido como uma série de eventos, cada qual provocando o subseqüente: um latido é estímulo* para um contralatido; este, para um ranger de dentes, que será seguido de mordidas; e assim por diante.

Conflitos dessa natureza, cuja motivação é a hostilidade, são denominados brigas ou lutas. Sua finalidade é destruir ou afastar o oponente, visto como um estímulo a ser eliminado, e não como um outro ego, cujos objetivos, embora hostis, devem ser levados em consideração. O intelecto, como capacidade de cálculo, previsão e comparação, não desempenha qualquer papel na luta ou briga.

A teoria de Von Neumann e Morgenstern é aplicada a tipos diferentes de conflitos, tecnicamente chamados de jogos — instâncias de um conflito formalizado. Essas situações podem ser caracterizadas como um conflito entre os interesses de dois ou mais intervenientes, no qual cada parceiro tem, em determinados momentos, uma variedade de ações possíveis, delimitadas pelas regras do jogo. O número de estratégias disponíveis é finito e, portanto, enumerável. Desde que uma estratégia descreve o que será feito em qualquer situação, conhecidas as estratégias dos jogadores, é possível estimar todos os resultados possíveis.

Para que a teoria dos jogos possa ser aplicada, exige-se: que o número de participantes seja finito; que cada participante disponha de um número finito de cursos possíveis de ação; que ele conheça todos os cursos de ação a seu alcance, bem como os do adversário (desconhece, porém, *qual* curso de ação será escolhido pelo oponente). Após as partes terem escolhido seus respectivos cursos de ação, o resultado do jogo mostrará perdas ou ganhos finitos, que dependem da combinação dos cursos de ação escolhidos. Assim, os resultados de todas as combinações possíveis de ações são calculáveis.

A teoria dos jogos prevê a solução de problemas quando apenas duas partes intervêm, e o jogo é "zero-soma", isto é, puramente competitivo; neste caso, os benefícios de um jogador são as perdas do outro, e vice-versa.

A traição mútua (como no enredo da "Tosca") inutiliza as regras do jogo.

Essa teoria dispõe de uma terminologia própria: a) cada parte interessada é denominada jogador; b) uma partida (disputa) tem lugar quando cada jogador escolhe um curso de ação; c) após cada partida, o perdedor acerta com o ganhador os prejuízos decorrentes dos cursos de ações escolhidos; d) a regra de decisão* pela qual o jogador determina seu curso de ação é chamada "estratégia"; e) para escolher sua estratégia, nenhum jogador precisa conhecer a estratégia do adversário; f) o valor do jogo é o resultado médio entre os ganhos de um e as perdas de outro, depois de várias partidas, se ambos os parceiros recorrerem às melhores estratégias; g) a estratégia será mista quando cada jogador decide usar todos ou alguns de seus cursos de ação disponíveis, numa proporção fixa; h) utilizando-se apenas um curso de ação, a estratégia é pura; i) a tabela que mostra quantitativamente os resultados de todas as partidas possíveis recebe o nome de "matriz"; j) os números da matriz representam os valores ganhos pelo jogador indicado à esquerda dessa tabela; valores negativos traduzem perdas.

Uma das dificuldades de aplicação da teoria dos jogos é o estabelecimento de uma matriz satisfatoriamente quantificada. É difícil identificar todas as variáveis que intervêm para reduzir seus efeitos a uma escala homogênea de valores. Além disso, a teoria é estática — trabalha com valores dados, fixos e independentes do resultado do jogo. E as situações concretas são dinâmicas, com valores não fixos.

No entanto, como qualquer outra teoria científica, a teoria dos jogos é um "mapa simplificado", isomorfo, da realidade. Sua utilidade está na razão direta do isomorfismo mantido em relação a algum aspecto do mundo real.

Suponha-se que dois adversários A e B têm, cada um, quatro cursos de ação possíveis: A_1, A_2, A_3, A_4 e B_1, B_2, B_3, B_4.

Os resultados das partidas possíveis serão dezesseis:

	B_1	B_2	B_3	B_4	
A_1	-2	5	0	-3	(-3)
A_2	1	0	3	-1	(-1)
A_3	-3	2	-1	-5	(-5)
A_4	0	4	1	-2	(-2)
	(+1)	(+5)	(+3)	(-1)	

Se, A escolhe a estratégia A_2 e B opta por B_3, o resultado do jogo é $+3$: A ganhou 3 pontos.

O jogador A estuda suas estratégias disponíveis e, em cada caso, examina seus menores benefícios; dentro deles, escolhe o maior — o máximo dos mínimos (max-min): -1 (no caso em análise, os menores benefícios são os números entre parênteses). Escolhendo a estratégia A_2, A terá, na pior das hipóteses, o resultado -1. Para B, o mínimo dos máximos (min-max) corresponde à estratégia B_4: o re-

O participante de um jogo de cartas orienta-se pela decisão do oponente.

Na Bolsa de Valores, as estratégias vinculam-se à situação das empresas.

sultado ou valor do jogo é, portanto, − 1.

Quando o max-min é igual ao min-max, o jogo equilibra-se, exibindo um "ponto de sela". No caso, ele tende a estabilizar-se em torno de A_2 e B_4: mesmo que o jogador *A* saiba que *B* escolheu a estratégia B_4 deverá manter-se em A_2, pois qualquer mudança acarretará desvantagens. Analogamente, embora *B* conheça a estratégia de *A* (A_2), não deverá abandonar B_4. Desse modo, estabelecido o valor do jogo (− 1), o próprio jogo pode ser dispensado: é suficiente que, em cada partida hipotética, o resultado convencionado seja − 1.

Um equilíbrio dinâmico

O jogo da concorrência entre empresas é, em geral, "equilibrado". Por exemplo, a empresa *X*, sólida e antiga, vê-se rapidamente ameaçada por uma associação *Y*, nova e agressiva. *X* orienta sua política pelas previsões feitas a partir de um balanço projetado para um ano. A organização *Y*, ao fazer suas estimativas, toma como base não o seu balanço, mas o do grupo oponente. Seu objetivo consiste em afastar *X* do mercado e, para tanto, considera os lucros desta como seus prejuízos, e vice-versa. Seu jogo assume as características de "zero-soma". Ambas as companhias devem tomar uma decisão: empreender, ou não, uma vasta campanha publicitária. As duas controlam apenas suas próprias decisões, se bem que tenham as informações sobre os possíveis resultados provenientes das decisões a serem tomadas por ambas, isto é, conhecem a "matriz do jogo".

Indicando por C_1 a decisão de *X* de empreender a campanha publicitária, por C_2 a resolução contrária, por B_1 e B_2 decisões equivalentes por parte de *Y*, e combinando essas opções, chega-se a quatro valores possíveis:

X \ Y	B_1	B_2	
C_1	− 1	+ 1	(-1)
C_2	− 3	+ 2	
	(-1)	(+2)	

Os lucros (+) e prejuízos (−) de *X* (em milhões de cruzeiros, por exemplo) são, respectivamente, os prejuízos e lucros de *Y*. A empresa *X* pode, ou não, fazer a campanha publicitária. O resultado mínimo é − 1 para C_1, e − 3 para C_2 — um prejuízo de 1 ou de 3 milhões de cruzeiros. Escolhendo o curso de ação C_1 (fazer a campanha), *X* decidiu pelo max-min. A empresa *Y*, aplicando a estratégia B_1, terá um prejuízo máximo de − 1 (mínimo prejuízo de *X*); e, recorrendo a B_2, um mínimo prejuízo (lucro de *X*). Usando a estratégia B_1, estará aplicando o critério min-max; e, neste caso, o max-min de *X* é igual ao min-max de *Y* (existe um "ponto de sela"), e o jogo tende a equilibrar-se em torno de B_1 e C_1: ambas as companhias empreenderão a campanha publicitária.

O jogo "aberto"

Quando a matriz do jogo não contém "ponto de sela" (o min-max é diferente do max-min), o jogo é aparentemente instável:

	B_1	B_2	B_3	
A_1	0	4	− 2	(− 2)
A_2	3	− 5	1	(− 5)
A_3	− 2	1	6	(− 2)
A_4	1	0	4	(0)
	(+3)	(+4)	(+6)	

A estratégia max-min de *A* é A_4, com o valor 0; o min-max de *B* está na estratégia B_1, com o valor + 3. Iniciando-se o jogo com B_1/A_4, o resultado é + 1. Mas, ao contrário do que ocorre quando existe "ponto de sela", o conhecimento prévio da estratégia do adversário é vantajoso. Assim, *A*, sabendo que *B* adota B_1, tende a optar por A_2, o que lhe dará um resultado mais favorável: + 3. O jogador *B*, percebendo essa mudança, tenderá a escolher B_2, que lhe garantirá o resultado − 5. Ocorre, portanto, uma variação no comportamento dos jogadores.

O teorema fundamental da teoria de Von Neumann, referente aos casos de jogo "zero-soma" entre dois adversários em que o max-min é diferente do min-max, estabelece a possibilidade de calcular uma estratégia mista para *A*. Sendo x_1, x_2, x_3 e x_4 as freqüências relativas para A_1, A_2, A_3 e A_4, respectivamente; y_1, y_2, y_3 e y_4 as freqüencias de B_1, B_2, B_3 e B_4; e $x_1 + x_2 + x_3 + x_4 = 1$, $y_1 + y_2 + y_3 + y_4 = 1$, demonstra-se que o jogo se equilibrará em torno de um valor *v*. As estratégias podem ser anunciadas ao adversário, sem que isso resulte em vantagens para qualquer dos lados. No entanto, em qualquer caso, uma mudança de estratégia mista ótima só poderá ser prejudicial. A condição a ser obedecida é que as distribuições em valores proporcionais a x_1 x_2, x_3, x_4, y_1, y_2, y_3, y_4 sejam feitas aleatoriamente. Por exemplo, se para *A*, $x_1 = 0{,}30$; $x_2 = 0{,}40$; $x_3 = 0{,}15$; $x_4 = 0{,}15$, durante um jogo realizado em cem partidas, *A* utilizará trinta vezes a estratégia A_1, quarenta vezes A_2, quinze vezes A_3 e quinze vezes A_4. Não poderá haver qualquer organização nessa distribuição: antes de iniciada a partida, será sorteada aleatoriamente a particular estratégia a ser seguida, dentro das proporções calculadas. Pode-se recorrer, por exemplo, a uma urna com quarenta bolas pretas, trinta brancas, quinze amarelas e quinze vermelhas. A cor da bola, retirada ao acaso, determinará a estratégia de cada partida.

Há certos jogos que não se incluem na categoria "zero-soma"; durante seu curso, uma estratégia de cooperação produz melhores resultados que uma de competição. Por exemplo, dois cúmplices são aprisionados e julgados, de acordo com o seguinte critério: se ambos confessam (não há provas concludentes do crime), são severamente punidos; se nenhum assume a culpa, a falta de provas levará o tribunal a impor uma pena leve a cada um; e se um deles denuncia o outro, a absolvição do delator reverterá em punição do acusado. A desconfiança poderá levar os prisioneiros a uma denúncia mútua, com resultados catastróficos — um entendimento prévio conduzirá a resultados mais positivos.

Na ópera *Tosca*, de Puccini*, o chefe de polícia, Scarpia, condena Cavaradossi — amante de Tosca — à morte; mas oferece sua salvação em troca do amor da moça. Tosca consente e o acordo é firmado, combinando-se uma pretensa execução para Cavaradossi. Porém, Scarpia e Tosca traem-se mutuamente: ela apunhala o policial quando este a abraça; mas a ordem para uma real execução de Cavaradossi já havia sido dada. Essa traição mútua decorre de uma falta de confiança a respeito do cumprimento dos termos do acordo. Tosca e Scarpia comportaram-se como se o jogo fosse "zero-soma", isto é, como se os ganhos de um revertessem em perdas para o outro, e vice-versa.

VEJA TAMBÉM: Conflito; Decisão; Estocástica; Operacional, Pesquisa; Probabilidades, Teoria das; Risco.

A cidade de Karameh localiza-se a oeste do Jordão. A região, foco de graves problemas para a Jordânia, foi ocupada por forças de Israel em 1967.

Jordânia

SUMÁRIO

Localização geográfica: Oriente Médio
Limites: Síria (N), Iraque (NE), Arábia Saudita (E e S), Israel (O)
Superfície: 96 622 km²
População: 2 381 000 hab. (estimativa para 1970)
Cidades principais: Amã (capital — 500 000 hab.), Zarca (122 000)
Idioma: árabe
Religião: islamismo
Porto único: Ácaba
Rodovias: 10 000 km (1968)
Ferrovias: 366 km (1968)
Moeda: dinar, de 1 000 fils

As terras de Amon, Basã, Edom e Moabe, habitadas desde os tempos bíblicos, viram passar dominadores de vários credos e origens. Hoje constituem a Jordânia muçulmana, governada por monarcas da família hachemita, encarregada de guardar os lugares santos da "grande nação árabe", o Islão.

Em 64 a.C. começou o longo domínio dos romanos sobre a região, que prosperou com o surgimento de novas cidades e aldeias. No século IV, o cristianismo romano foi imposto pelo Imperador Constantino*, e abriram-se muitas igrejas.

Em 636 começou a ocupação muçulmana, interrompida em 1099 pelo movimento das Cruzadas*, que estabeleceu o Reino Latino de Jerusalém*, englobando as regiões palestina e jordaniana desde o Mediterrâneo. Houve um período de prosperidade de 1118 a 1187, sob o principado do Além-Jordão, com capital em Karak. Depois da retirada dos cruzados, em 1270, os muçulmanos voltaram a dominar. No século XVI, começou a hegemonia dos turcos: o Império Otomano, que se estendia do nordeste da África ao Oriente* Médio, foi o mais estável desde os tempos romanos e conservou até o século XX a estrutura medieval da região.

Em 1917, aproveitando-se de um conflito entre árabes* e turcos, a Inglaterra ocupou a Palestina (a oeste do Jordão) e a chamada Transjordânia (a leste desse rio). Em 1921, a Transjordânia foi colocada sob mandato britânico e dotada de um governo local, confiado ao Emir Abdullah Ibn Hussein, da família hachemita e irmão do Rei Faissal, do Iraque*. Em 1927, a Transjordânia ganhou certa independência formal, mas continuou sob a tutela econômica e militar da Inglaterra.

Com a morte do Rei Faissal (1934), o Emir Abdullah tornou-se o líder hachemita e, como tal, passou a dedicar-se à criação de um vasto reino árabe, que englobaria a Transjordânia, Palestina, Iraque, Síria* e Líbano*.

Durante a Segunda* Guerra Mundial, Abdullah, aliado dos ingleses, ajudou-os a reprimir o golpe de Estado nacionalista e pró-Eixo de Rachid El Gailani. Como recompensa, a Inglaterra aboliu o regime de mandato; Abdullah tornou-se rei da Transjordânia (1946), e foi reconhecida a independência do reino (1948). Estabeleceu-se um tratado com os britânicos, que previa um subsídio anual por eles pago à Legião Árabe, corpo militar formado em 1921 para assegurar a defesa do emirado de Abdullah. Essa legião, uma das primeiras forças militares regulares organizadas no Oriente Médio, tinha o comando do oficial inglês J. B. Glubb, também conhecido como Glubb Pacha.

Em 1948, a Liga Árabe (formada em 1945 por Transjordânia, Síria, Líbano, Arábia* Saudita, Iêmen* e Egito*) atacou Israel*, que se formava como Estado em terras palestinas. A Liga foi derrotada, mas a Transjordânia conservou as terras que havia tomado no centro-oeste da Palestina e que incluíam a Cidade Velha de Jerusalém. Milhares de refugiados árabes (cujo território fora ocupado por Israel) estabeleceram-se no país, criando grave problema econômico-social. Em 1949, Abdullah assinou um armistício com Israel. Acrescido da região conquistada a oeste do Jordão (Cisjordânia, anexada oficialmente em 1950), seu reino passou a chamar-se Jordânia.

Os demais Estados árabes foram hostis ao tratado assinado por Abdullah com Israel — por considerarem que ele equivalia a um reconhecimento do novo Estado judeu, em prejuízo dos árabes palestinos —, e, em 1951, extremistas assassinaram o rei jordaniano. Abdullah foi sucedido por seu filho Talal, que, acometido de uma doença mental, abdicou em 1952 em favor de seu filho Talal Ibn Hussein (1935-), coroado em 1953.

Os problemas de Hussein

A Jordânia é uma monarquia constitucional, na qual o rei é o chefe do governo, com amplos poderes: ele nomeia o primeiro-ministro, o presidente e os membros do Senado; pode dissolver a Assembléia nacional e é o comandante das forças armadas.

Em 1955, sob a pressão de nacionalistas encorajados pelo Presidente Nasser*, do Egito, o jovem Rei Hussein recusou-se a aderir ao Pacto de Bagdá (pró-ocidental e contra a penetração soviética na região).

No entanto, Nasser continuou estimulando campanhas contra a monarquia jordaniana e Hussein, após a crise de Suez* (1956), revogou os tratados da Jordânia com a Inglaterra. (Mas substituiu os ingleses pelos norte-americanos, dos quais se tornou aliado.)

Israel continuou sendo o foco de problemas da região. Vários países árabes condenavam Hussein por criticar os terroristas palestinos que dirigiam ataques a Israel a partir do território jordaniano. Em maio de 1967, Hussein firmou um tratado militar com o Egito, para bloquear Israel. Mas, na "Guerra dos Seis Dias", os israelenses venceram e apoderaram-se dos territórios a oeste do Jordão.

A atividade dos guerrilheiros palestinos continuou sendo um sério problema para a Jordânia e seu dirigente, cuja posição era considerada suspeita e fraca pelos líderes

árabes extremistas, empenhados em impedir que a Jordânia firmasse com Israel qualquer acordo que reconhecesse como permanente a perda da Palestina pelos árabes.

Em 1970, o conflito entre governo jordaniano e guerrilheiros palestinos agravou-se. Houve combates em Amã, bem como atentados contra o rei, que acusou os guerrilheiros de pretenderem afastá-lo do governo e foi por eles acusado de tentar esmagar o movimento palestino.

Depressão e deserto

Uma depressão central, os planaltos transjordanianos e uma estepe desértica formam regiões naturais na Jordânia. A depressão, a mais de 300 metros abaixo do nível do mar, situa-se entre os planaltos palestinos e os transjordanianos, e prolonga-se na direção norte—sul, da fossa do mar Morto ao golfo de Ácaba (no mar Vermelho), único trecho de litoral do país. Os planaltos da Transjordânia inclinam-se para leste, em direção às regiões de El Azraq e El Djafr. A estepe, a leste, é uma região árida, habitada por beduínos.

O Jordão, que nasce no lago Huleh e desemboca no mar Morto, é o rio mais importante. Percorre 17 quilômetros até o lago Tiberíades, com curso estreito, e mais 300 até o mar Morto, com muitos meandros. Pouco antes da confluência com o Yarmuk, seu principal afluente, foi edificada a barragem de Khalid Ibn Walid, com uma central hidrelétrica importante na economia do país.

A Jordânia está numa região de grandes contrastes de temperatura e de clima árido.

A vegetação inclui tipos mediterrâneos, estépicos e desérticos, de acordo com a distribuição das chuvas. As espécies mais comuns são oliveiras, carvalhos, pinheiros Alepo e palmeiras, nos oásis.

O problema dos refugiados

O árabe é o grupo étnico predominante, mas grande parte dele tem sido misturada durante muitos séculos com as etnias de conquistadores e colonizadores. A população jordaniana distribui-se de modo bastante desigual: enquanto as grandes superfícies desérticas são desabitadas, a densidade demográfica chega a 120 habitantes por quilômetro quadrado na região de Ghor, no curso superior do Jordão.

As cifras sobre o crescimento natural da população são imprecisas, por causa da instabilidade das fronteiras, que mudaram várias vezes de 1946 a 1967, e do crescimento demográfico artificial causado por sucessivas levas de refugiados.

A reduzida afinidade dos refugiados com os naturais do lugar, o alto índice de desemprego entre eles e as dificuldades econômicas resultantes desse quadro constituem um problema. Os refugiados instalaram-se no campo e, para socorrê-los, a ONU criou em 1950 a United Nations Relief and Work Agency, encarregada de doar alimentos, melhorar as condições de higiene, educar crianças e adolescentes e providenciar emprego para os mais aptos.

A capital está situada no vale do rio Amã. É o centro cultural do país, governado desde 1953 pelo Rei Hussein, em substituição ao Emir Abdullah.

Dos primeiros séculos, restaram os templos esculpidos na rocha. (Petra.)

Economia abalada pelo conflito

As guerras com Israel (1948 e 1967) e o permanente estado de tensão entre os dois países têm prejudicado a economia jordaniana, principalmente pelo afluxo de refugiados e pela perda de territórios. A anexação da margem oeste do Jordão por Israel, em 1967, fez com que a Jordânia perdesse, além de uma de suas regiões mais férteis, as divisas proporcionadas pelas romarias aos lugares santos (Jerusalém). A renda nacional *per capita* foi de apenas 249 dólares, em 1967.

A agricultura é a principal atividade econômica, apesar de 84% do território constituírem regiões desérticas. Na margem leste do Jordão, os métodos de cultura são menos desenvolvidos que a oeste, apesar dos esforços governamentais. A erosão do solo e a falta de capitais para obras de terraceamento e irrigação têm entravado o desenvolvimento da região e a superação da fase de agricultura de subsistência. No início da década de 1970, a evolução nesse sentido parecia promissora.

O afluxo de refugiados levou a uma política de reestruturação dos meios rurais, que consistiu principalmente na adoção de fazendas experimentais, produção pelo sistema de cooperativas e aplicação de técnicas mais modernas, divulgadas pelos *murchiduns* (monitores sociais e agrícolas que passaram a atuar em 1954).

A produção de cereais é considerada fraca. A margem oeste do Jordão produz grande quantidade de frutas (citros, uvas, bananas, tâmaras) e legumes, cujos excedentes costumam ser trazidos a Amã por autoridades israelenses.

Cabras e carneiros constituem a base da produção pecuária, feita por grupos seminômades.

A indústria jordaniana está apenas começando. Há fábricas de açúcar, azeite, queijo e manteiga. A indústria pesada resumia-se, no início da década de 1970, a uma refinaria de petróleo e a uma fábrica de cimento. Os principais recursos minerais são o potássio do mar Morto, explorado pela Palestine Potash Company de 1930 a 1948; e o fosfato, com duas importantes jazidas em exploração: a de Rusayfa, ao norte de Amã, financiada em parte pelo governo; e a do vale do rio Hasa, ao sul do mar Morto, com um potencial de 30 milhões de toneladas. No vale do Hasa, rico em minerais, há estudos para a exploração de cobre, manganês e enxofre.

A capital do reino, centro cultural do país, foi construída sobre o vale do rio Amã, que a atravessa. O aumento da população forçou a expansão da cidade para as colinas áridas que a dominam.

VEJA TAMBÉM: Árabes; Israel; Jerusalém; Oriente Médio.

Jornalismo

O jornalismo abrange todo o trabalho de elaborar e divulgar periodicamente informações atuais de interesse público, e está, portanto, diretamente relacionado ao uso dos meios de comunicação* de massa.

O crescimento e a complexidade da sociedade industrial aumentaram a necessidade da veiculação organizada de informações, que levou a imprensa a crescer e a institucionalizar-se como um componente básico dessa sociedade. Além de informar — e como decorrência disso —, a imprensa exerce as funções de educar, criar e firmar idéias e opiniões, influir sobre comportamentos e servir como canal de pressão para grupos de interesse*. Assim, a *função* de informar, em termos políticos, pode ser entendida como o *poder* de informar, o que faz com que a imprensa chegue a ser chamada de "O Quarto Poder" em países como os Estados Unidos.

Origem

As raízes mais remotas do jornalismo podem ser encontradas nas primeiras manifestações conscientes ou organizadas de comunicação, com as quais surge o interesse em transmitir as notícias. Suas formas mais rudimentares são transmissões orais. A necessidade de fixar a informação de forma inalterável leva à criação de símbolos*, origem da escrita*.

Os homens que viajavam de uma região para outra, divulgando novas técnicas e costumes, podem ser considerados como os primeiros "jornalistas".

Rapsodos na Antiguidade e trovadores na Idade Média foram precursores dos jornalistas (assim como, posteriormente, os violeiros que percorriam os sertões do Brasil e constituíam um dos poucos meios de contato dos habitantes dessas regiões com os de outras).

Durante a Idade Média, com o enclausuramento da cultura em palácios e conventos, as notícias eram distribuídas por mensagens oficiais ou pelos trovadores e viajantes. O desenvolvimento do comércio* para além dos limites feudais valorizou a troca de informações, e surgiram, desse modo, os comerciantes de notícias, que as vendiam aos homens de negócios ou nobres nelas interessados. Ao mesmo tempo, a crise religiosa e social que acompanhou o declínio do feudalismo* e o desenvolvimento do comércio foi marcada por um acentuado individualismo: na medida em que o homem se viu solto dos laços feudais e entregue à própria iniciativa, aumentou para ele o valor da informação*.

Assim, o desenvolvimento da civilização moderna a partir das revoluções comercial e industrial* e a necessidade de informações — decorrência também do próprio caráter competitivo da sociedade que então se estabeleceu — impulsio-

Como uma janela aberta para o mundo, o jornalismo livre pode ajudar o indivíduo a conhecer e participar efetivamente da vida que o cerca. (Um cartaz de Raymond Savignac, feito em 1956 para o jornal "Il Giorno".)

naram o jornalismo. Produto típico dessa sociedade, ele acompanhou seu desenvolvimento e beneficiou-se gradativamente de cada nova técnica capaz de permitir a veiculação mais rápida, múltipla e eficiente das informações, como as invenções da imprensa, máquinas a vapor (para impressão mais veloz e em larga escala), telégrafo, telefone, fotografia, cinema, rádio, gravação sonora, televisão e comunicações via satélite.

Ética

O conteúdo do trabalho jornalístico depende do estilo do órgão de informação e da orientação dada por seus dirigentes. Considera-se ideal que esse conteúdo, seja ele informativo ou opinativo, obedeça sempre a um critério de imparcialidade e de fidelidade ao ofício de informar. Dessa maneira, o jornalismo deverá permitir o debate de assuntos controversos, oferecendo ao usuário a possibilidade de conhecer e confrontar fatos e opiniões, e formular seu juízo próprio; e tem o dever, ainda, de ser veículo de denúncia de crimes e irregularidades.

Embora sem fugir a esses princípios, sempre será possível ao órgão de imprensa veicular com destaque a opinião particular de seus dirigentes ou principais colaboradores, dar maior ênfase a determinados fatos segundo um critério próprio e pouco destaque (mas sem omissão) a outros, considerados de menor valor, conforme a orientação seguida.

Contudo, a tendência, que se acentua no século XX, de redução do número de órgãos de imprensa (e de sua monopolização por alguns grupos) restringe as possibilidades de opção do público e aumenta um perigo que tem sido observado por cientistas sociais e teóricos da comunicação: o da indiferenciação e manipulação de opiniões, que a própria civilização urbana tenderia a alimentar. Como resposta a esse perigo, têm surgido, principalmente nos Estados Unidos, "comunidades de informação" destinadas a veicular entre seus membros os assuntos em que teriam interesse e que não seriam normalmente divulgados pela imprensa comum.

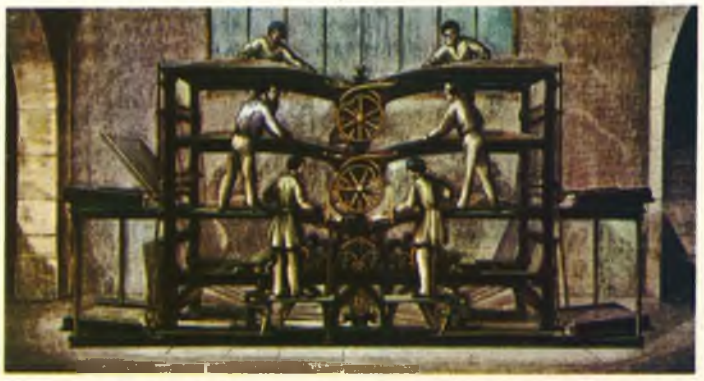
Liberdade e censura

O "delito" de emitir opiniões contrárias às dos governantes acompanha a história da humanidade. O julgamento de Sócrates* por suas opiniões, justamente numa sociedade que forneceu ao mundo o modelo da democracia*, é um exemplo.

A história da censura à imprensa começa em 1486, menos de vinte anos depois da morte de Gutenberg*, quando o arcebispo de Mainz (Alemanha) nomeou o primeiro censor de publicações. Também houve controles indiretos, como o de submeter os jornais ao pagamento de altas taxas, que encareciam muito sua venda ao público (limitando seu consumo a pessoas de maior poder aquisitivo).

As revoluções liberais do século XVIII enfatizaram a necessidade de uma imprensa livre como requisito indispensável ao tipo de democracia que pretendiam implantar. Jefferson* afirmava que, entre um governo sem jornais e jornais sem governo, preferia a segunda hipótese.

Na imprensa livre, o público é o juiz e deve ser servido com a verdade.



A incorporação de cada nova técnica caracteriza a história da imprensa.

A luta pela liberdade de informar acompanha a história da imprensa. ("The New York Times" no caso da publicação de papéis secretos do Pentágono.)

A supressão da liberdade de imprensa costuma estar entre os primeiros atos dos governos totalitários, mesmo no século XX. Em 1928, Mussolini* forneceu um exemplo, ao dizer que, "em um regime unitário, a imprensa não pode ser estranha a essa unidade. Por isso, a imprensa italiana inteira é fascista e deve sentir-se fiel para conduzir a luta sob a bandeira fascista. A imprensa mais livre do mundo é a italiana (. . .)".

No entanto, uma limitação dessa liberdade é regra na maioria dos países. Para isso, o Estado* tem uma legislação especial (coerente com sua ideologia*) para prevenir abusos da imprensa; além disso, é de praxe a existência da censura em casos de guerra, por motivos de segurança nacional. (Ainda assim, em 1972, a Suprema Corte dos Estados Unidos negou ao governo federal o direito de processar o jornal *The New York Times* pela divulgação de documentos do Departamento de Defesa, qualificados de secretos, a respeito da guerra do Vietnam*.)

Nos países cujos governos estabelecem controles rígidos sobre a imprensa, os órgãos de informação têm sua função prejudicada e tendem a formar uma visão acabada e superficial do mundo e dos problemas nacionais, evitando tudo o que possa fornecer meios para o debate, a crítica e a contestação.

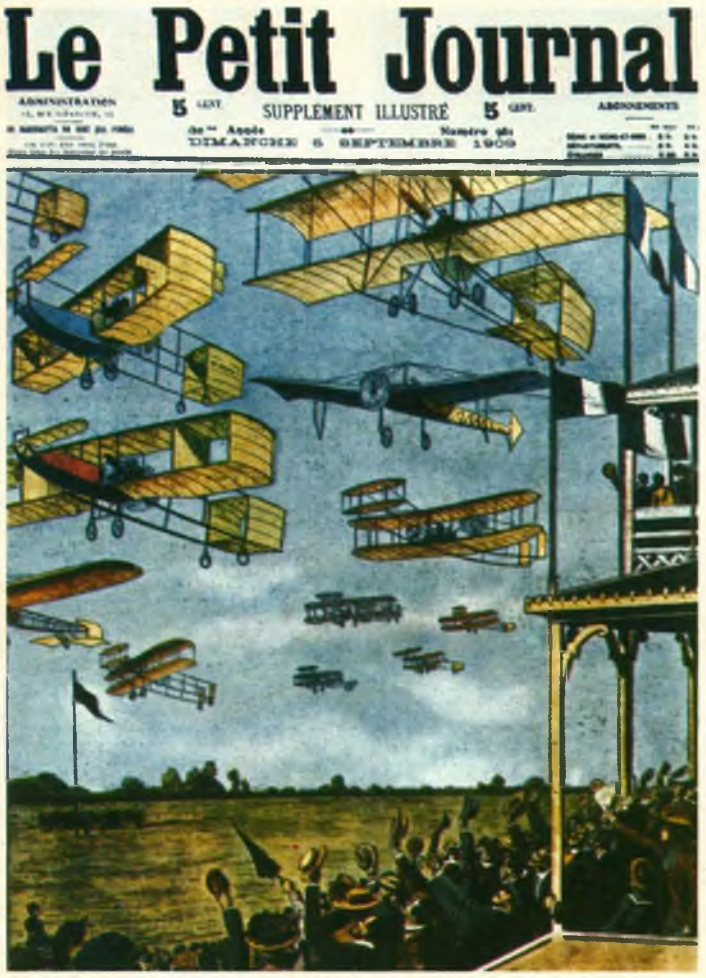
Outro fator que pode limitar a liberdade jornalística é a pressão econômica. Estão mais sujeitos a ela os órgãos de imprensa menores, que, para sobreviver, podem se ver forçados a divulgar notícias de discutível interesse público, sob a forma de publicidade disfarçada; do mesmo modo, não se pode esperar que um órgão de imprensa nessas condições divulgue fatos ou expresse opiniões em prejuízo de empresas ou grupos que sobre ele tenham ascendência.

O jornalismo de bom nível pode escapar a essas pressões, evitando qualquer compromisso de submissão a elas: a longo prazo, essa política de independência torna-se fator de prestígio e passa a beneficiar o próprio desenvolvimento da empresa jornalística.

As modernas equipes

O amadurecimento da atividade jornalística no século XX reduziu consideravelmente a figura do "caçador de furos": é raro atualmente que um órgão de imprensa consiga uma informação importante que seus concorrentes não tenham (o que faria da publicação exclusiva dessa notícia um "furo"). O aperfeiçoamento da imprensa moderna também vai pondo em desuso outros componentes da antiga gíria jornalística, como a "barriga" (uma informação errada, notícia de um fato que não houve).

Antigas redações, formadas por


Le Petit Journal

SUPPLEMENT ILLUSTRÉ

DIMANCHE 6 SEPTEMBRE 1908

O suplemento ilustrado tornou-se uma tradição nas edições dominicais.

A Manha

ORGÃO DE ATAQUES... DE RISO

Director-proprietario: APPORELLY

"A Manha"

Programma do dia

13 DE MAIO

Preciosa collaboração

Almas parelhas

Em "A Manha", de Aparício Torelly, a sátira ao momento sócio-político.

uns poucos profissionais que freqüentemente eram repórteres, redatores, editores e gráficos ao mesmo tempo, foram substituídas por grandes organizações, em que o trabalho é dividido por setores especializados, ou editorias.

De modo geral, nas redações de grandes jornais, revistas de informação e emissoras de rádio ou televisão, há pelo menos as editorias de política, noticiário nacional e internacional, economia, reportagem geral, fatos policiais, esportes e variedades (artes, recreação). Cada editoria tem redatores e repórteres especializados, e encarrega-se de determinado espaço (ou tempo) na difusão periódica de notícias.

Na produção do noticiário*, atuam — auxiliados pelo serviço das agências ou assessorias de imprensa — repórteres gerais ou especializados em determinadas áreas. Geralmente há um repórter para cada importante órgão de governo (nas áreas do Executivo, Legislativo e Judiciário) ou setores como, por exemplo, educação, trabalho, saúde, serviços públicos, artes, ciência, etc.

Na produção diária de notícias, como elemento subsidiário do trabalho jornalístico, tem aumentado o papel da assessoria de imprensa das entidades governamentais e das grandes empresas ou organizações particulares, exercida através de profissionais especializados e de comunicados *(press-releases)* enviados aos principais órgãos de informação.

No recebimento do noticiário, atua uma equipe especial que trabalha junto aos teletipos, telefones, aparelhos de rádio (o chamado *rádio-escuta*) e televisão. Todo o noticiário recebido converge para a chefia de produção, que o distribui pelas várias editorias (às vezes após uma seleção prévia).

O chefe de reportagem mobiliza o maior número de repórteres, principalmente os gerais, e os distribui para as áreas onde a pressão de noticiário for maior, complementando assim o trabalho das editorias.

O editor geral (ou, conforme o caso, o diretor de redação, ou chefe de redação) é geralmente a figura mais importante no órgão de informação: coordena as editorias e é responsável pela forma e pelo conteúdo do jornal ou revista tal como aparecem nas bancas, ou do noticiário transmitido pelo rádio ou televisão. O secretário de redação, freqüentemente assistido por um ou mais subsecretários, encarrega-se de todo o relacionamento logístico entre as várias partes da redação, assim como entre a redação e os demais departamentos do jornal, como oficiais gráficos, publicidade, etc.

O quadro se completa com uma equipe de repórteres fotográficos (ou cinegrafistas), um arquivo, um departamento de arte e uma rede de colaboradores, consultores e informantes de confiança.

Esse esquema genérico varia conforme as condições particulares e precisa ter sempre certa flexibilidade, para que funcione com a eficiência adequada à imprevisibilidade da matéria-prima do jornalismo: os fatos.

Freqüentemente, jornalistas são mobilizados de um setor para outro, a fim de atender às necessidades do momento. Por isso, apesar do alto grau de especialização que a imprensa vem alcançando, o bom jornalista ainda é definido como um "especialista em assuntos gerais", expressão que define o profissional capaz de mover-se em qualquer terreno, mesmo tendo uma especialização.

A eficiência do homem de imprensa ainda se mede por sua ousadia e por sua capacidade de acesso a fontes de notícia (perspicazmente escolhidas).

Além disso, o jornalista deve estar apto a obter dados relevantes "disfarçados" pela linguagem fria dos comunicados e declarações oficiais, manter-se atento aos "murmúrios", estabelecer fontes seguras e inspirar a confiança das pessoas.

A tarefa jornalística

O jornalismo evoluiu de um estilo altamente pessoal, opinativo e dissertativo, característico dos primeiros divulgadores de notícias, para uma técnica específica que se baseia em grande parte na impessoalidade, concisão e procura de objetividade, com a simplicidade de linguagem e estilo necessária à compreensão imediata da mensagem divulgada.

Presume-se que o leitor quer antes de tudo ser informado; por isso o jornalista procura ser objetivo. O que informar é uma questão que implica saber a que tipo de público a informação se destina, qual seu grau de instrução, gostos, costumes e necessidades. Isso faz com que os órgãos informativos sejam diferentes em estilo, conforme o público

ouvinte, espectador ou leitor que pretendem atingir.

O jornalismo já definiu bem a posição de cada um de seus veículos: o rádio continua se valendo da velocidade no informar; a televisão acrescentou a isso a força do testemunho da imagem; e a imprensa escrita, para não ser ofuscada por ambos, aperfeiçoou-se, transformou-se no jornalismo interpretativo e opinativo, na cobertura ampla e minuciosa dos fatos e no jornalismo especializado ou dirigido.

O JORNALISMO ESCRITO

Entre as primeiras formas de jornalismo escrito destaca-se a transmissão de notícias em cartazes colocados nos lugares públicos, sistema encontrado nas antigas civilizações egípcia, babilônica, grega e romana, e que sobrevive ainda hoje (nos jornais murais da China, por exemplo).

Entre os mais antigos escritos com características jornalísticas — periodicidade, atualidade e variedade — destaca-se a *Acta Diurna Populi Romani,* criada por Júlio César* em 69 a.C. Era um boletim oficial com notícias sobre jogos, batalhas, cerimônias religiosas, atividades do Senado, incêndios, etc. Afixada numa tábua branca — o *album* — no muro da residência de César, durou até 309 d.C. Mais tarde surgiram os *Annales Maximi,* que substituíram o *album.* Em 1440, Gutenberg inventou os tipos móveis, "inaugurando" a imprensa. Isso revolucionou o processo de comunicação, que contou ainda com condições propícias como o crescimento acentuado das cidades e do desenvolvimento do comércio por toda a Europa.

A camada de pessoas interessadas nas notícias cresceu com o mercantilismo*. No início do século XVII, impressores da Inglaterra, Alemanha e Países-Baixos combinaram a troca de notícias desses lugares para atender a seus clientes, de modo que as publicações começaram a aparecer mais regularmente.

Em 1605 — mais de 150 anos depois da invenção de Gutenberg —, surge o primeiro semanário regular: *Nieuwe Tydingen,* de Antuérpia. Outros semelhantes aparecem em Augsburgo (1609), Amsterdam (1620) e Viena (1620). Mais importantes, como primeiros *jornais* (já na acepção atual), foram *Frankfurter Journal,* semanário fundado em 1615; *Gazette van Antwerpen* (1619); *Weekly News* (Londres, 1622); e *Gazette de France* (1631).

Destaca-se em geral o desenvolvimento do jornalismo, sobretudo em suas primeiras fases, na França e na Alemanha. O processo foi mais lento em outros países, embora a atividade jornalística também começasse cedo em Portugal (1641), Itália *(Sincero,* 1645), Espanha *(La Gaceta de Madrid,* 1661), Polônia *(Merkuriusz Polski,* 1661) e Rússia (1703).

No século XVIII, o jornalismo começou a afirmar-se como produto da Revolução Industrial. Beneficiou-se da maior regularidade dos correios e de aperfeiçoamentos técnicos, que tornaram mais fáceis e rápidos tanto o recolhimento como a divulgação das notícias. O jornalismo foi deixando de ser apenas uma atividade acessória dos impressores, para formar sua esfera própria de atuação profissional. Esses progressos acentuaram-se sobretudo no século XIX, acompanhando o novo impulso dado à industrialização do Ocidente.

A publicidade passou a cobrir grande parte das despesas e a permitir a manutenção de um preço baixo do exemplar (importante para a concorrência cada vez mais forte entre os jornais). Aumentou o número de pessoas que sabiam ler e escrever, e, na medida em que os periódicos foram atingindo um número sempre maior de leitores, os comerciantes e industriais começaram a vê-los como importantes veículos de propaganda. Na disputa acirrada por anunciantes e leitores, aperfeiçoou-se a forma jornalística e desenvolveu-se o sensacionalismo. O jornal passou a ser uma aventura comercial como as outras, principalmente na Inglaterra e nos Estados Unidos, países nos quais foi mais rápida a evolução.

Já no século XIX, estabeleceu-se

Órgãos públicos mantêm assessoria da imprensa.

O moderno jornalismo aproveita-se simultaneamente de todos os meios de comunicação. Um dos mais importantes deles, por sua rapidez, é o telex.

Na medida em que progredia como empresa comercial, o jornalismo escrito valorizou a apresentação gráfica, executada pelo setor de diagramação.

Radiofotos: notícias rápidas de lugares distantes.

O jornalismo envolve, muitas vezes, enormes riscos: José Hamilton Ribeiro, repórter da revista "Realidade", ferido na guerra do Vietnam.

ENTREVISTA: HUBERT BEUVE-MERY

As crises da imprensa

PARA O FUNDADOR DO "LE MONDE", A MISSÃO DOS JORNALISTAS É SABER E DIZER O MÁXIMO QUE PUDEREM

Por Pedro Cavalcanti

Para ganhar a vida e pagar seus estudos, Hubert Beuve-Méry, fundador do jornal "Le Monde", começou empurrando uma carroça. Dizem que é um homem duro, de uma integridade inflexível e uma franqueza quase brutal com seus próprios amigos. Em 1936, quando um consórcio de anunciantes franceses e americanos, descontente com a linha do "Le Monde", resolveu financiar um jornal concorrente — "Le Temps de Paris" —, a jornalista Françoise Giroud, co-fundadora do semanário "L'Express", traçou um retrato de Beuve-Méry considerado clássico:

"Na rue des Italiens, no velho prédio de tapetes usados, cadeiras cansadas, corredores sujos, rotativas históricas, ele espera a tempestade com calma. Ele é, talvez, um pouco mais abrupto, parcimonioso, lacônico e desdenhoso com os embaixadores e ministros que vêm solicitar 'um mínimo de compreensão'. Aos 54 anos, com seus cabelos grisalhos, o olhar afetuoso sempre em desacordo com a boca irônica, os gestos rudes e nobres, esse homem apaixonado pela humanidade e inacessível aos homens tem a graça de um cactus".

Hoje, aos 72 anos, Beuve-Méry goza do que poderia se chamar uma aposentadoria teórica. Embora tenha renunciado à direção do jornal em dezembro de 1969 (entregando-a ao seu colaborador Jacques Fauvet, exatamente no dia do 25.º aniversário de "Le Monde"), ele volta, todos os dias, à mesma escrivaninha abarrotada de papéis, onde, desde 1944 — quatro meses após a liberação de Paris —, trabalhou doze horas por dia, noticiou as duas guerras sangrentas em que a França perdeu suas colônias (Indochina e Argélia), assistiu ao começo da guerra fria e à crise de Cuba, e viu o mundo inteiro irremediavelmente transformado.

Beuve-Méry passa por um pessimista, a Cassandra do jornalismo francês, e se defende com um único, mas sólido, argumento: o seu jornal. Com efeito, o

Beuve-Méry: freio e acelerador

primeiro número de "Le Monde" parecia um desses raros empreendimentos, que trazem em si absolutamente todos os elementos necessários ao fracasso. Não tinha — como não tem — fotografias. Nem história em quadrinhos, horóscopos ou colunas turísticas: apenas alguma rara notícia sobre esporte. Sobre acontecimentos policiais, praticamente nada. Como se não bastasse, o capital disponível era escasso. O fato, no entanto, é que o jornal deu certo. Após quinze anos de situação financeira precária, comprou novas máquinas, ampliou sua tiragem, transformou-se numa empresa moderna e poderosa. E, junto com o "New York Times", no jornal mais respeitado do mundo.

Todos os dias, 500 000 exemplares saem das rotativas para uma distribuição que atinge praticamente todos os países. A redação continua no velho prédio da rue des Italiens, e Hubert Beuve-Méry continua sentado em sua sala do quinto andar. A lenda que fez dele um homem duro e distante com os poderosos também continua viva. Mas, durante as duas horas de entrevista com VEJA, ele foi simplesmente sorridente e amável.

Dirige-se um jornal como um carro

VEJA — *Em 1944, quando apareceu pela primeira vez, "Le Monde" foi classificado como um jornal semi-oficial. Em seguida usou-se a expressão filo-comunista, embora "L'Humanité", órgão oficial do PC francês, prefira a expressão "jornal da burguesia". O senhor, que deu a "Le Monde" sua orientação política, que classificação usaria?*

BEUVE-MERY — Quando aparece um novo jornal — e mesmo depois —, é natural que cada um tenha sua própria interpretação. Sempre se está à esquerda ou à direita de alguém. É certo que, em 1944, "Le Monde" não teria aparecido sem autorização do governo. Havia mesmo a vontade expressa pelo general De Gaulle de ver nascer na França "um grande jornal". Mas eu, por minha parte, impus também condições draconianas: "Le Monde" não aceitaria um centavo de quem quer que fosse e preservaria integralmente sua liberdade de julgamento. Dificuldades não faltaram, mas sou obrigado a reconhecer que, de uma maneira geral, o general De Gaulle criou menos problemas do que certos chefes de governo que o sucederam. Quanto a definir a linha do jornal, a tarefa não é fácil. Recorrendo ao vocabulário clássico, eu diria que é um jornal de centro-esquerda. Isso significa que é a favor de reformas em determinados setores. É natural, no entanto, que seja considerado reacionário por alguns, pois existem igualmente situações que evoluem de uma forma que nos parece perigosa e que procuramos contrariar.

Jornalismo é notícia: o diretor de um conceituado jornal francês ("Le Monde") entrevistado num importante "newsmagazine" brasileiro ("Veja").

uma distinção básica de estilo entre os jornais, que também pode ser aplicada aos demais veículos de informação.

Uns, como os antigos jornais matutinos, são austeros na forma e no conteúdo, têm linguagem bastante formal e grande volume de informações. Outros são como os jornais de tipo vespertino, que, pela própria natureza e origem histórica, tenderam ao sensacionalismo: saem à tarde, quando grande parte das notícias do dia já foi divulgada, e assim, por necessidade de atrair a atenção, tendem a adotar uma forma mais livre e ousada, e a explorar assuntos ou tópicos de maior impacto dentro do noticiário global. Seu menor volume de informações é compensado por muitas ilustrações e seções recreativas.

O sucesso dos vespertinos fez com que jornais desse tipo fossem editados também de manhã, pois ficara provado que o sensacionalismo era uma grande arma para a conquista de leitores.

A era do sensacionalismo, coincidindo com o grande desenvolvimento da imprensa e da concorrência entre as empresas jornalísticas, levou a muitos exageros, mas deixou como saldo o predomínio da linguagem menos "literária" e mais popular, além da preocupação constante com a objetividade. Atualmente, mesmo jornais e revistas de grande reputação e seriedade adotam, conforme os fatos a serem noticiados, procedimentos introduzidos pelo sensacionalismo.

O jornal tablóide, que tem a metade do tamanho de página do jornal comum, foi lançado na década de 1920, com grande êxito, nos Estados Unidos. Tem várias vantagens, em função do tamanho: pode ser lido em lugares apertados como conduções coletivas, e as reportagens em geral são mais curtas, embora ocupem quase toda uma página (ganhando mais realce e prendendo a atenção do leitor). O tablóide parte do princípio de que, para grande número de pessoas, é mais fácil ler um texto curto e bem ilustrado do que uma grande reportagem no jornal de tamanho tradicional. No tablóide, a necessidade de ilustração aumenta e, para melhor efeito gráfico, os tipos dos títulos devem ser maiores, o que o aproxima do estilo de apresentação dos vespertinos.

O jornalismo, hoje, é praticado em todo o mundo, cabendo destaque, no entanto, a alguns países.

ALEMANHA — Na região onde a imprensa foi pioneira, a descentralização política permitiu de início grande atividade jornalística. Todas as cidades importantes tinham pelo menos um jornal. Os principais, além do *Frankfurter Journal* (1615), foram o *Frankfurter Oberpostamtszeitung* (1616), *Augsburgerzeitung* (1689), *Vossische Zeitung* (1705), *Hambergischer Correspondent* (1714), *Spenersche Zeitung* (1749), *Kolmische Zeitung* (1763) e *Allgemeine Zeitung* (1798).

O desenvolvimento de seu jornalismo foi mais rápido que no resto da Europa, mas estancou no século XIX, quando em outros países prosperavam os jornais de grande circulação.

O autoritarismo dos pequenos feudos e as guerras prejudicavam a evolução do jornal na Alemanha. A imprensa foi estimulada pela posterior unificação política do país, mas logo viu-se prejudicada pelas guerras. Durante o Império Alemão (1871-1918), a liberdade de imprensa era bastante restrita, principalmente em questões políticas e militares, mas os jornais de tendência democrática ou socialista não chegaram a ser inteiramente proibidos, como acontecia na Rússia czarista.

Na República de Weimar, houve maior liberdade e surgiram jornais de opinião, alguns de caráter revolucionário, inicialmente explorados em proveito próprio pelo nazismo* e mais tarde destruídos. Depois do grande abalo sofrido nos tempos de Hitler*, os jornais ficaram sob censura militar, ao fim da Segunda Guerra Mundial. Quando o regime civil foi restabelecido, o jornalismo alemão pôde expandir-se mais livremente, embora enfrentando os inconvenientes da fase de reconstrução do país (como a escassez do papel).

Atualmente a Alemanha Ocidental tem o maior número de jornais diários da Europa: 1 098 títulos (estatística de 1971) e uma tiragem diária global de 331 exemplares para cada 1 000 habitantes.

O maior grupo de jornais da Europa continental é o alemão Axel Springer, que em 1969 editava *Die Welt* (230 000 exemplares diários).

Revista francesa da "Belle Époque" com uma capa de Toulouse-Lautrec.

A imprensa começou na Alemanha, mas desenvolveu-se sobretudo na Inglaterra, França e Estados Unidos. (Uma revista satiriza a política alemã.)

Bild Zeitung (4 milhões), *Hamburger Abendblatt* (300 000), *Berliner Morgenpost* (2,2 milhões), *BZ* (320 000), *Welt am Sonntag* (dominical, 337 000) e *Bild am Sonntag* (dominical, 2,46 milhões).

FRANÇA — A censura do regime absolutista entravou o início da imprensa francesa, limitando-a praticamente a publicações oficiais como a *Gazette de France*. Uma saída para a situação foi a fundação de jornais literários como *Mercure Galant*, que mudou o nome para *Mercure de France* em 1728: o *Journal des Savants* (1665), comprado pelo Estado em 1701; e *L'Année Litteraire* (1754). O primeiro diário só surgiria em 1777 — o *Journal de Paris*, também tendo literatura e artes como assuntos básicos. A partir de 1792, *Gazette de France* tornou-se um órgão diário.

Contrastando com a tendência ao *big-business* da imprensa inglesa e da norte-americana, a francesa tem pouco apoio publicitário e menor circulação. Há principalmente jornais de opinião, estreitamente ligados a partidos. É uma imprensa mais individualista e praticamente não se formam cadeias. Atualmente, os maiores jornais franceses são o vespertino *France-Soir*, *Le Figaro* e *Le Monde*, este de grande prestígio internacional. Um dos maiores grupos da imprensa francesa é a Livraria Hachette, que, além de livros, controla *France-Soir*, *Paris Presse*, *France Dimanche* e *Nouveau Candide*.

INGLATERRA — Em 1638, o pioneiro *Weekly News* conseguia o privilégio de publicar notícias estrangeiras.

Depois da revolução puritana (terminada em 1660), o Parlamento assumiu o direito de controlar a impressão de notícias. Mas o noticiário das atividades parlamentares também contribuiu para o desenvolvimento da imprensa inglesa. Como na França, surgiram jornais literários: *Review* (1704), de Defoe*, *The Tatler* (1709) e *Spectator* (1711).

Pela metade do século XVIII, o jornal inglês mais lido era o *Public Advertiser*, que logo enfrentou a concorrência do *Morning Chronicle* (1769) e principalmente de *The Times*, criado em 1785 sob o nome de *Daily Universal Register* (o primeiro jornal inglês a obter permissão para publicar o conteúdo completo dos debates parlamentares). Em 1776, já havia 53 jornais no país. Seu número e as tiragens aumentaram rapidamente com a Revolução Industrial. Dos 9 milhões de exemplares impressos em 1760, os ingleses passaram a 24 milhões em 1811 e 29 milhões em 1820.

Em 1803, John Walter II (1776-1847), diretor de *The Times*, lançou o sistema dos correspondentes no exterior (iniciativa também atribuída na época ao *Morning Herald*).

The Times foi o primeiro jornal a usar máquinas a vapor na impressão, em 1814. Seu sucesso permitiu-lhe ficar independente de partidos políticos e organizações. Contrapondo-se ao estilo austero e discreto do *Times*, então em seu apogeu, surgiram vespertinos que publicavam informações de grande efeito, reportagens audaciosas e indiscretas, resultados esportivos, quase sempre em matérias encimadas por grandes títulos.

Em 1896, Alfred Harmsworth (1865-1922) criou o *Daily Mail*, onde os acontecimentos do dia ficavam em destaque na apresenta-

Este jornal do PC alemão teve a colaboração de Bertolt Brecht.

Um panfleto alemão da Primeira Guerra faz propaganda da venda de bônus.

O movimento da Resistência Francesa produziu um jornalismo clandestino atuante, durante a ocupação nazista.

Na falta de documentação fotográfica, o desenho "fiel" pode ser um recurso — como em "L'Illustration" (no alto) ou em "Le Figaro" (acima e à direita). Este último caracteriza-se também pelos títulos no alto.

ção do jornal. Isso agradou ao público: dos 395 000 exemplares tirados na época da fundação, o jornal passou a 1 milhão em cinco anos. Em 1908, Harmsworth comprou o *Times* e procurou modernizá-lo, mas ainda hoje esse jornal conserva seu horror ao sensacionalismo. Mas a imprensa britânica em geral (como a norte-americana) desenvolveu-se com o sensacionalismo, transformando-se numa grande empresa (12.º setor do país em volume de negócios e com quase 50% da renda provenientes da publicidade).

Em 1929, uma equipe de jornalistas e gráficos norte-americanos foi contratada para transformar o *Daily Mirror:* "temperado" com sexo, crimes, grandes fotografias e outros ingredientes de apelo às massas, tornou-se o jornal de maior circulação do mundo, na época.

De 1922 a 1928, formaram-se três grandes grupos: lorde Potermere, sucessor de Harmsworth, administrando *Daily Mail, Daily Mirror, Sunday Pictorial, Sunday Dispatch* e *Evening News;* lorde Beaverbrook comandando *Daily Express, Sunday Express, Daily Sketch, Sunday Graphic* e *Evening Standard;* e os irmãos Barry com *The Daily Telegraph* (considerado um dos melhores jornais de todo o mundo).

Em sua maioria, os jornais ingleses, no início da década de 1970, são independentes, exceto *Daily Herald,* do Partido Trabalhista; *Daily Worker,* comunista; e *News Chronicle,* de tradição liberal. A pequena dimensão do país faz com que a maior parte dos jornais seja de circulação nacional, embora haja reputados periódicos provincianos. Os jornais dominicais alcançam enormes tiragens, como *News of the World* (7 milhões de exemplares), *The People* (5 milhões) e *Sunday Pictorial* (4 milhões). Entre os diários, o velho *The Times* tira apenas 401 000 exemplares diários (mas conserva grande prestígio e influência), contra os 4 milhões do *Daily Express* e outro tanto do *Daily Mirror.*

Entre as principais empresas jornalísticas inglesas está The Thomson Organization, que controla cerca de cinqüenta jornais diários e semanais (inclusive *The Times* e *The Sunday Times*) no Reino Unido, setenta nos Estados Unidos, 43 no Canadá, um na África do Sul e um na Tailândia, além de manter atividades nos setores de televisão, seguros e turismo. A International Publishing Corporation controla os diários *Daily Mirror* e *The Sporting Life,* além de jornais provinciais e estrangeiros (em catorze países).

Nove em cada dez habitantes lêem jornal diariamente na Grã-Bretanha, que tinha, já em 1966, um dos mais altos consumos do mundo (488 exemplares por 1 000 habitantes) e uma longa tradição de independência das pressões políticas e comerciais.

Não existe lei específica de censura à imprensa e, para assegurar a liberdade de opção dos leitores, o governo tem baixado normas para evitar a concentração das empresas jornalísticas.

O sensacionalismo do noticiário policial sempre garantiu boa vendagem.

ESTADOS UNIDOS — O primeiro jornal norte-americano foi fundado em Boston em 1690, mas viu-se logo interditado pelo governo colonial. Outras tentativas teriam melhor êxito e, embora seguindo a orientação formal dos jornais britânicos, exerceram grande influência, juntamente com os panfletos, no movimento pela independência do país. Os principais jornalistas da época foram justamente os maiores nomes das lutas pela emancipação: Benjamin Franklin*, John Adams*, Samuel Adams*, Thomas Jefferson e Alexander Hamilton*.

Destacam-se, nesse início da imprensa norte-americana, o *Boston News Letter* (1704); o influente *Boston Gazette* (1719), fundado por James Franklin e William Brooker; o *New England Journal* (1721), também criado por James Franklin e que se ligava ao movimento religioso metodista e puritano; *La Gazette de Pennsylvania* (1729), de Benjamin Franklin (irmão de James). Em 1740, já havia catorze jornais. O *New Hampshire Gazette*, que surgiu em 1756, é o mais antigo jornal norte-americano ainda em circulação. No entanto, só em 1748 iria surgir o primeiro diário: *Pennsylvania Packet*.

A imprensa norte-americana desenvolveu-se bastante no século XIX. Em 1800, havia 200 jornais, dos quais 17 diários; em 1850 o número de jornais passou para 2 800 e apenas sete anos depois o total deles já somava 4 000.

Como praticamente não havia problemas de censura, os jornais literários — uma maneira de fugir a ela, em outros países — começaram bem mais tarde nos Estados Unidos. Só em 1821 surgia o primeiro deles, *La Gazette Nationale*, cujo grande êxito provocou várias imitações. Essa foi também a época da formação dos grandes jornais norte-americanos. Em 1833, Benjamin Day (1810-1889) funda o *Sun*, primeiro periódico que consegue popularidade. Em 1835, James Gordon Bennet (1841-1918) cria o *New York Herald*, que acrescenta ao noticiário comum notas sobre pessoas famosas, moda, comércio e relatos "de interesse humano". Esses dois jornais, considerados inauguradores do moderno jornalismo norte-americano, fizeram da distribuição de notícias uma atividade altamente rendosa.

Gordon Bennet, propondo-se a acabar com o torpor em que considerava estar a imprensa — com poucos recursos, redatores mal pagos —, contornou o problema do pagamento de altas taxas para o recebimento de notícias do exterior enviando correspondentes a várias capitais. Além disso, quebrou o formalismo rígido adotando certa excentricidade na disposição das notícias, explorou a política e chegou a fazer uma edição semanal para a Europa.

O resto da imprensa ainda desenvolvia o chamado jornalismo pessoal, procurando moldar a opinião pública. Essa linha acentuou-se durante o grande debate político da campanha abolicionista, que atingiria o auge na Guerra de Secessão*. O pioneiro desse tipo de jornalismo, segundo o qual a finalidade da imprensa seria melhorar e reformar a sociedade, foi Horace Greeley (1811-1872), que criou o *New York Tribune* em 1841. Dessa fase do jornalismo pessoal surgiu o princípio de que o jornal deveria ser pelo menos um agente controlador e formador da moral.

A nova fase da imprensa americana, no fim do século, seria a do sensacionalismo, difundido por Joseph Pulitzer (1847-1911) e William Randolph Hearst (1863-1951), dois dos maiores nomes da imprensa norte-americana. Em 1883, Pulitzer comprou o *New York World*, que logo alcançou grande circulação, com campanhas publicitárias e títulos enormes, notícias sensacionalistas, exploração de escândalos políticos e pessoais, caricaturas e tiras cômicas. Hearst iniciou campanhas semelhantes na costa do Pacífico, com seu *San Francisco Examiner*. E, ao mudar-se para Nova York, começou uma violenta disputa com Pulitzer: lançou vários jornais (todos com o nome "American": *New York American, Boston American*, etc.), usando como armas apelos emocionais cada vez mais violentos e cabeçalhos espetaculares — tentava atrair as camadas mais pobres da população. No apogeu da competição, o jornal de Pulitzer passou a publicar uma série de desenhos cujos personagens viviam num cortiço de Nova York, e entre os quais havia um menino vestido de amarelo, uma cor difícil de imprimir, na época (1896). O herói que ficou sendo chamado de *Yellow Kid (Garoto Amarelo)*, acabou pas-

A ilustração humorística sempre desempenhou no jornalismo importante fator de motivação para atrair o interesse do público leitor.

sando para o jornal de Hearst, e contribuiu para que se desse o nome de "jornalismo amarelo" à imprensa sensacionalista e pouco escrupulosa (mais tarde denominada também de "marrom"). Outro aspecto importante da forte competição entre os grandes jornais norte-americanos foi o lançamento da história em quadrinhos, em 1897, pelo *New York Journal*, com *Os Sobrinhos do Capitão*, de Rudolph Derks.

Em 1919, o *New York Daily News* foi lançado em tamanho tablóide, com grande êxito. O modelo foi adotado por muitos outros jornais, principalmente depois de 1930.

A criação de monopólios acrescentou novo elemento à história da imprensa norte-americana, já bastante estimulada pelo sensacionalismo. E. F. Scripps, dono da agência United Press, iniciara a formação de cadeias em 1887. Em 1934, 59 grupos controlavam 329 jornais. No início da década de 1940, as cadeias controlavam 38% da circulação diária e 46% da dominical.

Com os monopólios, houve padronização de estilos informativo e editorial e aumento do comércio da informação, através da criação de agências* noticiosas (ou *syndicates)* pelas cadeias mais importantes, que passaram a vender notícias para os jornais.

Periódicos como *New York Herald Tribune, New York Times* e *Chicago Daily News* criaram suas próprias agências. A padronização de notícias chegou ao ponto de os jornais associados de uma cadeia receberem material já transformado em flãs (matrizes de página impressa). A comercialização de notícias fez-se também através de acordos entre empresas jornalísticas, principalmente para a publicação de reportagens e fotografias importantes, ou artigos de colunistas famosos vendidos muitas vezes para o mundo inteiro.

Há grande número de jornais regionais no país e o estilo da maioria deles tende ao conservadorismo. Mesmo nas cidades mais importantes, jornais como o *Boston Evening Transcript* e o liberal *New York Times* conservam uma forma discreta, tal como o *Christian Science Monitor*, de Boston.

Já na Guerra Civil Americana era difícil à imprensa manter-se neutra.

Em primeira página, a notícia sobre a Revoluçao brasileira de 1930.

A publicidade ocupa de 50 a 75% do espaço nos jornais norte-americanos. Ao contrário dos ingleses, eles são mais regionais e, por isso, sua tiragem raramente ultrapassa 1 milhão de exemplares (exceto *New York Daily News, New York Times* e *Los Angeles Times).* Há muitos dirigidos aos negros, como *Chicago Defender* e *Baltimore Afro-American;* e outros para comunidades estrangeiras (cerca de cem jornais, redigidos em quase quarenta línguas).

Em 1970, havia 11 383 jornais no país. As maiores empresas são a *Hearst Newspaper Group* (oito diários, três dominicais e trinta revistas, das quais três publicadas na Inglaterra), *Times-Mirror Co.* (que edita *Los Angeles Times* e *Newsday)* e *Time-Life Group* (maior cadeia de revistas, como *Time, Life* e *Sport Illustrated).*

A liberdade de imprensa é tradição e lei, expressa na Primeira Emenda da Constituição norte-americana.

UNIÃO SOVIÉTICA — Da Europa Ocidental, por onde andava exilado, Lênin* fundou em 1912 o *Pravda (Verdade),* que começou com quatro páginas e 40 000 exemplares. Depois de proibido de circular várias vezes, acabou sendo fechado pelo governo, em 1914, porque pregava a revolta contra o regime czarista. Em 1917, com a subida ao poder de Lênin e seus partidários, voltou a circular como órgão oficial do Comitê Central do Partido Comunista. Em 1967, o *Pravda* vendia 7 milhões de exemplares diários, de seis páginas apenas, sem anúncios, com poucas fotos e apresentação antiquada (a falta de papel leva à máxima economia de espaço). Dois milhões de exemplares eram impressos em Moscou e o restante simultaneamente em 37 outras cidades.

Todos os jornais russos são propriedade de organizações públicas ou de coletividades, e os maiores correspondem aos principais órgãos do poder: *Pravda,* do Comitê Central do Partido Comunista; *Izvestia,* do Soviete Supremo, e *Troud,* do Conselho Central dos Sindicatos. Nas diversas repúblicas da União Soviética, há órgãos regionais desses poderes. Outros jornais são editados por sindicatos e associações, e há publicações especializadas em literatura, arte, ciên-

cia, etc. Em 1970, havia cerca de 8 744 jornais diários e mais 5 100 periódicos.

JAPÃO — A imprensa japonesa é livre de censura governamental, segundo a Constituição. Os maiores diários têm também suas revistas semanais ou mensais. A circulação de jornais é a terceira do mundo (perde apenas para os Estados Unidos e a União Soviética). O maior deles é o *Asahi Shimbum*, que tira mais de 10 milhões de exemplares diários (6 milhões na edição matutina e quatro na vespertina), editados simultaneamente em várias cidades. Há 54 edições principais e 134 subedições, com ligeiras diferenças, em geral apenas com o acréscimo de notícias de interesse local (cada bairro de Tóquio, por exemplo, recebe uma edição). O jornal tem quatro sedes centrais: em Tóquio, Osaka, Nagóia e Kitakyushu. Nelas e nas principais sucursais há uma máquina que transmite por telefone um *fac-simile* do texto.

O grupo do *Asahi* publica ainda um jornal noturno em língua inglesa, três semanários, quatro periódicos mensais e cerca de duzentos livros por ano. No início da década de 1970, o jornal já planejava transmitir notícias aos assinantes através de um sistema de televisão, no qual o aparelho receptor também imprime as notícias, com a velocidade de uma página a cada cinco minutos.

Na revista, mais profundidade

A partir do jornal cotidiano começaram a surgir outros periódicos mais sofisticados, como os grandes semanários de atualidades *(newsmagazines)*, que geralmente saem sob a forma de revistas. Nelas, o fato não é noticiado tão logo acontece. Mas essa "deficiência" é compensada pelo maior tempo de elaboração, que permite uma apresentação bem cuidada, um texto mais profundo, conteúdo mais selecionado e a possibilidade de relatar e interpretar a evolução dos acontecimentos da semana.

A revista norte-americana *Time*, fundada em 1923 pelos jornalistas

Maiakóvski fez poemas-cartazes revolucionários para a agência "Rosta".

O "Pravda", fundado por Lênin, tem uma das maiores tiragens do mundo.

Britton Hadden e Henry Luce e distribuída em quase todo o mundo, foi a pioneira. São do mesmo gênero: *Newsweek* (norte-americana), *Der Spiegel* (alemã), *L'Express* e *Le Nouvel Observateur* (francesas), *L'Expresso* (italiana) e a brasileira *Veja*.

Outro tipo de revista, o magazine ilustrado, baseia seu interesse mais na recreação do que na informação; nele, a importância da imagem iguala — quando não supera — a do texto. Com o advento da televisão, sobretudo a partir da imagem colorida, esse gênero de publicação, anteriormente chamado *mass magazine*, sofreu uma queda substancial na circulação e muitas das mais famosas desapareceram por completo.

As de maior circulação são *Mc Call's Magazine* e *Life*, nos Estados Unidos; *Stern* e *Quick*, na Alemanha Federal; *Weekend*, na Inglaterra; *Oggi*, na Itália; *Paris-Match*, na França; *Manchete* e *O Cruzeiro*, no Brasil.

Nas revistas mensais, menos apegadas às notícias, os assuntos principais do momento são tratados mais longamente, em geral sob a forma de grandes reportagens ou artigos assinados. Uma revista mensal de grande sucesso é a norte-americana *Reader's Digest*, impressa em treze línguas, com tiragem de mais de 20 milhões de exemplares, no início da década de 1970; caracteriza-se pela seleção e condensação de textos publicados pela imprensa, em linguagem simples, ao nível do chamado "norte-americano médio": bons artigos entremeados de piadas e também de curiosidades.

O jornalismo dirigido a um público predeterminado abrange um campo muito amplo. Publicações das mais populares são geralmente as destinadas a setores diferenciados de público: o masculino, o feminino, o interessado em moda, em esporte, em decoração, em espetáculos, etc. A revista norte-americana *Playboy*, que mistura nus e humor de cunho sexual à discussão de assuntos sociais e culturais, criou um gênero à parte, com grande êxito (4 milhões de exemplares mensais, em 1971), imitado — em geral, sem a mesma seriedade — por muitas outras publicações do gênero.

Há publicações especializadas de âmbito mais restrito, que geralmente abrangem faixas ocupacionais como as de negócios *(The*

Economist, na Inglaterra. *Business Week,* nos Estados Unidos, *Exame* e *Visão,* no Brasil), ciência *(New Scientist,* inglesa, e *Scientific American,* norte-americana), literatura, artes, engenharia, agropecuária, educação, medicina, etc. São publicações semitécnicas, que divulgam notícias relacionadas ao setor, além de novos métodos, experiências e procedimentos adequados, sem perder a forma jornalística. Podem chegar a uma especialização maior, como no caso do Grupo Técnico da Editora Abril, que edita no Brasil revistas de circulação dirigida (recebidas gratuitamente por profissionais da área) e destinadas a setores bem definidos.

RADIOJORNALISMO

A transmissão radiofônica mostrou-se, desde sua invenção, um poderoso veículo informativo. Os editores de jornais chegaram a assustar-se, acreditando que perderiam muitos leitores, já que o rádio pode noticiar um fato até mesmo no instante em que ele acontece. Por isso (nos Estados Unidos, por exemplo), os jornais conseguiram proibir o acesso das emissoras a suas grandes fontes de informação (as agências telegráficas). Por volta de 1930, os jornais norte-americanos recusavam-se até mesmo a publicar as programações de rádio, temendo uma queda na tiragem.

Dessa forma, as emissoras trataram de montar seus próprios serviços noticiosos e passaram a encontrar profissionais de imprensa para redigir as notícias e os comentários a serem transmitidos.

No início da Segunda Guerra Mundial (1939), as emissoras tiveram permissão para filiar-se às associações de imprensa. Na mesma época, os editores perceberam que quem ouve a notícia no rádio procura depois mais pormenores no jornal. Assim, dispuseram-se até a imprimir programações de rádio, o que poderia mesmo aumentar suas vendas. E os radialistas encarregados de difusão de notícias começaram a ser tratados como colegas pelo pessoal da imprensa.

As emissoras norte-americanas aproveitaram a oportunidade surgida com a guerra e realizaram um grande serviço informativo. O rádio atingia um apogeu que começaria a declinar em 1948, com a concorrência da televisão. Não pôde mais recuperar-se, pois o transistor — que deu mobilidade ao aparelho — só apareceria bem mais tarde. Nos vinte anos de sua melhor fase, o rádio forneceu uma nova maneira de informar, que contribuiu bastante para a evolução do jornalismo em geral.

No rádio, o jornalismo encontra-se presente nos noticiários, na transmissão de avisos de utilidade pública, nos programas esportivos, culturais e políticos, e até nos musicais, pois mesmo estes podem ter caráter informativo.

CINEJORNALISMO

Os cinejornais, na maior parte de sua história, têm sido produzidos como atividade secundária (visando a prestígio e publicidade) por organizações cinematográficas dedicadas basicamente a filmes de ficção (como Pathé, Gaumont, Paramount, Fox, Metro e outras). Essa situação beneficiou a divulgação dos jornais que circulam pelos extensos circuitos internacionais dessas empresas. Mas, por outro lado, contribuiu para a uniformização das notícias, na medida em que as firmas procuram agradar à maior parcela possível de público internacional. Diante disso, os assuntos polêmicos ou que possam chocar determinado público são, em geral, evitados. Além disso, as grandes empresas têm condições para manter cinegrafistas nas principais capitais do mundo, ou de deslocá-los para cobrir qualquer acontecimento, em qualquer parte. Nesse quadro, as pequenas firmas, que poderiam desempenhar importante papel na diversificação das informações oferecidas por cinejornal, acabam, na realidade, limitando-se à divulgação do noticiário local, sem interesse internacional e que, portanto, não é coberto pelas grandes empresas.

O grande prestígio dos cinejornais, desde o fim do século XIX até cerca de 1950, entrou em franca decadência com o aparecimento da televisão. Atualmente, o cinejornal paga o pecado de não ter conseguido reformular-se, pesquisando novas formas. E, em certos casos, passou a valer-se cada vez mais da publicidade disfarçada para manter-se.

TELEJORNALISMO

O telejornalismo começou nos Estados Unidos em fins da década de 1930, quando se fizeram as primeiras experiências com televisão. As transmissões regulares começaram em 1939, mas foram interrompidas pela Segunda Guerra Mun-

Primeira página de um "Nichi-Nichi" de 1872 (acima), e modernos jornais japoneses. A complicada grafia nipônica limita o número de suas páginas.

Protótipo de um aparelho receptor-impressor que permitirá aos leitores do "Asahi" receber o jornal em casa.

dial. A primeira grande cobertura jornalística foi a do ataque japonês a Pearl Harbor, em 1941: pouco depois de terem ouvido pelo rádio o comunicado oficial do ataque, três jornalistas da CBS (Columbia Broadcasting System) puseram a estação no ar e fizeram, dos estúdios, uma transmissão que durou nove horas, contando só com um teletipo da United Press como fonte de informação. Apenas mapas e fotos ilustraram as notícias e os comentários transmitidos para os 4 000 proprietários de aparelhos de Nova York.

Terminada a guerra, o noticiário passou a ser programa de rotina na televisão, mas foi mal visto até 1948, quando realizou a primeira cobertura, "ao vivo", das convenções partidárias para escolha de candidatos à presidência dos Estados Unidos. Milhões de pessoas puderam acompanhar, de suas casas, discursos, deliberações e aspectos curiosos — ou vexatórios — tomados em *close* pela indiscrição das câmaras.

Uma das críticas ao telejornalismo que sobrevive é a de que ele apresenta uma visão superficial dos fatos e dá mais importância ao que melhor se adapte à tela de televisão — às vezes em detrimento de notícias mais importantes. Contudo, a eventual superficialidade de uma cobertura jornalística por televisão pode ser explicada em parte pela própria natureza do veículo informativo em questão: a complexidade do processo e a rapidez necessária (para antecipar-se aos jornais) exigem alguma simplificação de forma e conteúdo, o que, segundo os especialistas, estaria compensado pelo valor da notícia imediata e vista.

O telejornal ideal é aquele que apresenta a ilustração em movimento, mostrando o palco de ação da notícia. Na falta de seqüências cinematográficas, utilizam-se ilustrações fixas e, como último recurso, o apresentador ao vivo. Os bons telejornais costumam misturar os três tipos de ilustração, valendo-se ao máximo dos primeiros. Quanto ao texto, ele é considerado bom quando apenas complementa a imagem, pois esta é mais poderosa em termos de comunicação.

A melhor crítica e o melhor comentário para uma peça de teatro, expressos na capa de Colin para esta revista francesa.

A estética do Modernismo no jornalismo: "A Bomba" e "Fon-Fon".

O JORNALISMO BRASILEIRO

No Brasil, os meios de comunicação de massa ainda atingem apenas uma pequena parcela da população — basicamente, a dos grandes centros urbanos.

Entre os vários veículos, a televisão mostra uma liderança indiscutível e incomparável, e que tende a acentuar-se progressivamente. Desse modo, o número de aparelhos de televisão no Brasil é mais que o dobro do número de jornais consumidos, o que se pode explicar, em parte, pelo índice ainda elevado de analfabetismo (32% em 1970). No caso, os inconvenientes da superficialidade ou escassez do noticiário de televisão acentuam-se, na medida em que a complementação que seria proporcionada pelo jornal fica prejudicada. (Segundo estatísticas da ONU, o Brasil consumia 37 exemplares de jornais diários por grupo de 1 000 habitantes, no ano de 1968, o que o colocava em 15.º lugar entre os vinte países latino-americanos.)

Cronologia do jornalismo escrito

1808: o *Correio Braziliense,* primeiro jornal do país, é fundado em Londres por Hipólito José da Costa (1774-1823). O jornalismo brasileiro nasce exilado, pois Portugal proíbe a imprensa na colônia; Hipólito conta com a ajuda da Inglaterra. Ainda em 1808, Dom João* VI chega ao Brasil e funda a Imprensa Régia, que passa a publicar (no dia 10 de setembro) a *Gazeta do Rio de Janeiro.* O mesmo decreto que cria esse jornal oficial determina a censura prévia de todas as publicações. *1811:* A 14 de maio sai o primeiro número de *Idade D'Ouro do Brasil,* feito na Bahia e que se coloca contra as idéias de independência. Esse e a *Gazeta* são os únicos jornais que circulam no Brasil até a saída da família real. *1815:* Um decreto permite que anúncios e convites não dependam de censura prévia. *1821:* A censura prévia é abolida, mas as restrições continuam, enquanto se reforça o movimento pela independência. Surgem na Bahia *Semanário Cívico* e *Minerva Brasiliense* (este, quinzenal); no Rio de Janeiro, *Jornal de Anúncios* (do qual só circulam sete números), *O Amigo do Rei e da Nação* (três números), *O Bem da Ordem* e *O Conciliador do Reino Unido.* Ainda em 1821, surge o *Diário do Rio de Janeiro,* de conteúdo local e informações diversas, entre as quais o preço da manteiga (por isso é chamado de *Diário da Manteiga).* Esse jornal, que circula até 1873, é tão omisso em política que não chega a se referir à proclamação da Independência. São lançados, ainda em 1821, o *Revérbero Constitucional Fluminense,* de Joaquim Gonçalves* Lêdo; o *Diário Constitucional,* da Bahia, primeiro periódico a defender abertamente os direitos brasileiros contra Portugal; e *A Malagueta,* de grande repercussão (chega a provocar o aparecimento de publicações contrárias em Portugal). *1822:* Em abril, no Recife, Cipriano José Barata* de Almeida lança o jornal *Sentinela da Liberdade na Guarita de Pernambuco,* no qual defende a independência e, mais tarde, a formação de uma assembléia constituinte, contra a possibilidade de o governo tornar-se absolutista. Houve inúmeras *Sentinelas,* variando seu nome conforme os lugares ou as prisões por onde passava o redator, mesmo depois da Independência. A série termina em 1835, com a *Sentinela da Liberdade em sua Primeira Guarita, a de Pernambuco, onde Hoje Brada Alerta! 1823:* É lançado em Ouro Preto o primeiro jornal de Minas Gerais, *O Compilador Mineiro,* seguido, no ano seguinte, por *Abelha do Itacolomi. 1827:* O marquês de Monte Alegre lança o primeiro jornal paulista, *Farol Paulistano,* de tendência liberal, que logo tem como concorrente *O Observador Constitucional,* de Líbero Badaró*. No mesmo ano funda-se o *Diário de Porto Alegre,* primeiro jornal gaúcho. *1828:* Surgem *O Precursor das Eleições,* em Ouro Preto; *O Olindense,* órgão estudantil do Recife; *O Semanário Político, Industrial e Comercial da Província da Bahia* e *O Diário de Pernambuco,* o mais antigo jornal brasileiro ainda em circulação (1972). Há muitos outros jornais até 1850, inclusive publicações em francês e inglês (a mais importante é a *Révue Brésilienne,* de 1830), e folhetos hu-

morísticos (como *Buscapé* e *Doutor Tirateima)* ou críticos (como *O Novo Conciliador* — oposicionista moderado, dirigido por Evaristo da Veiga —, *Cartas ao Povo, Os Dois Compadres Liberais, O Velho Casamenteiro* e *O Médico dos Malucos). 1836: O Jornal do Comércio,* de Recife, inicia o processo de produção industrial de jornais no país, instalando um prelo mecânico. *1859:* Instala-se a primeira linha de telégrafo para o sul (até Porto Alegre); no Rio já se recebem notícias rápidas sobre a Guerra do Paraguai. *1875:* Começa a chamada segunda fase do jornalismo brasileiro, caracterizada pelas lutas abolicionistas e republicanas, e pelo surgimento dos grandes jornais de hoje. Os jornais consolidam-se como empreendimentos comerciais, a rotativa substitui o prelo, as informações internacionais chegam por cabo submarino e praticamente todo o país passa a ser servido por jornais diários. Nesse ano, republicanos fundam *A Província de S. Paulo,* que com a proclamação da República (1889), mudaria o nome para *O Estado de S. Paulo* e se transformaria num dos mais respeitados jornais da América Latina. Importantes figuras da política e do jornalismo ligam-se a ele desde o início; é o caso de seu fundador, Júlio Mesquita (1862-1927), Rangel* Pestana, Américo Brasiliense*, Campos* Sales e Américo de Campos (1838-1899). Outros jornais abolicionistas e republicanos são fundados no Rio de Janeiro e alguns duram bastante: *A Gazeta da Tarde* (1880-1901), de Ferreira de Menezes, *O País* (1884-1930), cujo principal redator era Quintino Bocaiúva*; *O Diário de Notícias* (1885-1895), dirigido por Rui Barbosa*; *Cidade do Rio* (1887-1902), com José do Patrocínio*, e *Jornal do Brasil* (1891), o único que sobrevive desse grupo (sendo atualmente um dos grandes jornais do país). No começo do século XX também circulam no Rio e em São Paulo panfletos polêmicos e bem humorados com *A Bandalheira Eleitoral, O Diabo da Meia-Noite, O Pândego, A Metralha* e *O Sociocrata. 1901:* Funda-se no Rio o *Correio da Manhã,* jornal de êxito quase imediato, desafiador do governo e muito bem feito para a época. *1906:* Começa em São Paulo *A Gazeta,* que evolui bastante a partir de 1918 sob a direção de Cásper Líbero*. *1912:* Irineu Marinho (1876-1925) funda no Rio *A Noite,* que se popularizou por suas grandes reportagens e ilustrações abundantes ("Quem não sabe ler vê figuras", gritam os meninos que vendem o jornal nas ruas). É o início de um estilo jornalístico a que ele deu prosseguimento com a fundação, em 1925, de *O Globo* (outro dos grandes jornais brasileiros), ao qual seu filho, Roberto Marinho, traria a expansão e uma rede de revistas e emissoras de rádio e televisão. Ainda em 1912, José Eduardo de Macedo Soares (1881-1967) abre *O Imparcial,* que apresenta a novidade de reproduzir fotos por estereotipia: já no número de lançamento, a primeira página apresentava fotos de acontecimentos do dia anterior. *1919:* Assis Chateaubriand* começa no Rio, com *O Jornal* (austero e conservador) e *Diário da Noite* (de características populares), uma grande cadeia de jornais e, posteriormente, de estações de rádio e televisão em todo o país. *1928:* José Eduardo de Macedo Soares funda o *Diário Carioca,* matutino essencialmente político. No mesmo ano, Assis Chateaubriand lança *O Cruzeiro,* o primeiro *mass magazine* brasileiro. *1929:* Aparício Torelly* começa a publicar no Rio *A Manha,* jornal humorístico tipicamente brasileiro, que circula até 1959, assinado pelo editor sob o pseudônimo de "Barão de Itararé". *1950:* Roberto Pompeu de Sousa Brasil reestrutura o *Diário Carioca,* lançando a reforma básica da técnica jornalística, que se propagou, paulatinamente, a toda a imprensa brasileira. Implanta a padronização gráfica sistemática, títulos de linhas e letras contados, o *copydesk,* o *lead,* o texto da matéria escalonado em grau decrescente de importância e atualidade, a separação rigorosa entre matéria informativa (notícia) e matéria opinativa (editorial), etc. *1951:* Samuel Wainer (1912-) funda no Rio a *Última Hora,* jornal político de linha populista, inovador em sua paginação agressiva e movimentada, e na simplicidade e concisão do noticiário. É editado em várias cidades, formando uma nova cadeia. *1952:* Empresas Bloch S.A. lançam *Manchete,* revista semanal ilustrada de grande sucesso de público. *1955: O Jornal do Brasil* inaugura nova fase, retirando das primeiras páginas os pequenos anúncios e desenvolvendo o processo de modernização da técnica jornalística, com diagramação leve, um pouco ao estilo de revistas (o chamado fenômeno da "revistização" do jornal), linguagem mais simples e moderna, e dando ênfase às seções de variedades (Caderno B) e à documentação (Departa-

Renovadas técnicas e aprimoramento nos meios de comunicação propiciam ao jornalismo radiofônico grandes vantagens: rapidez e mobilidade.

A fuga à superficialidade é um desafio permanente para os telejornais.

O telejornalismo internacionalizou-se com as comunicações via satélite. (Cinegrafistas filmando Kennedy.)

mento de Pesquisas). *1960:* A Editora Abril lança *Quatro Rodas,* uma revista especializada em automobilismo e dedicada também ao incentivo de atividades turísticas. *1964: O Estado de S. Paulo* põe em circulação sua *Edição de Esportes,* renovando o jornalismo esportivo na linguagem, no estilo de reportagem e na interpretação. É o primeiro jornal brasileiro de esportes a usar telefotos, que aparecem nos jornais que são vendidos nas bancas 50 minutos depois de encerrados os jogos de futebol do domingo. *1966:* A Editora Abril lança a revista ilustrada mensal *Realidade,* novo marco de avanço. Com reportagens ousadas sobre temas delicados e polêmicos, linguagem bastante cuidada e moderna, de conteúdo atraente mas não sensacionalista, a revista alcança grande êxito (média de vendagem de 350 a 400 000 exemplares até 1967). Ainda em 1966, comemorando seu aniversário, *O Estado de S. Paulo* lança sua edição vespertina, o *Jornal da Tarde,* que leva a um extremo as tendências inovadoras que se manifestavam desde a reformulação do *Diário Carioca, Última Hora* e *Jornal do Brasil.* Beneficiado pelo "ensaio" feito com a edição esportiva, o *Jornal da Tarde* renova radicalmente o jornal cotidiano brasileiro, acentuando o fenômeno da "revistização". A apresentação é agradável e o conteúdo elaborado. *1968:* A Editora Abril lança a revista semanal de atualidade *Veja,* que vem consolidar o grau de maturidade alcançado pela imprensa brasileira na década de 1960. O primeiro número vende 650 000 exemplares, tiragem que cai em seguida. A revista recupera-se gradativamente a partir do número 39, faz uma bem sucedida campanha de assinaturas em 1971 e consolida-se em 1972, atingindo a vendagem média de 120 000 exemplares. *1969:* Um grupo de jornalistas funda no Rio *O Pasquim,* tablóide semanal de humorismo e crítica (gênero quase interrompido desde o fechamento de *A Manha),* com grande liberdade de linguagem (mais tarde amenizada por exigências de censura), uso amplo de gíria, entrevistas com personalidades (principalmente da vida cultural e artística). Unindo cultura, política e humorismo, o jornal alcança grande sucesso principalmente entre o público jovem. Essa experiência incentivou vários jornalistas a lançar — à margem dos grandes grupos — periódicos sobre os mais diversos assuntos: política, ocultismo, arte, etc. (mas sempre com forma moderna e dinâmica). *1972:* A Editora Inúbia Ltda., dirigida por Fernando Gasparian, lança *Opinião,* jornal semanal de análise de temas políticos, sociais e econômicos, e que inclui uma seleção de artigos do diário francês *Le Monde* e de outros órgãos de imprensa internacionais.

Radiojornalismo

O início do rádio no Brasil foi marcado pela fundação, em 1919, da Rádio Clube de Pernambuco. No dia 7 de setembro de 1922, a Westinghouse, juntamente com a Telefônica Brasileira, instalou no alto do Corcovado, no Rio de Janeiro, uma estação de 500 watts, para transmitir o discurso pronunciado pelo Presidente Epitácio Pessoa na inauguração da Exposição Internacional do Rio de Janeiro (comemorativa do centenário da Independência).

Em abril de 1923, Roquete Pinto (1884-1954) fundou na então capital federal a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro. Durante a Revolução Constitucionalista de 1932, César Ladeira (1910-1969) iniciou o radiojornalismo em São Paulo, através da Rádio Record, exaltando a ação das tropas paulistas e conclamando o povo a pegar em armas. Na mesma época, foi fundada a PRD 9 — Rádio Sociedade de Sorocaba, que transmitia discos das 10 às 13 horas e das 20 às 23 horas e, em meio à programação, um noticiário informativo. A Rede Verde-Amarela, comandada pelas Rádios Cruzeiro do Sul de São Paulo e do Rio de Janeiro (emissoras que pertenciam ao Grupo Byington) e constituída por oito emissoras do interior do Estado de São Paulo, uma do Estado do Rio e outra de Minas Gerais, transmitiu a 29 de junho de 1933, para todo o Brasil, um programa da União Pan-Americana.

Em 1934, o governo, através do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), criou a *Hora do Brasil,* transmitida em cadeia por todas as emissoras nacionais, diariamente entre 20 e 21 horas. Mais tarde, foi criada a Agência Nacional e surgiu *A Voz do Brasil,* programa transmitido de segunda à sexta-feira entre 19 e 20 horas. Em 1941, começou, na Rádio Nacional do Rio de Janeiro e na Record de São Paulo, o *Repórter Esso,* que alcançou a verdadeira técnica do radiojornalismo, transmitindo notícias rápidas com objetividade e frases curtas. O mundo estava em guerra e o Repórter Esso influenciou todo o radiojornalismo brasileiro. Em 1942 começava na Rádio Tupi de São Paulo, idealizado por Armando Bertoni, o *Grande Jornal Falado Tupi.* Esse radiojornal teve grande audiência, o que levou a emissora, em 1944, ao lançamento do *Matutino Tupi.*

Nos anos 50, o radiojornalismo teve grande impulso no Brasil. Em 1955, a Rádio Bandeirantes de São Paulo tornou-se pioneira no sistema intensivo de informações: noticiário com duração de 1 minuto, a cada 15 minutos de transmissão. Em seguida, diante da concorrência da TV, o rádio voltou-se para o jornalismo em toda as suas formas, e acentuou-se a concorrência entre as equipes jornalísticas das principais emissoras. Algumas delas chegaram a criar grandes equipes, semelhantes às dos jornais, com repórteres especializados para cada setor. A Rádio Pan-Americana deu um passo à frente quando passou a transmitir noticiários em cadeia com emissoras de todo o país, inserindo notícias das principais capitais brasileiras, falando de cada uma delas e até mesmo com correspondentes estrangeiros de diferentes pontos do globo.

VIVA A PATRIA.

A situação política constantemente provoca reações: a imprensa pernambucana, por exemplo, apoiou a Confederação do Equador e o Império.

A parada integralista de São Paulo dissolvida pelos trabalhadores em frente unica!

JORNAL DO POVO

A massa trabalhadora luta contra o integralismo

ENTRE AS INFAMIAS DA IMPRENSA SUSPEITA E A VERDADE DOS FACTOS — DOS 10.000 GALLINHAS VERDES ANNUNCIADOS APENAS 500 ENTRARAM NO LARGO DA SÉ' — OS SOLDADOS CONFRATERNIZARAM COM OS TRABALHADORES. SEUS IRMÃOS — DETALHES E INFORMAÇÕES DO CORRESPONDENTE

Os jornais brasileiros de esquerda uniram-se na crítica ao integralismo.

O COMBATE

UM JORNAL INDEPENDENTE [illegible]

Devolamos, por dever público, respeito aos homens do Govêrno, e mesmo que fôssemos seus amigos, diríamos como Aristóteles: Somos amigos de Platão, mais somos muito mais amigos da verdade.

Editor Emprêsa Gráfica O COMBATE [illegible] de Fevereiro de 1972 ANO 1 Número 52

Deputado Continúa Lutando Pela Reabertúra dos GARIMPOS

Muito embora o geólogo Hiller Nantes dos Santos, Delegado Regional do Departamento Nacional da Produção do Ministério das Minas e Energia de Pôrto-Velho, tenha em entrevista concedida aos nossos confrades da «O GUAPORÉ» que a garimpagem de cassiterita na Provincia Estanifera de Rondônia continua expressamente proibida, realmente não mentiu [illegible] Exola, pois que a Portaria nº 195 de 15 de abril de 1970, determinou aquele fechamento, a partir de 31 de março de 1971, paralizando totalmente as atividades de extração de cassiterita pelo regime de matricula previsto no art. 2º, item 3, combinado com os arts. 70, 71, 72 e 73, do Código de Mineração.

Ocorre entretanto que os garimpeiros inconformados com aquela medida que lhes tirou o direito de ganhar honestamente o pão de cada dia, ingressaram na Justiça Federal de Brasília, com uma AÇÃO DE ANULAÇÃO DO ATO JURÍDICO, representado pela referida Portaria 195/MME.

Agora nos chegam notícias de que o Deputado Jerônimo Santana, impetrou junto ao Supremo Tribunal Federal, dois mandados de segurança, um contra a Receita Federal de Pôrto Velho, que se negou a fornecer [illegible] matriculas aos garimpeiros de Rondônia e um outro contra o Departamento Nacional de Produção do Ministério de Minas e Energia, que se concedidas as liminares, poderão retornar aos serviços de garimpagem manual todo aquele que assim desejar.

Existe pois a batalha judicial em favor dos garimpeiros, patrocinada pelo nosso representante na Câmara Federal.

ALTA PRIORIDADE

Chamamos à atenção aos nossos [illegible] para uma notícia que foi amplamente divulgada pelos jornais do Rio, São Paulo, Brasília e Goiás, sôbre apreensão de um trator e quatro caminhões [illegible] da Prefeitura de Trindade no Estado de [illegible] Sub-Comissão Geral de Investigações (CGI)

[illegible] Pôrto Velho, [illegible] Sub CGI de [illegible] até hoje [illegible] de amplamente divulgado.

[illegible] Comissão de Vereadores, constatou e fotografou um trator de propriedade do Govêrno do Território, quebrado e abandonado em um sítio do Prefeito Odacir Soares, tendo comunicado o fato ao Chefe do Poder Executivo rondoniense. [illegible] Vereadores, não poder fiscalizar corrupção no setor federal, tendo ainda o General Secretário do [illegible] corvos do Rio [illegible]

[illegible] o prestígio dos [illegible] provar que os Territórios [illegible] e Constituição Federal [illegible]

Prefeito determina construção de escola no Tucumanzal

O Prefeito Municipal de Pôrto Velho, Dr. Odacir Soares, pretende, ainda no decorrer deste ano, construir uma Escola Primária no populoso Bairro do Tucumanzal tendo, inclusive, determinado o setor competente da municipalidade a locação de uma área para êsse fim, o que já foi feito.

A Escola a ser construida pela Prefeitura obedecerá a padrões arquitetônicos modernos funcionais e estara perfeitamente adaptada à pedagogia moderna, dispondo de dependências especiais para melhor consecução dos objetivos da educação primária contemporânea, dispondo também de material escolar gratuito.

Deverá, ainda o Prefeito Odacir Soares, determinar a construção de outra Escola Primária durante êste ano, em obediência à orientação traçada pelo Govêrno da Revolução no campo da educação notadamente do ensino primário.

NR: — Esta noticia foi divulgada pelos assessores de Moisés Pinho de Menezes no dia 10/02/971. O pior de tudo é que em suas chamagens êvolvem o nome da Revolução de 31 de março.

Até quando Santo Deus, êsse estado de putrefação moral continuará em nosso território?

Máquinas da Prefeitura de Trindade apreendidas em fazenda particular

[illegible] Sub-Comissão Geral de Investigações de Goiás [illegible] Prefeitura de Trindade, [illegible] serviço numa propriedade [illegible] município de Goiânia. As máquinas [illegible] Décimo Segundo Distrito do DNER [illegible]

O trator e os quatro caminhões [illegible] às 15 horas, na Fazenda [illegible] tendo a Sub CGI convocado o prefeito de Trindade a prestar esclarecimentos sôbre [illegible]

[illegible]

Pergunta da Semana

Quem é realmente o pai do PAI que está enriquecendo tanta gente e empregando os cabeludos na Prefeitura Municipal de Pôrto Velho?

Recebemos o seguinte postal que muito nos sensibilizou. A homenagem prestada ao saudoso morto, é justa e teve apôio unânime dos senhores Vereadores:

"INACIO MENDES
JORNALISTA
VEREADOR
HOMEM DO POVO

A família Rafael Lopes Vaz e Silva agradece a lembrança em homenagear o médico Rafael Lopes Vaz e Silva, apresentando projeto ora aprovado pela Municipalidade de Pôrto Velho, mudando o nome da antiga Av. das Américas para Av. Dr. Rafael Vaz e Silva

Pôrto Velho, 10/01/72
Alice Cunha e Silva»

* * *

A Primeira Dama do País, sra. Scyla Médici foi a madrinha do maior navio, já construido no Brasil: «DOCE ANGRA» de 53 mil toneladas, financiado pelo BNDE e SUNAMAN.
A cerimônia do batismo foi realizada no dia 30 de janeiro último.

Em geral a imprensa provinciana cobre agressivamente os assuntos locais.

A atividade jornalística constitui uma velha tradição no rádio brasileiro.

Cinejornalismo

De fins do século XIX até 1910, os raros filmes de atualidades feitos no Brasil eram produzidos na cidade do Rio de Janeiro. Destacam-se *O Corso de Botafogo, Carnaval na Avenida Rio Branco* e *Funerais de Afonso Pena,* entre outros. No entanto, os exibidores preferiam os cinejornais estrangeiros, mais baratos (muitas vezes distribuídos gratuitamente pelos consulados, como propaganda de seus países) e considerados melhores.

Em 1911, foi fundada em São Paulo a Rossi Films, que, a partir de 1915, dedicou-se a filmes de propaganda comercial. Essa empresa produziu o primeiro cinejornal regular a partir de 1921: o *Rossi Atualidades,* que cobriu toda a década de 1920 com mais de duzentas edições, subvencionado pelo governo paulista de Washington Luís*. Seu primeiro concorrente sério foi o *Sol e Sombra,* da Independência Omnia Film, que começou a aparecer em 1922 para documentar as comemorações do centenário da Independência. Logo surgiram, principalmente em São Paulo, muitos outros cinejornais (da Campos Film, Guarany Film, Helios Film, Santa Teresinha Filmes, Rex Film e outros).

Em 1933, a Rossi e a Rex associaram-se na produção do primeiro cinejornal falado: *A Voz do Brasil,* que, especializado em coberturas políticas, documentou várias campanhas eleitorais, como as de Fernando Costa e Armando de Salles Oliveira.

Ainda em 1933, os cinejornais e documentários* foram estimulados pela criação de uma lei federal que tornou obrigatória sua exibição antes de cada sessão de filmes de longa metragem.

No entanto, os cinejornais estrangeiros, como *Atualidades Francesas,* continuaram com maior prestígio, pois os nacionais voltavam-se cada vez mais para a publicidade disfarçada. Destacaram-se as empresas Primo Carbonari Produções Cinematográficas, fundada em 1950, e a Jean Manzon Produções Cinematográficas, em 1952, especializadas na produção de documentários promocionais.

O cinejornalismo brasileiro seria recuperado e renovado com o aparecimento, em 1959, do *Canal 100,* produzido por Carlos Niemeyer. Adotando uma forma bastante dinâmica, linguagem moderna na narração, e dividindo o cinejornal em tópicos (A Vida, a Ciência, Esportes, etc.) Niemeyer revolucionou o cinejornalismo nacional e logo seu estilo passou a ser copiado por outros produtores.

Telejornalismo

A primeira estação brasileira de televisão foi a TV Tupi de São Paulo, fundada pelo jornalista Assis Chateaubriand, em 1950, e cuja programação encerrava-se por volta de 22 horas com um telejornal: *Imagens do Dia.* O programa mostrava os últimos acontecimentos locais com uma série de filmes, e durou três anos. Em 1952, a mesma emissora lançava às 21 horas o *Telenotícias Panair* e, no ano seguinte, um telejornal que iria repetir o sucesso já alcançado no rádio: *Repórter Esso,* apresentado por Kalil Filho. Transmitindo filmes de noticiário local e internacional, o programa conquistou o horário e foi transmitido até 1964, quando passou para a TV Record. Foi então substituído por *Ultranotícias,* que manteve a tradição de sucesso no horário até 1970.

A TV Excelsior de São Paulo, fundada em 1960, procurou apresentar algo de novo no telejornalismo brasileiro: lançou o *Show de Notícias,* uma experiência nova em redação e apresentação, com cortes rápidos, vários apresentadores (inclusive mulheres) e adequação do texto a cada um deles. Em 1965, a mesma emissora lançou o *Jornal da Cidade,* na hora do almoço; e também inovou ao apresentar crônicas ilustradas com filmes. Posteriormente, outros telejornais de boa qualidade passaram a ser produzidos por emissoras paulistas, destacando-se em especial o *Titulares da Notícia* (TV Bandeirantes) e o *Hora da Notícia* (TV Cultura).

No Rio de Janeiro, o telejornalismo começou em 1952, na TV Tupi, com a transmissão diária do *Repórter Esso,* às 20 horas. Mais tarde veio o *Telejornal* das 22 horas, apresentado por Luís Jatobá, uma voz conhecida em todo o país através dos cinejornais e documentários da Metro.

Em 1969, a TV Globo lançou (no horário das 19h40) o *Jornal Nacional,* transmitido simultaneamente para doze Estados: era a primeira cadeia de telejornalismo.

VEJA TAMBÉM: Agência Noticiosa; Colunismo; Comercial; Comunicação; Comunicação, Redes e Sistemas de; Documentário; Editora; Editorial; Entrevista; Impressão; Informação; Montagem; Noticiário; Rádio; Reportagem; Televisão.

Joyce

No panorama rebelde de inovação formalista e de anarquia literária que marcou o período entre fins do século XIX e a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), o nome do escritor irlandês James Augustine Aloysius Joyce ficaria como uma das mais altas expressões. O horror em participar da luta nacionalista na Irlanda (dividida por sérias divergências políticas e religiosas) resultaria numa obra carregada de frenético individualismo: seu protesto se fez nos domínios da palavra, mas suas inovações formais permaneceriam praticamente intraduzíveis.

Desembocando naquilo que ficaria conhecido como "novo romance", Joyce pretendera uma nova ordem, além da realidade, do tempo e da história. Como Kafka* e Faulkner*, procurou imagens originais para expressar características de sua época. Foi como eles um grande pesquisador; descreveu esperanças subjetivas e mostrou, através de várias etapas psicológicas, como essas esperanças diluem-se no rude processo da desilusão, tema preferido por muitos outros escritores modernos.

Através de rígida oposição entre sujeito e mundo, seu método descritivo não permitiu a síntese entre a palavra e a imagem. Seu mundo é um caótico amontoado de fragmentos humanos e materiais, tédio cotidiano e sensações fortes. Confiando nas associações do inconsciente, com raízes num passado mítico, construiu uma técnica perturbadora, segundo a qual até mesmo os objetos podem falar.

Joyce: expressão máxima do "novo romance". (Quadro de J. E. Blanche.)

"Enganei dois alfaiates"

James Joyce nasceu no subúrbio de Rathgar, em Dublin, a 2 de fevereiro de 1882. Era um dos treze filhos do coletor de impostos John Stanislaus Joyce e de Mary Jane Murray. Desde os seis anos estudou em colégios jesuítas, destacando-se sempre como o primeiro da classe. Em 1898, após aguda crise religiosa que quase o levou ao seminário, ingressou no University College. Na universidade tornou-se mestre de línguas latinas, mas sua curiosidade levou-o a aprender matemática, economia e norueguês. Encontrou ainda tempo para ler Homero*, Aristóteles*, Dante*, Santo Tomás* e livros de medicina. Maravilhado, descobrira Ibsen*, Hauptmann*, D'Annunzio*, Flaubert* e Maupassant*. Seu primeiro artigo seria um ensaio sobre *O Novo Drama de Ibsen* (publicado em Londres pela *Fortnight Review),* no qual exaltava a obra e a coragem do dramaturgo diante do escândalo que suas peças costumavam provocar.

Após traduzir alguns poemas de Hauptmann e escrever um drama, deixou Dublin, em dezembro de 1902. Levando consigo as primeiras páginas de uma autobiografia e algumas dissertações sobre estética, chegou a Paris pretendendo estudar medicina, mas nem pôde pagar a taxa de matrícula. A morte da mãe obrigou-o a regressar a Dublin, onde publicou as novelas *As Irmãs, Evelyn* e *Depois da Corrida,* além dos primeiros poemas de *Música de Câmara.*

A 16 de junho de 1904 (dia que imortalizaria em *Ulisses),* Joyce decidiu partir com Nora Barnacle para a Istria, na Itália, onde o esperava um lugar de professor na escola de línguas Berlitz. Os anos que se seguiram, cheios de miséria e doenças, trouxeram o filho Giorgio ao casal, então fixado em Trieste. Feliz, Joyce escreveria a um irmão: "Nesses nove meses, engendrei um filho, escrevi quinhentas páginas de meu romance e três novelas, aprendi passavelmente o alemão e o dinamarquês, assumi os deveres intoleráveis de minha profissão e enganei dois alfaiates".

Mas logo chegaria a momentos de desespero, pressionado pela vida cheia de dificuldades, pela profissão que detestava, pelos ataques de irite que o levariam à semicegueira, pela recusa dos editores em aceitar seus livros. Assim, chegou a lançar ao fogo o manuscrito de *Stephen Heroe,* romance que estava escrevendo e do qual sua mulher pôde salvar apenas uma pequena parte.

Em Roma, empregou-se no Banco Nast, Kolb e Schumacher, e nas horas de folga escreveu 2 000 páginas, depois reduzidas a trezentas. Passou depois a se transferir de uma cidade para outra: Veneza, Bolonha, Pádua, novamente Trieste, Zurique.

Em 1907, uma tiragem mínima de *Música de Câmara* atrai a atenção de intelectuais — entre eles Ezra Pound*, T. S. Eliot* e Wyndham Lewis — que editavam a re-

Embora alheio à libertação de sua pátria, Joyce não ignorou o nacionalista Parnell (caricaturado em 1886).

Do encontro entre Sylvia Beach e o autor nasceu o sucesso de "Ulisses"

vista *The Egoist*. Nela, finalmente, Joyce teve oportunidade de publicar trechos de *Retrato do Artista Quando Jovem*. Sentindo as possibilidades do escritor, Grant Richards decidiu editar seus livros.

O monólogo interior

A publicação de *Dublinenses*, em 1914, colocou fim à longa recusa dos editores, que consideravam subversivas as quinze novelas (escritas entre 1903 e 1905) que compunham o livro. Certa ocasião, após anos de correspondência frustrada com um editor, Joyce decidiu retirar os originais, mas disseram-lhe que todos os livros que se achavam na editora haviam sido comprados e queimados por um desconhecido.

As novelas de *Dublinenses* têm como personagens os habitantes da capital irlandesa e reproduzem a atmosfera da cidade. *Os Mortos* tornou-se a mais famosa. Prenunciava a original técnica do autor, que substituía a narração pelo relato minucioso e sem lógica aparente de fatos, cores, cheiro e sons.

Retrato do Artista Quando Jovem, começado em Dublin (1904), terminado em Trieste (1914) e editado em Nova York (1916), é uma autobiografia romanceada da juventude do escritor: a família, a vida no colégio, a revolta contra a disciplina, a iniciação sexual e os remorsos provocados por ela.

Em 1920, de volta a Paris, cercado por admiradores e amigos, auxiliado financeiramente (em particular por Harriet Weaver), pôde escrever a peça *Os Exilados* e oitocentas páginas do que viria a ser *Ulisses*. Algumas páginas, publicadas pela revista *Little Review*, já haviam provocado escândalo: uma liga puritana chegou a processar os editores pela divulgação da "obscenidade". Mas o livro acabou sendo publicado em 1922 por Sylvia Beach, proprietária de uma livraria em Paris. Na Inglaterra e nos Estados Unidos (onde o correio de Nova York chegou a queimar 2 000 exemplares apreendidos), o livro foi considerado material obsceno. Reconhecido, contudo, como obra-prima por críticos como Eliot, Edmund Wilson, Edwin Muir e Stuart Gilbert, *Ulisses* mereceu tradução e até edições clandestinas.

Um dos aspectos mais realçados dessa obra é seu "monólogo interior", recurso que Gógol* e Dostoiévski*, por exemplo, haviam esporadicamente utilizado, mas que nunca chegara a se constituir em chave para um livro inteiro, seguindo nos mínimos detalhes os meandros do pensamento em que se misturam sonhos, desejos, obsessões e lembranças. O capítulo final é uma frase de 40 000 palavras, sem qualquer pontuação.

Ulisses seria uma versão moderna da *Odisséia* de Homero, apresentando um prelúdio em três partes (que corresponde à *Telemaquia*), doze capítulos centrais (que seguem as aventuras de Ulisses) e um final *(Nostos*, que repete as três divisões iniciais). A ação transcorre em um único dia (quinta-feira, 16 de junho de 1904), em Dublin, e os personagens são ligados aos heróis homéricos.

Após *Ulisses*, Joyce começou a escrever seu livro mais hermético, *Finnegan's Wake*, do qual publicou vários trechos sob o título *Obra em Progresso*. Editado em 1939, *Finnegan* é um imenso jogo de palavras, com o qual o autor pretenderia expressar o nascimento, a morte e a ressurreição do mundo. O livro é dividido em três partes e uma espécie de epílogo. Essas porções têm dezessete capítulos (ou trechos), cada um dotado de ritmo, tom, estilo e tema próprios. Ação e personagens são apenas projeções de uma realidade oculta — não passam de símbolos. Dublin, local da ação, é apenas memória, um conjunto de lembranças, estória e realidade.

A partir de 1924, a visão de Joyce começou a se extinguir. E seu estado de saúde, a se agravar. Quando eclodiu a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), refugiou-se na Suíça. Morreu a 13 de janeiro de 1941, em Zurique, após uma operação de úlcera.

VEJA TAMBÉM: Aleatória, Arte; Astúrias, Miguel Angel; Concreta, Poesia; Conto; Cortázar; Hemingway; Narrativa; Poema; Romance.

Judaísmo

Os historiadores costumam designar com o nome de "judaísmo" (derivado de uma raiz hebraica, com o sentido de "dar graças a Deus") a forma assumida pela religião de Israel, depois da destruição (em 586 a.C.) do primeiro templo, o de Salomão*. Mas há uma riqueza de referências muito grande na palavra, que se relaciona ao mesmo tempo a uma região geográfica, a uma coletividade humana e a um credo religioso.

O judaísmo começou a formular-se explicitamente a partir do Êxodo (fuga do cativeiro egípcio), no século XIII a.C., quando se destaca a figura de Moisés*, considerado o grande legislador e agente de Deus. Segundo a tradição, foi ele quem dirigiu o Êxodo e, no monte Sinai, concluiu um pacto de aliança entre Javé ou Jeová (Deus) e seu povo. Com essa aliança, Moisés fundiu os costumes anteriores a ele numa nova religião e transformou as tribos recém-saídas do Egito em uma nação, Israel.

Toda a história posterior de Israel — a estada no deserto, a conquista de Canaã, o templo dos juízes e dos reis — só pode ser entendida através de sua ligação com Deus: o povo hebreu*, em virtude do pacto do monte Sinai, considera-se o eleito de Javé e deve permanecer-lhe fiel. A fidelidade manifestava-se inicialmente no cumprimento da lei de Moisés e no serviço do templo.

Os dogmas centrais do judaísmo são a unidade de Deus e a eleição de Israel. Para garantir a continuidade e a pureza dessa fé original em meio aos cultos "pagãos" e estrangeiros, surgiram os profetas, guias espirituais que, nos momentos de crise, lembravam o pacto de fidelidade a Javé.

As tribos de Israel formaram um reino unido em torno da cidade de Jerusalém*, onde repousava a Arca da Aliança e onde foi erguido o primeiro templo, projetado por Davi* e construído por Salomão no início do seu reinado (971-932 a.C.). Suntuoso e sem imagens do Deus único e invisível, o templo era símbolo da unidade religiosa e da independência nacional do povo judaico. Uma casta sacerdotal presidia as cerimônias e sacrifícios do culto, do qual, em princípio, todo o povo participava.

Quando Jerusalém caiu sob o domínio babilônico (586 a.C.), o templo foi destruído e os judeus foram forçados ao exílio. É o início da Diáspora, que coincide com as origens da instituição da sinagoga, ou do judaísmo propriamente dito.

Várias seitas e isolacionismo

Na sinagoga não existiam sacerdotes, mas sábios, rabinos, conhecedores e comentadores dos livros santos. Não havia sacrifícios, mas um culto espiritual com orações, cânticos e leituras bíblicas.

A instituição da sinagoga veio intensificar a tensão existente entre os sacerdotes e os doutores da lei, que culminou com a formação de várias seitas dentro do judaísmo. As maiores, no tempo de Cristo, eram as dos saduceus e as dos fariseus.

Os saduceus, formados na aristocracia sacerdotal, eram essencial-

Neste obelisco do século IX a.C., o Rei Jehu submete-se ao rei assírio.

mente conservadores em religião e em política, preocupados em manter a ordem pública e apegados a uma interpretação literal da lei. Os fariseus também defendiam a observância da lei, mas adaptavam-na às condições existentes, sempre com tendência mais liberal.

Diante do poder romano, a atitude dos fariseus foi bastante reservada, com pouca resistência, o que não aconteceu com os seguidores da seita dos zelotas, que, recusando-se a reconhecer qualquer poder humano, pregaram o ódio aos estrangeiros, instigaram a luta contra o opressor e praticaram a violência. Essa ação contribuiu para suscitar a grande revolta de 66 a.C., que culminou com a destruição de Jerusalém pelas tropas de Tito* (70 a.C.).

Os essenios, membros de uma quarta seita judaica, colocaram-se à margem da vida religiosa oficial: viviam em grupos e, sob uma regra muito rigorosa, praticavam o celibato e a comunidade dos bens.

A crise de 70 a.C. marcou o fim dessas seitas, com exceção do farisaísmo, que se tornou praticamente sinônimo de "judaísmo rabínico". Enriquecida com os ensinamentos sucessivos dos rabinos — que absorveram idéias da civilização helenística — a tradição farisaica foi codificada na *Mishna* e no *Talmud*.

A tradução da Bíblia* para o grego possibilitou o culto em língua grega e uma atividade missionária da parte dos judeus, que cessou com a política pró-cristã de Constantino* e seus sucessores. Barrado pelo cristianismo* no mundo greco-romano e pelo islamismo* dos países semíticos, o proselitismo judaico cedeu lugar a um isolacionismo

Na Idade Média, um dos traços marcantes do judaísmo foi a sua filosofia. O rabinismo tinha desenvolvido o conteúdo religioso do judaísmo e os pensadores medievais tentaram acrescentar-lhe provas racionais. Esse esforço filosófico tem sua origem na redescoberta da filosofia aristotélica também pelos judeus, e na necessidade de defender a própria fé contra o islamismo e o cristianismo.

O maior filósofo judeu de toda a Idade Média foi Maimônides (1135-1204), um dos mais ilustres talmudistas, que formulou em treze artigos de fé os dogmas essenciais da religião judaica. Em oposição à corrente filosófica de Maimônides estavam os seguidores do pensamento do poeta Judá Halevi (1080-1141), para quem a fé judaica não se baseava na razão especulativa, mas na experiência histórica do povo.

Tal experiência inclui não só os acontecimentos bíblicos, mas também a situação de Israel no exílio, de humilhação e de contínuas perseguições movidas pelo islamismo e pelo cristianismo. A poesia de Halevi traduz o amor e a fé da comunidade de Israel por seu Senhor e Redentor, o Deus de Abraão e do Êxodo. O misticismo de Halevi e seu profundo senso da dimensão histórica do pacto religioso de Deus com Israel encontraram uma expressão extrema na Cabala, movimento místico e esotérico que se inspirou na filosofia neoplatônica.

"O Rabino", de Marc Chagall, judeu russo. (Museu de Israel .)

Caverna de Meron, sepulcro do Rabi Simon Ben Yohai, de época talmúdica.

Até os séculos XVIII e XIX, os judeus viveram marginalizados em diversos países, em guetos e sob leis especiais. Esse isolamento, motivado por pressões externas, fez deles um grupo étnico cioso da preservação de seu patrimônio cultural e religioso.

Reformismo e sionismo

O Iluminismo*, enfatizando os valores humanos e seculares, abriu para os judeus nova perspectiva: sair do isolamento e partilhar dos valores culturais comuns.

A conseqüência dessa abertura foi a divisão do judaísmo. Os fiéis ao rabinismo, chamados ortodoxos, opuseram-se à emancipação, apegados à idéia de que o anti-semitismo e os guetos, por horríveis que fossem, eram apenas o outro lado da eleição divina. No pólo oposto surgiu um movimento de tendência liberal, chamado "Judaísmo Reformado".

Rejeitando o particularismo e os rituais dos ortodoxos, os reformadores formularam um judaísmo adaptado às exigências de emancipação e de igualdade universal. Moldaram uma nova liturgia, declarando não obrigatórias as leis rituais e cancelando do livro de orações e do credo todos os itens nacionalistas.

O judaísmo do século XX está fragmentado por uma variedade infinita de posições intermediárias. Mas o mais marcante de todos os movimentos judaicos modernos é o sionismo.

Movimento secular, fruto da decepção em face do fracasso da emancipação social dos judeus, o sionismo afirma em princípio que o povo judeu, como um todo, é uma nação como as demais; ao contrário dos judeus liberais, que se proclamam cidadãos como quaisquer outros.

Enfatizando o aspecto nacional, o sionismo nega que Israel seja um povo unicamente em virtude de seu pacto com Deus. Na realidade, é a secularização do judaísmo, embora mantenha certas ligações sentimentais com a religião "nacional".

A situação dos judeus no século XX está marcada por dois fatos históricos: o extermínio de cerca de 6 milhões de judeus pelos nazistas, e o surgimento do Estado de Israel*.

A partir desses fatos, velhos símbolos e crenças passaram a ter, repentinamente, forte significação existencial. O judaísmo, hoje, aparece nas suas duas formas: da Diáspora e da Terra Prometida.

Israel é o nome de um Estado e de uma religião. Seu particularismo e universalismo manifestam-se de uma nova forma: há o Estado de Israel que deve incluir, entre os seus cidadãos, cristãos e pessoas de outros credos; e há uma religião de israelitas, que inclui cidadãos de todos os países.

VEJA TAMBÉM: Bíblia; Cananeus; Cristianismo; Hebreus; Islamismo; Israel; Jerusalém.

Judiciário, Poder

Quando a burguesia* francesa começava a dar os passos decisivos na conquista do poder, já tinha uma idéia bastante precisa de como estruturar o novo Estado*. Não lhe faltavam experiências sobre desrespeito do poder central às leis votadas nas assembléias. Nem esquecera as arbitrariedades policiais, as expropriações e a opressão fiscal às quais fora submetida.

Dessa forma, Montesquieu* e outros teóricos do Iluminismo* pensaram numa rígida e rigorosa separação de poderes (Executivo*, Legislativo* e Judiciário), reservando ao Judiciário a tarefa de assegurar uma aplicação cuidadosa das leis e de fiscalizar as decisões dos demais poderes.

Com essas garantias, acreditavam que o governo* estaria legitimado aos olhos da maioria da população, e que seriam eliminadas as possibilidades de renascimento de um Estado autocrático.

A idéia da tripartição de poderes vinha acompanhada de uma forte desconfiança do Estado, num momento em que se procurava remover todos os obstáculos que pudessem atrapalhar o funcionamento do mercado, mecanismo regulador do sistema. Assim, o liberalismo* lutaria contra as barreiras alfandegárias, contra os impostos e taxas, e contra toda e qualquer intervenção do governo nas questões econômicas. O Poder Judiciário, nesse caso, seria uma eficiente garantia à intocabilidade do mercado.

Na Inglaterra, porém, o processo evoluiu de forma inversa ao ocorrido na França; o zelo caiu no outro extremo: o Parlamento concentrava enorme soma de poderes — basta lembrar que o primeiro-ministro não era outra coisa senão o líder do partido majoritário na Câmara dos Comuns.

O "guardião das leis"

Seja no caso francês, seja no inglês, o Poder Judiciário continuou a ser definido como "guardião das leis", isto é, aquele que não produz, mas apenas aplica as leis a casos particulares. Sua palavra foi respeitada e suas decisões foram relativamente independentes em democracias como a norte-americana e a britânica, onde se observou grau bastante elevado de institucionalização dos três poderes. O mesmo, entretanto, não se pode dizer de inúmeras outras nações, onde essa mesma independência e respeito foram — e vêm sendo ainda — restringidos pelo Executivo, com o qual o Judiciário não pode lutar, pela simples razão de não possuir força própria.

Se o Poder Judiciário foi uma garantia para o livre funcionamento do mercado no curso de uma economia concorrencial — auto-reguladora —, o mesmo não se observou quando o Executivo começou a intervir na área econômica. No sistema jurídico anglo-saxônico, por exemplo, o Judiciário deixou de exercer uma função apolítica, passando a ter um papel político importante ao lado dos demais poderes. E esse papel, de certa maneira, criou obstáculos ao livre desenvolvimento da economia e da sociedade.

No Brasil, o Supremo Tribunal Federal é o órgão de cúpula da justiça.

E nos EUA, ocupa essa posição a Corte Suprema, sediada em Washington.

Nem sempre os apelos das minorias encontram ressonância no Judiciário.

Dois exemplos podem ilustrar sua inadequação ao processo. O primeiro refere-se às demandas populares ao Estado, exigindo deste uma atuação mais direta no atendimento daquelas reivindicações. Tanto os trabalhadores assalariados quanto os negros dos Estados Unidos preferiram dirigir seus apelos ao governo, e não a uma corte conservadora que somente em 1954, na decisão do caso *Brown vs. Board of Education*, estabeleceria a ilegalidade da segregação racial nas escolas — até aquele momento prevalecia a decisão do caso *Plessy vs. Ferguson*, de 1897, prevendo como legítima a discriminação aos negros nas escolas.

O outro exemplo: durante a Grande Depressão nos Estados Unidos (a crise* de 1929), um dos maiores obstáculos que o presidente Roosevelt* encontrou, na tarefa de recuperação econômica do país, foi exatamente na área do Judiciário. A intervenção do Estado ainda era um tabu, que acabou sendo quebrado antes que todo o sistema se abalasse mais profundamente.

O fato não chegou a levar à supressão dos poderes da Suprema Corte, mas a uma mudança em sua posição ideológica: a partir desse momento, ela deixou de opor grandes dificuldades à intervenção governamental.

As características do Judiciário

Se alguém é ofendido em seus direitos, tem provas que incriminam o ofensor, mas não move nenhuma ação contra ele, o Poder Judiciário nada pode fazer, pois sua atuação só se efetua se for provocada (em casos criminais, em regra essa provocação parte de um órgão do Executivo, chamado Ministério* Público). É por isso que se usa a expressão "inerte" para definir uma das características básicas desse poder.

Outra característica marcante do Judiciário: ele só se pronuncia sobre casos particulares. Além disso, determina, em última instância, qual o direito cabível a determinado fato.

Em alguns países da Europa — entre os quais a França — existe a "duplicidade jurisdicional"; além do Judiciário comum, há o chamado "Contencioso Administrativo", que é um poder revestido de garantias semelhantes às do Judiciário, utilizado no julgamento de causas administrativas. No Brasil, isso não existe: "A lei não poderá excluir da apreciação do Poder Judiciário qualquer lesão de direito individual", diz a Constituição (artigo 153, parágrafo 4.º). Entretanto, depois do movimento de 31 de março de 1964, passou a haver exceções como, por exemplo, a do Ato Institucional n.º 1, que excluía da apreciação do Judiciário os atos

Wall Street, 1929: com a crise, o Judiciário americano cede ao governo.

de suspensão de direitos políticos e de cassação de mandatos. Também o Ato Institucional n.º 2 criou uma exceção à regra, já que colocou fora do exame judicial os atos do "Comando Revolucionário".

Para assegurar a independência de um magistrado contra qualquer tipo de pressão, a Constituição brasileira confere aos juízes três garantias básicas: vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de vencimentos.

Com isso, uma vez nomeado em caráter definitivo, um juiz não pode perder seu cargo, a menos que seja condenado em processo judicial (vitaliciedade). Também não pode ser designado para exercer suas funções em lugares diferentes daqueles que ocupa, a menos que seja essa a sua vontade (inamovibilidade). Os vencimentos dos magistrados não podem ser reduzidos nem pelo Executivo, nem pelo Legislativo, nem mesmo pelo próprio Judiciário (irredutibilidade de vencimentos).

As duas primeiras garantias, porém, foram suspensas a partir de 13 de dezembro de 1968, quando foi decretado o Ato Institucional n.º 5. Segundo o AI-5, "ficam suspensas as garantias constitucionais ou legais de: vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade, bem como a de exercício em funções por prazo certo".

A imparcialidade dos juízes, entretanto, continuou sendo formalmente assegurada por três proibições, cujo desrespeito implica a perda do cargo: é vedado a eles o exercício, ainda que estando em disponibilidade, de qualquer outra função pública, a não ser em cargos no magistério; não podem receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, porcentagens nos processos sujeitos a seu despacho e julgamento; além disso, não podem participar de atividades partidárias.

VEJA TAMBÉM: Competência; Estado; Executivo, Poder; Legislativo, Poder.

Júpiter

Com um diâmetro de 139 760 km, Júpiter é o maior dos planetas* do sistema solar (comparada a ele, a Terra* é como uma moeda em relação a um prato). Dista em média 778 milhões de quilômetros do Sol*, girando em torno dele numa órbita situada entre a de Saturno* e o cinturão de asteróides*.

Cinco vezes mais longe do Sol do que a Terra, tem um período de revolução também bastante maior: seu "ano" dura 4 333 dias — quase doze anos terrestres. O tempo que gasta para dar uma volta em torno do próprio eixo, no entanto, é bem menor que o da Terra: seu "dia" dura apenas cerca de dez horas. Nenhum outro planeta gira com tal rapidez.

A massa de Júpiter pode ser calculada com base nos efeitos de sua atração gravitacional, que provoca modificações nas órbitas dos demais planetas: é superior à da Terra em cerca de 315 vezes. Se ambos os planetas fossem constituídos pelos mesmos materiais, essa diferença seria muito maior, já que o volume de Júpiter é 1 312 vezes maior que o terrestre. Portanto, materiais pouco densos — provavelmente gases — devem constituí-lo, em grande parte.

Um planeta coberto por nuvens

Ao telescópio, Júpiter apresenta-se como um grande disco, sensivelmente achatado nos pólos — muito mais do que a Terra — devido a sua grande velocidade de rotação. Em torno do planeta são comumente visíveis quatro de seus satélites: Io, Europa, Ganimedes e Calistro (o penúltimo é quase do tamanho de Mercúrio*). Além desses satélites, descobertos por Galileu* em 1610, Júpiter possui mais oito, bem menores.

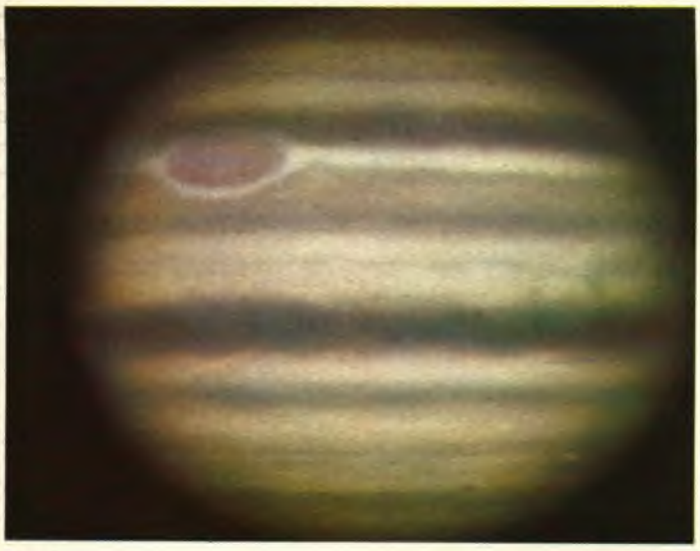
A superfície visível do planeta é toda constituída por grandes cinturões (ou faixas paralelas). Tanto a cor quanto a luminosidade de cada um deles muda constantemente: as alterações podem ser observadas em algumas horas.

Além disso, existe uma variação global periódica: os hemisférios Norte e Sul passam sucessivamente de vermelho a marrom, depois a cinza e, por fim, tornam-se azulados. Quando um deles atinge o vermelho mais intenso, o outro está quase azul. O ciclo demora cerca de doze anos — o mesmo tempo despendido na revolução do planeta em torno do Sol — e parece, portanto, estar relacionado a variações de estações. A zona equatorial também sofre variações de cor, dependendo da proximidade do planeta em relação ao Sol, o que parece confirmar a influência da temperatura.

As irregularidades existentes nos vários cinturões permitem observar suas velocidades de rotação. Nota-se assim que eles não giram em conjunto: a grande corrente equatorial gasta nove horas, cinqüenta minutos e trinta segundos para completar uma volta e as outras, cerca de cinco minutos a mais. Há variações de alguns segundos de uma faixa para outra. Portanto, a superfície visível do planeta não pode ser sólida. Acredita-se que ela seja constituída por grandes blocos de nuvens.

Além dos cinturões vê-se também uma grande mancha vermelha achatada, que foi observada pela primeira vez no século XVII. Nem sempre ela é visível, e sua cor varia bastante; mas sempre reaparece, sendo por isso considerada um acidente constante do planeta. Ela tem 11 000 km de largura e quase 50 000 de comprimento. (Pode-se ter idéia de sua enormidade comparando-a com o diâmetro da Terra, que é de aproximadamente 12 700 quilômetros.)

A grande mancha vermelha de Júpiter ainda é mistério para os astrônomos.



Faixas de cores variáveis recobrem a superfície visível do planeta.

A natureza da mancha é desconhecida. Devido a sua permanente existência acreditou-se que estivesse relacionada a algum acidente da parte sólida invisível do planeta, mas isso é considerado improvável, pois sua velocidade de rotação costuma variar.

As chuvas de amoníaco.

A análise da luz que atravessa Júpiter ou é refletida por ele permite determinar algumas das substâncias que constituem sua atmosfera: amoníaco, metano, hidrogênio e hélio.

É provável também a existência de água em camadas colocadas abaixo das nuvens superiores. Estas são constituídas basicamente por cristais de amoníaco a uma temperatura de cerca de 146° C.

Não se sabe ao certo a espessura da atmosfera de Júpiter; é possível que seu núcleo sólido tenha menos da metade do diâmetro externo observado.

Medidas precisas mostram que esse planeta irradia o dobro do calor que recebe do Sol, o que evidencia que ele próprio está fornecendo algum calor. Provavelmente seu núcleo se aqueceu por compressão durante a formação do planeta — como parece ter ocorrido com a própria Terra.

Assim, à medida que se desce na atmosfera de Júpiter, a temperatura deve aumentar — como aumenta em túneis terrestres profundos. Abaixo das nuvens de amoníaco devem existir outras de gelo e mais abaixo talvez ocorram precipitações dessas duas substâncias sob a forma de chuva e neve. Ao cair, elas devem encontrar regiões ainda mais quentes, evaporando-se e subindo novamente.

Há indicações de que o núcleo do planeta seja constituído em parte por elementos pesados, semelhantes aos que compõem a crosta terrestre. Além disso, é provável que exista uma camada superficial de hidrogênio liquefeito ou sólido, devido à enorme pressão criada pela atmosfera nessa profundidade — alguns milhões de vezes superior à pressão atmosférica terrestre.

Emissões de rádio

Desde 1955, notou-se que Júpiter emite ondas de rádio, originadas de fenômenos naturais. Uma parte é detectada sob a forma de explosões curtas, de frações de segundo, que podem aparecer isoladas ou em grandes seqüências de até duas horas de duração. Essas ondas são atribuídas a poderosíssimas descargas elétricas — raios gigantescos produzidos na região da atmosfera de Júpiter em que ocorrem precipitações de água e amoníaco.

Foram também observadas microondas quase contínuas, provenientes de uma ampla região em torno de Júpiter. Essa faixa de irradiação tem diâmetro 3,5 vezes maior do que o próprio planeta, e é semelhante aos cinturões de Van Allen.

A vida, como é entendida na Terra, não existe em Júpiter. Supõe-se que a coloração da grande mancha e dos cinturões de nuvens deve-se a substâncias orgânicas complexas, pois os gases identificados são incolores. A variação das cores indica que a quantidade e/ou o tipo de substâncias costumam alterar-se com variações de temperatura. Não é impossível, portanto, que se trate de microrganismos coloridos que vivem nas nuvens de amoníaco. Além disso, pode-se supor que as condições da região média da atmosfera de Júpiter sejam muito semelhantes às presentes na época em que a vida foi produzida na Terra. Não obstante, essas suposições baseiam-se em pouquíssimas evidências, e há, igualmente, bases para se pensar o contrário.

VEJA TAMBÉM: Asteróides; Planeta; Sol.

Júri

O direito penal classifica os crimes*, do ponto de vista da intencionalidade, em duas grandes categorias: *culposos* (em que o agente, embora não pretendendo o resultado criminoso, provoca-o por imperícia, imprudência ou negligência) e *dolosos* (em que o agente atua com intenção de obter o resultado delituoso). Estes últimos, quando praticados contra a vida humana, são julgados no Brasil por um órgão judicial especializado, o Tribunal do Júri.

O Júri tem um modo bem peculiar de examinar os processos de sua competência*. Numa primeira fase, dita "de formação de culpa", o juiz de Direito que o preside estuda as provas e verifica se é admissível a acusação formulada pelo Ministério* Público — através do promotor — contra o réu. Se o magistrado se convence da culpabilidade do acusado, declara-o numa sentença (chamada "de pronúncia").

Pronunciado, o réu vai a julgamento: este constitui a segunda etapa do procedimento, e é a ocasião em que o Tribunal do Júri funciona efetivamente.

O conselho de sentença

O Tribunal do Júri compõe-se de um juiz de Direito e de 21 jurados, sorteados entre os alistados. Dos 21, sete constituem o conselho de sentença designado para cada sessão de julgamento.

Há procedimentos fixos para recrutar os jurados. O serviço do Júri é obrigatório para todos os cidadãos entre 21 e sessenta anos; segundo a lei, os jurados devem ser escolhidos entre os cidadãos de notória idoneidade moral; a recusa do serviço do Júri importa a perda de direitos políticos.

Para cada reunião do Tribunal — quando diversos processos são pautados para julgamento — são sorteados os 21 jurados. Cada sessão de julgamento desses processos é precedida de uma chamada: estando presentes pelo menos quinze dos 21 jurados, a sessão é, então instalada.

Os sete jurados que comporão o conselho são sorteados entre os presentes. À medida que se processa o sorteio, tanto a defesa (representada por advogado ou pelo próprio réu) quanto a acusação (exercida pelo promotor, eventualmente assistido por advogado contratado por pessoa interessada) podem recusar, cada uma, até três dos jurados sorteados.

Composto o conselho, os sete jurados não podem comunicar-se com outras pessoas, nem manifestar sua opinião sobre o caso a ser julgado.

Debates e sentença

Introduzido na sala de sessões, o réu é interrogado pelo juiz, que, eventualmente, procede também, nessa fase, a reinquirições de testemunhas. Seguem-se os debates: primeiro fala a acusação, depois a defesa; se as partes acharem necessário, haverá em seguida a réplica (acusação) e a tréplica (defesa). Em seguida, o juiz encaminha os jurados para uma sala secreta, onde eles deverão responder aos quesitos — perguntas escritas acerca do ato criminoso e das circunstâncias essenciais para seu julgamento, feitas pelo magistrado.

Respondendo *sim* ou *não* a cada quesito os jurados determinarão se houve um ato criminalmente ilícito e culpável, atribuível ao réu que está sendo julgado; em que condições ocorreu o ato criminoso — isto é, quais circunstâncias podem ser consideradas agravantes ou atenuantes da gravidade do delito, e que, portanto, influirão na gradação da pena.

Desse modo, ao conselho de sentença cabe decidir sobre a autoria do ato criminoso, a culpabilidade do acusado, as circunstâncias que podem contribuir para agravar ou atenuar-lhe a punição; ao juiz de Direito compete fixar a pena (ou, se for o caso, inocentar o réu), o que faz fundamentado no veredicto dos jurados.

De volta à sala de sessões, juntamente com os jurados, o juiz lê a sentença, na qual absolve o acusado ou gradua a sanção penal que lhe deverá ser imposta.

VEJA TAMBÉM: Crime; Justiça.

O promotor dá início à etapa dos debates. Após essa fase, os jurados encaminham-se para uma sala secreta, onde respondem aos quesitos do juiz.

A expansão mercantil do início do capitalismo foi financiada por empréstimos. ("Os Usurários", Q. Metsys.)

Juro

Juro é uma quantia que se paga pelo uso de dinheiro ou crédito*. Quando uma empresa, por exemplo, pede emprestados 1 000 cruzeiros de um banco* e no fim de um ano devolve essa importância acrescida de 100 cruzeiros, ela está pagando 100 cruzeiros de juros, que representam o pagamento pelo uso do empréstimo. A taxa de juro, confundida na linguagem popular com o próprio juro, representa o preço desse uso (no exemplo, a taxa de juro cobrada foi de 10% ao ano).

Exceto nas operações a vista, o juro aparece praticamente em todas as operações financeiras e ninguém coloca em dúvida sua validade. Mas, até a Idade Média, a prática de cobrá-lo era proibida e tinha o nome de "usura". A proibição era feita através de uma justificação ética e religiosa: poucas eram as oportunidades de se aplicar capital* e a maioria dos empréstimos era feita para o consumo* em caso de dificuldade momentânea; cobrar juros em tal situação seria criminoso, segundo a Igreja.

Na primeira fase do capitalismo* (capitalismo comercial), a expansão mercantil exigiu recursos concentrados para financiar as grandes expedições. O empresário, sozinho, não tinha recursos próprios para tais empreendimentos; recorria, então, ao dinheiro de terceiros.

Essa crescente procura de capital para ser investido e propiciar lucro* foi tão intensa que a Igreja teve que abrandar sua política de condenação do juro, limitando-se a proibir sua cobrança apenas em empréstimos para consumo a pessoas em dificuldades.

Paralelamente, a Reforma* aceitou plenamente a cobrança do juro, tendo em Calvino* e Charles Dumoulin (1500-1556) seus principais defensores. O progressivo aumento das transações fez com que a taxa de juro perdesse, com o tempo, sua conotação imoral. A antiga proibição religiosa esvaziou-se à medida que a Igreja perdia seu poder e a cobrança do juro tornou-se prática comum. E hoje somente taxas exorbitantes são consideradas usura e proibidas por lei.

A teoria do juro

Os economistas clássicos viam no juro o pagamento pela "abstinência" que as pessoas faziam ao poupar. Era o incentivo que se recebia para deixar de consumir no presente, a fim de consumir no futuro. Marx* criticou essa argumentação, sustentando que somente os ricos podiam poupar, e eles não sacrificariam seu consumo para praticar a virtude da poupança. Posteriormente, os neoclássicos mudaram o conceito de "abstinência" pelo de "espera".

A oferta de capital seria baseada nessa "abstinência" ou "espera". A procura de capital, segundo os clássicos, seria, por sua vez, determinada pela sua produtividade ou rendimento esperado. A interação entre a oferta e a procura determina a taxa de juro de equilíbrio. As variações na taxa de juro irão equilibrar o nível de poupança* e investimento* de uma economia.

O teórico inglês John Maynard Keynes* concordou com essa conclusão, admitindo-a contudo somente para os casos em que a economia se encontra em pleno emprego. Isto é, quando todos os fatores de produção (terra, trabalho, capital) estão empregados. No entanto, para Keynes, tal situação não existia concretamente.

No livro *General Theory of Income, Interest and Money* ele introduziu a teoria monetária do juro, segundo a qual este representa um fenômeno puramente monetário: é a recompensa que se paga a um indivíduo para abrir mão da liquidez*. A taxa de juro é determinada pela procura e oferta monetárias, pois a moeda tanto pode servir para investimento, como para consumo ou especulação.

Uma importante conseqüência prática da nova teoria foi a descoberta da possibilidade de manipular a oferta monetária e o juro: o Estado poderia intervir por intermédio do sistema bancário, para estimular o investimento sem diminuir o consumo, e a manipulação da taxa de juros tornar-se-ia importante instrumento de política econômica.

O mercado financeiro reúne os principais intermediários nas operações de empréstimos: são os bancos comerciais, as bolsas de valores*, os bancos de investimento, os fundos de investimento e as financeiras. Eles canalizam a poupança de famílias e empresas, remunerando-as com juros, e repassam esse volume de recursos aos tomadores de empréstimos, cobrando então um juro superior àquele pago aos prestamistas. Esses recursos podem representar créditos à produção, ao consumo e ao governo.

As taxas cobradas variam com a duração, a segurança do empréstimo e sua finalidade. Têm, porém, seu limite máximo regulamentado pelas autoridades monetárias (Banco Central, Conselho Monetário Nacional, etc.).

Como todo preço, a taxa de juro é afetada pela inflação*. Se um banco, por exemplo, emprestar 1 000 cruzeiros a um empresário por um ano, a uma taxa de 10% ao ano, e se a inflação, nesse ano, atingir 20%, a operação causará prejuízo ao banco. Assim, para evitar que isso ocorra, soma-se à taxa de juros a taxa de inflação. O que não é fácil, pois não se pode saber *a priori* qual será a taxa de inflação durante o ano. A prática, então, é superestimá-la, para evitar futuros prejuízos.

Em economias não inflacionadas, a taxa de juros atualmente varia entre 4 e 6% ao ano. (Se no Brasil, por exemplo, houver inflação de 24% a.a., a taxa de juros variará de 28 a 30% a.a.).

Cálculo do juro

Dependendo do contrato estipulado, existem duas maneiras de se calcular os juros: uma para a taxa de juro simples, pouco utilizada, outra para a taxa de juro composto. A primeira pode ser efetuada através da fórmula $M = M_0 (1 + jt)$, onde $J = M_t - M_0$. (M_0 é o montante emprestado; j, a taxa de juro anual; t, a duração do empréstimo; M_t, o montante a ser recebido no fim do período; e J, o volume de juros pagos.) Se, por exemplo, o valor do empréstimo M_0 for de Cr$ 1 000 000,00, a taxa de juro, 24% a.a. e o prazo do em-

Logo após a Revolução Francesa, a especulação ganhou as ruas de Paris.

Através de fórmulas, a taxa de juro é calculada em qualquer empréstimo.

préstimo, 3 anos, o juro a ser pago será de Cr$ 720 000,00 pois M = 1 000 000,00 (1 + 3.0,24) = 1 720 000,00 e, portanto, J = M − − M_0 = 720 000,00.

O cálculo do juro composto — que computa não somente o juro do empréstimo, mas também o juro sobre o juro — é dado pela fórmula $M_t = m_0(1 + j)^t$. Empregando-se os mesmos números do exemplo, tem-se: M_t = 1 000 000.00 (1 + + 0,24)³ = 1 906 624,00 e J = = $M_t - M_0$ = 906 624,00.

O juro pode também ser cobrado em várias parcelas anuais. Nesse caso, ele é calculado através da fórmula $M_t = M_0 \left(1 + \frac{j}{m}\right)^{mt}$

Quando o empréstimo é pago em prestações iguais, como por exemplo, nas vendas feitas a prazo, usa-se a chamada "Tabela Price", que já tem calculado um coeficiente para cada taxa de juro, levando em conta o número de prestações e os juros compostos.

A taxa de desconto, por outro lado, consiste numa operação inversa: calcula o valor atual de rendimentos futuros, através da fórmula $M_0 = M_t (1 + j)^{-t}$

Para avaliar projetos e analisar a viabilidade de investimentos, os especialistas reduzem a um valor atual todos os rendimentos futuros desse investimento. Se forem maiores que o custo de investimento (juro), o projeto é então considerado viável.

VEJA TAMBÉM: Capital; Crédito; Investimento; Lucro; Poupança.

Justiça

Se uma pessoa dá a outra um objeto qualquer, recebendo em troca algo de menor valor, dirá que houve uma injustiça no intercâmbio. Da mesma forma, se um posseiro reclama a propriedade da terra em que vive há dezenas de anos, e sua reivindicação é negada, dirá que a justiça não está sendo feita. De modo geral, justiça é a propriedade do que é justo. Mas como não há apenas um sentido para a definição do termo "justo", também a palavra "justiça" não se limita a um único significado. Ela é empregada pelo menos em três acepções.

A primeira diz respeito às ações que se enquadram nas normas do direito*: se a lei* for aplicada corretamente, a justiça estará sendo feita. Entretanto, é mais freqüente o uso jurídico do termo para expressar "eqüidade" do que "legalidade". O segundo sentido refere-se ao bom julgamento moral e à vontade de se conformar às leis. Nesse caso, um homem que sabe respeitar as idéias, os sentimentos e a liberdade dos outros é um justo, assim como é justo aquele que quer aceitar e aceita as medidas gerais da sociedade ("o homem de bem é justo"). Ainda dentro desse sentido, a justiça está ligada à ausência de egoísmo e de parcialidade: é justo o indivíduo que julga suas relações com outra pessoa da mesma forma que julgaria as relações entre duas pessoas estranhas, sem nenhum preconceito ou favorecimento pessoal. Finalmente, "justiça" aparece como sinônimo de caridade, igualdade, bondade.

Justiça e propriedade

A idéia de "justiça" nasceu ligada à propriedade e à igualdade entre duas partes, e o problema da justiça, como diriam Hume* e Mill*, surgiu dos conflitos de interesses. "Não haveria lugar para se falar de justiça", segundo Hume, "se não houvesse as limitações da benevolência humana e da competição por escassos bens."

Os primeiros pensadores gregos, de fato, perceberam a existência de dois aspectos complementares na constituição da justiça: igualdade e propriedade. Elaboraram, a partir deles, o conceito de compensação: a justiça, lei universal (às vezes, até personificada), restitui a cada coisa e a cada pessoa aquilo que lhes é devido, acabando com as dívidas em geral. A justiça, nesse caso, não trata apenas de regular as relações

Visão medieval de justiça em "São Miguel Pesando as Almas" (séc. XIII).

"A Justiça", de Rafael Sanzio: a força como elemento assegurador da manutenção do equilíbrio, da eqüidade.

entre os homens, as classes sociais e a comunidade. Seu âmbito é mais amplo, abrangendo também as relações entre cada ser e o ser do Universo. Enfim, todo excesso deve ser castigado e compensado pela justiça. Anaximandro* de Mileto (século VI a.C.) exprimiu essa justiça que governa o Cosmo através das compensações, ao afirmar: "Todas as coisas se dissipam onde tiveram sua gênese, conforme a necessidade; pois pagam umas às outras castigo e expiação pela injustiça, conforme a determinação do tempo".

A natureza da justiça

Platão* e Aristóteles* preocuparam-se com a natureza da justiça, particularmente no que diz respeito à constituição da cidade-Estado. Em vários de seus diálogos, Platão afirma que a justiça é uma condição da felicidade: "O homem injusto", diz Sócrates* ao sofista Polo e ao cidadão Cálicles, "não pode ser feliz". Ao mesmo tempo, considera essa justiça como uma alta virtude (essencial e suprema) do Estado*. É na *República* que ele discute mais detalhadamente o assunto, não aceitando o argumento de que justiça é o restabelecimento, por qualquer meio (inclusive o violento), de uma situação desequilibrada pelos excessos. Essa é, para Platão, "uma noção própria dos poetas". Não aceita também a justiça como a lei dos mais fortes, pois, se isso fosse levado às últimas conseqüências, acabaria por cair na concepção de Trasímaco — algo útil para servir aos próprios interesses, sejam individuais, sejam do Estado. Segundo Platão, a justiça é algo que se deve desejar por si só e não por seus resultados: "Por isso (o homem) tem que ser justo, mesmo não havendo deuses para recompensá-lo, em outra vida, dos supostos males que pudesse ter sofrido pela obediência inflexível da lei; e deve ser justo ainda que essa prática seja a causa de sua infelicidade".

As justiças de Aristóteles

Como Platão, Aristóteles aceita a função da justiça no Estado. Divide-a porém em dois tipos diferentes: a distributiva e a comutativa. A primeira, exercida por via autoritária, consiste na repartição de bens e males segundo o mérito das pessoas. A comutativa não conhece intervenção de qualquer poder: é a igualdade das coisas trocadas, a equivalência das obrigações e encargos estipulados num contrato — aqui impera a reciprocidade nas relações humanas.

A comutativa é a ideal para Aristóteles, em cujo sistema filosófico "justiça consiste em tratar iguais igualmente e desiguais desigualmente, mas em proporção às suas forças relevantes".

Concepções medievais

Os filósofos cristãos da patrística* e da Idade Média, ao contrário dos pensadores da Antiguidade clássica, deixaram de ver a justiça como elemento fundamental da organização da sociedade. A caridade e a misericórdia passam a confundir-se com justiça. Santo Agostinho*, por exemplo, diria que amar é o essencial: "Depois de amar, um homem pode fazer o que bem quiser, pois não haverá mais o perigo de ser injusto". Na justiça, afirma "outorga-se a cada ser aquilo que lhe é devido; na caridade, mais do que o devido".

Santo Tomás* de Aquino, porém, continuaria a ver na justiça uma maneira de regular as relações humanas. Retoma a divisão clássica de Aristóteles, acrescentando um terceiro tipo de justiça: a legal ou a geral que estabelece as leis a serem obedecidas, além de regular as relações entre os indivíduos e a comunidade.

Os modernos

O significado da justiça, sobretudo a sua aplicação a cada indivíduo na sociedade humana, foi muito debatido durante os tempos modernos.

No marxismo*, a idéia de justiça encontra-se ligada à de igualdade e à de desigualdade; justiça e injustiça fazem parte de um mesmo corpo contraditório. De acordo com essa teoria, a divisão da sociedade em classes exploradoras e exploradas, dominadas e dominantes, cria a noção de injustiça, ou seja, a negação da comunidade; entretanto, essa divisão foi uma condição necessária para desenvolver a produtividade do trabalho humano. Existe, portanto, uma justificativa histórica para isso, mas em determinado limite de tempo e sob determinadas condições sociais.

Engels*, numa passagem de seu livro *Anti-Duhring*, diz que "podemos afirmar legitimamente: sem a escravidão antiga não existiria o socialismo moderno". Para ele, é muito fácil um homem moderno indignar-se moralmente com o escravismo — e em particular com a sua afirmação —, mas por esse caminho não se consegue proclamar mais "do que aquilo que todo mundo já sabe: essas instituições dos tempos antigos não correspondem mais às condições de nossa época, nem a nossos sentimentos determinados por elas". Na verdade, o filósofo está mais preocupado com o modo pelo qual nasceram as instituições e o papel que estas desempenharam na história; portanto, o próprio conceito de justiça se circunscreve a determinadas condições históricas.

Justiça e ideologia

Na análise marxista, justiça se incluiria num repertório ideológico, expressão de um conflito que tem por base as formas de produção. Desse modo, a contradição entre a produção social e a apropriação capitalista criaria as condições de existência da noção de "injustiça capitalista" no seio da classe operária.

Chain Perelman, do Centro Nacional Belga de Pesquisa de Lógica, principal elaborador da teoria da argumentação*, conduziu à criação de uma tipologia que contém as diversas concepções manifestas nas discussões sobre a justiça.

Perelman conseguiu encontrar pelo menos seis sentidos diferentes para a palavra: a cada um o mesmo; a cada um segundo seus méritos; a cada um segundo suas obras; a cada um segundo suas necessidades; a cada um segundo sua categoria; a cada um segundo o atribuído pela lei (entendida ou formalmente, ou como algo que tem substancialmente um conteúdo).

As concepções são incompatíveis entre si — diz Perelman — mas há alguma coisa de comum entre elas, que é "um princípio de ação segundo o qual os seres de uma mesma categoria essencial devem ser tratados do mesmo modo" *(The Idea of Justice and the Problem of Argument)*.

VEJA TAMBÉM: Direito; Ética.

Juvenilidade

A vida vegetativa das plantas, iniciada com a germinação das sementes*, caracteriza-se por uma fase inicial de crescimento intenso. Além de um pronunciado vigor, essa primeira etapa — ou período de juvenilidade — apresenta certas particularidades morfológicas e fisiológicas. Do ponto de vista morfológico, o caráter juvenil de qualquer planta expressa-se de várias maneiras. A forma das folhas*, por exemplo, varia freqüentemente com o grau de maturidade. Assim, no feijão, as primeiras folhas são inteiras, enquanto as seguintes exibem estrutura composta (trifoliada). As plantas juvenis da faia só produzem folhas de sombra; os indivíduos adultos exibem, além dessas, as folhas de sol (é um caso de heterofilia). Outro aspecto da juvenilidade, também ligado às folhas, é a ausência de caducidade, em espécies normalmente caducas.

As características da ramificação podem também identificar a fase juvenil: nas plantas jovens, os ramos são geralmente finos, alongados e flexíveis.

A estrutura geral da copa é outro aspecto diferenciador da fase de desenvolvimento da planta. Num pinheiro-do-paraná de quatro a cinco anos, ela apresenta forma cônica; no mesmo pinheiro, adulto, lembra um guarda-chuva.

Em certas espécies ou variedades de laranja, limão e mexerica, a juvenilidade é marcada morfologicamente pela presença de espinhos no caule; na fase adulta, os espinhos desaparecem. Entre as características fisiológicas, é marcante a incapacidade do indivíduo em reproduzir-se sexualmente, florescer. Às vezes essa particularidade não se manifesta qualitativamente, mas apenas quantitativamente.

A capacidade de enraizamento de estacas também é determinada pelo grau de juvenilidade da planta: em geral, estacas provenientes de indivíduos juvenis enraizam mais facilmente; por vezes, estacas retiradas de plantas adultas não conseguem mesmo criar raízes.

A duração da fase juvenil varia de espécie para espécie, ou mesmo de variedade para variedade. Nas plantas herbáceas, é mais curta, e mantém certa relação com o número de folhas produzidas. Nas plantas lenhosas, pode estender de um ano até cinqüenta ou mais.

Em certas espécies, a juvenilidade abandona a planta em várias etapas; os ramos que vão surgindo apresentam um grau crescente de maturidade. Por esse motivo, porções de caráter mais juvenil (produzidas nas primeiras fases de vida e, portanto, mais velhas) coexistem com partes mais maduras (mais recentes).

VEJA TAMBÉM: Desenvolvimento e Crescimento Biológicos; Vegetais.

O universo kafkiano em imagens: "O Prooesso", filmado por Orson Welles.

Kafka

Quando Franz Kafka morreu, em 3 de junho de 1924, poucos de seus escritos haviam sido publicados. Sua obra — considerada irracional por muitos críticos — era reconhecida apenas por homens como Bertolt Brecht*, Walter Benjamin* e Thomas Mann*. Jean Paul Sartre* também ajudaria a obra kafkiana a sair do silêncio: em julho de 1962, numa conferência em Moscou, protestou contra sua escassa difusão nos países socialistas. Afirmou que esse autor judeu — que previra não só o nazismo*, sua desumanidade, seus campos de concentração, mas também o absurdo de qualquer máquina burocrática — era vítima de um duplo agravo: falsificado e submetido a interpretações deformadoras no Ocidente e esquecido no Leste.

A temática kafkiana — o desespero do homem ante o absurdo da existência — perde-se nos labirintos das parábolas que dominam seus contos, seus romances, suas sátiras, seu *Diário*. Isso deu origem a muitas interpretações, não raro divergentes. E é provável que nenhuma tenha conseguido chegar à verdadeira "filosofia kafkiana".

A visão psicanalítica define Kafka como sendo um homem profundamente introspectivo que, de seus esconderijos psíquicos, rebela-se contra a burocracia e a organização da sociedade.

A crítica social reduz a obra de Kafka à luta (constante, porém vencida) do indivíduo contra as injustiças de um mundo calculista e arbitrário.

Outra interpretação, também insuficiente, estabelece que as obras de Kafka inspiram-se em resíduos da distante e esquecida mística hebraica. No entanto, segundo Max Brod (o maior amigo de Kafka e, também, o responsável pela publicação de grande parte de sua obra), Kafka é um judeu herético: va além do judaísmo. Embora admitindo os dogmas do pecado original e da graça, é incapaz de vivenciá-los, e os inverte, criando um universo dominado por forças demoníacas, que dão origem ao pecado e negam a graça.

No romance *O Castelo* (publicado em 1926), nega-se ao agrimensor K (uma contrafigura do autor, que se retrata em todos os seus trabalhos) a permissão de fixar-se na aldeia. A proibição é coerente com os critérios das autoridades locais, que fomentam toda espécie de imoralidade, mas são munidas de atribuições divinas. Também em *O Processo* (1925), o bancário Joseph K. é perseguido por tribunais misteriosos, por motivos que o réu ignora. Ao longo do julgamento, faz um violento discurso, denunciando a monstruosidade do aparelho judicial e a corrupção dos funcionários da Justiça; percebe, no entanto, que seu protesto será infrutífero — sua sorte será, em qualquer caso, a morte, e à morte todas as criaturas estão condenadas.

Como *O Processo*, muitos outros escritos de Kafka apresentam por enredo uma sucessão aparentemente desordenada de acontecimentos, que não abre qualquer perspectiva. A saída é fatal.

Desespero: o absurdo

Filho do comerciante Hermann Kafka e de Julie Kafka, Franz (nascido em Praga, a 3 de julho de 1883) passa sua infância num clima tirânico, dominado pela figura do pai. Desde criança, sente os problemas da solidão e, contra eles, lutará, sem muito sucesso, ao longo de toda sua vida. Não possui muitos amigos: falando alemão, distancia-se dos companheiros de bairro e, sendo judeu, é hostilizado na escola alemã; em casa, temendo o pai, refugia-se no silêncio de seu quarto, escrevendo as lições da escola e lendo quase ininterruptamente.

No liceu, Franz já gosta de escrever e, dessa época, algumas peças ficaram conhecidas: *Os Malabaristas, Georg Podiebrand, As Fotografias Falam.*

Ao terminar a escola secundária, em 1900, Franz deve escolher sua "carreira". Começa a estudar química, mas quinze dias depois decide-se pelo alemão — interesse que não vai além de alguns meses. Dedica-se então ao direito, formando-se na universidade alemã de Praga, em junho de 1906; em seguida, faz estágio de um ano no Tribunal.

Desse modo, pela primeira vez, toma contato com a burocracia e com a ineficiente administração austríaca da Tchecoslováquia. O trabalho no Tribunal tem, no entanto, um resultado positivo — leva Kafka a desistir da advocacia. Todavia, o "lema" do pai — "um verdadeiro Kafka, quando se forma, deve mostrar que é capaz de ganhar seu pão com as próprias mãos" — não estimula Franz a prosseguir a carreira literária. Em 1908, passa a trabalhar no Instituto do Seguro Operário Contra Acidentes de Trabalho. É uma experiência terrível: nessa empresa racionalizada e hierarquizada, a técnica e a organização tornam-se, pouco a pouco, a finalidade principal.

Kafka colhe, então, elementos para o conto *Da Construção da Muralha da China* (começado em 1918, mas que, como muitos outros, permaneceria inacabado). Transporta o mecanismo burocra-